

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
INSTITUTO DE PSICOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEORIA PSICANALÍTICA

**ANDRÉ LUIZ ALEXANDRE DO VALE**

AS BASES NARCÍICAS DA PERVERSÃO:  
onipotência e recusa da alteridade

RIO DE JANEIRO

2018

**ANDRÉ LUIZ ALEXANDRE DO VALE**

**AS BASES NARCÍCAS DA PERVERSÃO:**

onipotência e recusa da alteridade

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Teoria Psicanalítica.

Orientadora: Prof. Dra. Marta Rezende Cardoso

Rio de Janeiro

2018

### CIP - Catalogação na Publicação

V149b Vale, André Luiz Alexandre do  
As bases narcísicas da perversão: onipotência e  
recusa da alteridade / André Luiz Alexandre do  
Vale. -- Rio de Janeiro, 2018.  
150 f.

Orientadora: Marta Rezende Cardoso.  
Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio  
de Janeiro, Instituto de Psicologia, Programa de Pós  
Graduação em Teoria Psicanalítica, 2018.

1. Perversão. 2. Narcisismo. 3. Alteridade. 4.  
Psicanálise. 5. Tese (Doutorado). I. Cardoso, Marta  
Rezende, orient. II. Título.

**ANDRÉ LUIZ ALEXANDRE DO VALE**

**AS BASES NARCÍSICAS DA PERVERSÃO:**

onipotência e recusa da alteridade

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Teoria Psicanalítica.

Aprovada em:

Banca Examinadora:

---

Prof. Dra. Marta Rezende Cardoso (Orientadora) – PPGTP/IP/UFRJ

---

Prof. Dr. Paulo César de Carvalho Ribeiro – PPGPsi/DePsi/UFMG

---

Prof. Dra. Maria Teresa de Melo Carvalho – CETEP/DePsi/UFMG

---

Prof. Dra. Regina Herzog de Oliveira – PPGTP/IP/UFRJ

---

Prof. Dra. Fernanda Pacheco-Ferreira – PPGTP/IP/UFRJ

RIO DE JANEIRO

2018

## AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, pela herança mais valiosa que poderiam me proporcionar: o espírito aventureiro de se lançar em terras estranhas e desbravar o mundo desconhecido, sem nunca perder as raízes, nem tampouco deixar que elas os impeçam de crescer.

À minha avó do coração, pela irremediável preocupação com minhas necessidades (reais ou imaginárias) desde meus três dias de nascido, pelos privilégios e oportunidades concedidos e aproveitados ao longo de toda a vida, pelo exemplo de força e determinação inesgotáveis, pelo acolhimento em sua casa, em sua família e em seu coração.

Aos meus irmãos, por me ensinarem a dividir e compartilhar, e entender que dar e receber exemplo não significa comparar; aos que estão perto e aos que estão longe, compartilhar uma origem e ver os diferentes destinos traçados só me faz admirar a beleza da vida em sua singularidade.

À minha orientadora, Marta Rezende Cardoso, pelo contínuo espaço de troca, pelos necessários puxões de orelha, por estar sempre presente e atenta, por me ensinar a ser crítico e rigoroso e pelos quase dez anos de ensino-aprendizagem que se transformaram em amizade e admiração.

À Natália Cidade, como não poderia deixar de ser, esta minha alma gêmea, dupla sertaneja e irmã siamesa nascida de outra mãe, pelo amor incondicional (mesmo quando você quer me bater quando a gente joga buraco); acho que qualquer coisa que eu escrever aqui vai ser pouco, né? Vou enviar um carro de som em sua homenagem.

À Viviane Dias e à Renata Reis, por estarem sempre presentes, mesmo quando a distância e as dificuldades das rotinas de adulto atrapalham nossos encontros; por todos os especiais do Rei e pizzas de frango com catupiry, desde os recreios do Ensino Fundamental até quando estivermos velhinhos gagás.

A todos os meus amigos incríveis e maravilhosos, que tornam minha vida mais leve e menos ranzinza, vocês são muitos (que bom!) para serem nomeados, mas sabem quem são: cada um mora num pedacinho bem cultivado do meu coração, dentro de uma jaula trancada pra não fugirem.

À equipe fantástica do Projeto Travessia, pela generosidade e pela sensibilidade sem tamanho para navegar nesse oceano em que nos encontramos: Eliane Marcellino, Flavia Strauch, Sonia Verjovsky, Teresa Rocha e Teresa Lopes, nossas capitãs; Aline, Juliana,

Marina, Pedro, Renata e Vítor, nossa tripulação; e a todos aqueles que já fizeram travessia conosco e estão sempre presentes em nossa história.

À Ruth Naidin, por me ajudar a lidar com o medo de ser livre para fazer escolhas mais coerentes com meus desejos e me mostrar que as verdades mais duras podem ser ditas sem nunca perder a ternura.

À minha equipe de pesquisa do PPGTP, pelo compartilhamento das inquietações teóricas, mas também das dúvidas, angústias e aflições deste percurso por vezes turbulento, mas sempre rico e proveitoso: Aline, Camila, Diana, Gabriela, Gabrielle, Mariana, Morgana, Ney, Patrícia e Raquel, ao longo desses muitos anos.

Às minhas pupilas adoráveis da Iniciação Científica, pelas dúvidas mais desafiadoras que eu já tive que dar conta e por ter sido uma parte (espero que importante, porque né...) do percurso de formação de vocês: Ana, Alice, Camylla, Carmen, Lívia e Mariana, por me encherem de orgulho vendo aonde chegaram e para onde a trajetória de vocês aponta.

Ao meu co-orientador em Paris, François Pommier, pelas indicações que contribuíram para o avanço e a complexidade de nossas hipóteses nesta tese durante meu estágio doutoral; bem como à disponibilidade de Vincent Estellon, Fanny Dargent e Bernard Chervet, de especial importância para meus desenvolvimentos teóricos.

À Irina Sabatier, minha amiga de além-mar pela morada, pelo acolhimento e pela ternura que permitiram que minha adaptação a um país desconhecido e estranho tenha sido tão suave e proveitosa quanto possível.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, pelo indispensável financiamento desta pesquisa.

VALE, André Luiz Alexandre do. **As bases narcísicas da perversão**: onipotência e recusa da alteridade. Rio de Janeiro, 2018. Tese (Doutorado em Teoria Psicanalítica) – Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

## RESUMO

O objetivo desta tese é precisar as bases metapsicológicas envolvidas na problemática perversa, para perscrutar o que, na história da construção subjetiva de certos sujeitos, os levaria a se organizar em torno deste funcionamento defensivo. Para “aquém” da problemática edípica indispensável, é preciso lançar luz em igual medida sobre o processo de constituição narcísica destes sujeitos. As bases narcísicas da perversão apontam para um fechamento destrutivo no amor de si mesmo, em que sobressaem a afirmação da onipotência infantil e a recusa radical do reconhecimento da diferença.

A partir da análise das implicações metapsicológicas fundamentais para o estudo das perversões que a introdução do conceito de narcisismo implicou para a obra freudiana, a dinâmica narcísico-objetal, marcada pelo domínio e pelo poder, envolvida na perversão é explorada. A questão da relação com o outro interno e externo é revisitada, bem como sua articulação com a passividade, a atividade e, em seu extremo, com a violência própria às perversões.

O caráter traumático intrusivo da sedução materna ganha destaque nestes casos, percebido no universo psíquico do sujeito como objeto interno “indomável” que provoca efração de seu ego em formação, transgredindo seus limites. A inversão que o perverso realiza do sofrimento subjetivamente vivenciado em sofrimento infligido ao outro, tornando-o condição para o seu próprio gozo, reconstitui o cenário da sedução originária, na tentativa extrema de se livrar da intromissão do outro primário.

Para uma análise psicopatológica contemporânea da problemática perversa, a consideração dos meandros do processo de constituição narcísica em sua relação indissociável com a alteridade constitui-se, portanto, como via teórica incontornável.

**PALAVRAS-CHAVE:** Perversão. Narcisismo. Alteridade. Psicanálise. Tese (Doutorado).

VALE, André Luiz Alexandre do. **The narcissistic bases of perversion**: omnipotence and refusal of otherness. Rio de Janeiro, 2018. Tese (Doutorado em Teoria Psicanalítica) – Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

### **ABSTRACT**

The purpose of this thesis is to more accurately determine the metapsychological bases involved in the problem of perversion, in order to examine what in the history of the subjective construction of certain subjects would lead them toward organizing themselves around this defensive operation. For “before” the indispensable oedipal problem, it is necessary to shed light on the narcissistic constitution of these subjects. The narcissistic bases of perversion suggest a destructive closure in self-love, in which stand out the affirmation of infantile omnipotence and the radical refusal to recognize difference.

From the analysis of the fundamental metapsychological implications the introduction of the concept of narcissism in the Freudian work had for the study of the perversions, we explore the narcissistic-objectal dynamics, marked by the dominance and the power involved in the perversion. We revisit the issue of the relationship to the inner and outer other, as well as its articulation with passivity, activity and, in its extreme, with the violence proper of perversions.

The traumatic intrusive character of the maternal seduction is highlighted in these cases, perceived in the psychic universe of the subject as an “indomitable” internal object that breaks in its forming ego, transgressing its limits. The subjectively experienced pain is inverted in the suffering inflicted onto the other, which becomes the condition for the subject’s self-enjoyment, reconstituting the scene of the original seduction, in the extreme attempt to get rid of the intrusion of the primary other.

For a contemporary psychopathological analysis of the perverse problematic, the consideration of the intricacies of the process of narcissistic constitution in its inseparable relation to otherness is therefore an unavoidable theoretical path.

**KEYWORDS:** Perversion. Narcissism. Otherness. Psychoanalysis. Thesis (Doctor’s Grade).

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>1 PECADO, CRIME E PATOLOGIA: DISCURSOS SOBRE A PERVERSÃO.</b>	16
1.1 A DESVIRTUAÇÃO DO PENSAMENTO E DO DESEJO .....	17
1.2 SODOMITAS, PEDERASTAS, URANISTAS E INVERTIDOS .....	23
1.3 OS GRANDES COMPÊNDIOS DAS ABERRAÇÕES SEXUAIS .....	28
<b>2 A POLIMORFIA DA TEORIA FREUDIANA DA PERVERSÃO</b> .....	35
2.1 FIXAÇÃO E REGRESSÃO À SEXUALIDADE INFANTIL PRÉ-GENITAL .....	36
2.2 UM DESTINO DO COMPLEXO DE ÉDIPO .....	41
2.3 O MODELO CONCEITUAL DO FETICHISMO .....	45
<b>3 AS IMPLICAÇÕES DO NARCISISMO NAS PERVERSÕES</b> .....	52
3.1 SOBRE A PERVERSÃO NO NARCISISMO .....	53
3.1.1 O narcisismo perverso .....	53
3.1.2 Os fundamentos do narcisismo .....	55
3.2 SOBRE A PERVERSÃO NARCÍSICA .....	60
3.3 SOBRE O NARCISISMO NA PERVERSÃO .....	66
3.3.1 A dualidade do narcisismo .....	67
3.3.2 A sexualização nos sofrimentos narcísico-identitários .....	74
<b>4 DOMÍNIO, SEDUÇÃO E VINGANÇA NA PERVERSÃO</b> .....	78
4.1 A INVERSÃO PASSIVO-ATIVO NA RELAÇÃO DE DOMÍNIO .....	79
4.2 A FORMA ERÓTICA DO ÓDIO .....	83
4.3 A DIMENSÃO DE SEDUÇÃO NA VIDA PSÍQUICA .....	89
4.3.1 A situação antropológica fundamental .....	89
4.3.2 Desmesuras da sedução materna e desejo de vingança na perversão .....	92
4.4 A IDENTIFICAÇÃO COM O SEDUTOR .....	96

<b>5</b>	<b>“SUA MAJESTADE, O PERVERSO”: AFIRMAÇÃO DE SI E DESQUALIFICAÇÃO DO OUTRO .....</b>	<b>102</b>
5.1	A ONIPOTÊNCIA NARCÍSICA NO PENSAMENTO FREUDIANO .....	103
5.2	O DISCURSO TOTALIZANTE DO EGO IDEAL .....	107
5.3	A DIMENSÃO PULSIONAL DO SUPEREGO .....	110
5.4	O EGO IDEAL COMO VASSALO DO SUPEREGO TIRÂNICO .....	114
5.5	A IDEALIZAÇÃO DA PULSÃO NAS MANOBRAS PERVERSAS .....	116
5.6	UMA TENTATIVA DE MANUTENÇÃO DAS ILUSÕES NARCÍSICAS .....	119
5.7	A RECUSA NARCÍSICA DE RECONHECIMENTO DA ALTERIDADE .....	123
5.7.1	<b>O narcisismo como polo de oposição ao reconhecimento da diferença .....</b>	<b>123</b>
5.7.2	<b>A transgressão dos limites do outro na perversão .....</b>	<b>127</b>
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>131</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>139</b>

*“Explico ao senhor: o diabo vive dentro do homem, os crespos do homem – ou é o homem arruinado, ou o homem dos avessos. Solto, por si, cidadão, é que não tem diabo nenhum. Nenhum! – é o que digo.”*

João Guimarães Rosa, “Grande sertão: veredas” (1967/2015)

## INTRODUÇÃO

*“Perversão’, a palavra, fede a enxofre.”*

F. Neau, “Du ciel – à travers le monde – jusqu’à l’enfer” (2015)

A pesquisa de Doutorado que desenvolvemos desde 2014 veio dar continuidade à nossa dissertação de Mestrado, intitulada “Trauma, domínio e passividade nos atos de violência sexual”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Nesta ocasião, investigamos o funcionamento psíquico de base nos atos de violência sexual.

Para realizar nossa pesquisa, procuramos pensar a etiologia traumática presente nas patologias do agir para compreender as determinações próprias ao mecanismo da passagem ao ato de caráter violento e sexual, considerando sua dimensão compulsiva e repetitiva, em que a convocação do corpo e a tendência à exteriorização revelam a precariedade dos recursos egoicos em lidar com elementos irrepresentáveis, veiculadores, portanto, de um excesso pulsional, o que configura uma situação de natureza traumática.

Sustentamos que, ao violentar sexualmente o objeto externo, o sujeito estabelece com a vítima uma relação de poder, correspondente, no plano intrapsíquico, a uma tentativa egoica de dominação da excitação interna, de reversão da passividade em atividade. Nos atos de violência sexual, o que parece sobressair é justamente o temor de passividade diante do outro, de modo que o recurso ao ato visa a um penetrar para não correr o risco de ser penetrado.

No decorrer da análise das questões desveladas por nossa dissertação, demos especial ênfase à noção de domínio em psicanálise, a qual fala, por um lado, de dominar o objeto externo pela força e, por outro, de dominar as excitações (objeto interno), ligá-las. No campo da intersubjetividade, o domínio implica em uma transgressão feita ao outro, transformando-o em objeto inteiramente assimilável.

Neste contexto, a noção de domínio nos remeteu à problemática perversa, a qual começou a ganhar espaço em nossa reflexão. Nas perversões sexuais, o domínio se expressa através do exercício do poder sexual – ativo e violento – sobre o outro, implicando na violação do outro na condição de sujeito desejante. No entanto, longe de esgotar a análise da complexidade envolvida na perversão através da noção de domínio, abriu-se para nós uma via de análise desta dimensão fundamental para a psicopatologia psicanalítica, a qual nos empenhamos em seguir no percurso de Doutorado.

Apesar de constituir um tema essencial na genealogia dos principais construtos teóricos da psicanálise – como pretendemos sublinhar ao longo desta tese –, o estudo rigoroso das perversões, com desenvolvimentos originais que viriam complexificar seu entendimento teórico-clínico, foi, de certo modo, negligenciado pelos psicanalistas.

Etimologicamente, o adjetivo “perverso” deriva de *perversitas* e *perversus*, particípio passado do verbo *pervertere*, o qual assumiu uma miríade de significados distintos, tais como: perturbar, aturdir, destruir, danificar, desorganizar e, finalmente, desviar-se. Daí derivou-se uma série de sinônimos muito significativos: vil, malévolo, maldoso, demoníaco, amaldiçoado, criminoso, viciado, corrompido, devasso, degenerado, lascivo, depravado e assim por diante (TOMASSINI, 1992; ROUDINESCO, 2007/2008; GRATTON, 2016).

Ao pensarmos nas perversões, somos muito facilmente levados a imaginar um conjunto de práticas aberrantes no campo sexual, marcadas pela degradação de uma série de preceitos morais que sustentam o tecido social. Tais depravações seriam cometidas por uma pequena parcela de indivíduos supostamente degenerados e avessos aos interditos de gozo, estando delas isenta o restante da “boa humanidade”. Consideradas por este viés, as perversões não seriam nada além de uma anomalia das práticas sexuais, alcançando o estatuto de patologia em suas formas mais violentas. Entretanto, desde seus momentos iniciais, o discurso psicanalítico se fundou na descoberta freudiana de que a sexualidade humana seria essencialmente perverso-polimorfa, de tal forma que a oposição dicotômica entre aquilo que seria dito normal e o perverso sofre profundo abalo em sua estrutura (BIRMAN, 1999).

Ora, partindo-se do pressuposto de que a sexualidade humana é perversa, em sentido lato, torna-se inegável a relevância desta dimensão para a teoria e para a clínica psicanalítica como um todo – relevância que se faz presente até os dias de hoje. Ao olharmos para a obra freudiana através da lente da perversão, evidencia-se como ela está presente, sendo mesmo determinante, em importantes momentos: seja no fundamento da teoria da sedução; no contraponto feito com a neurose, como seu negativo, que levou à alteração do estatuto da fantasia e a sua importância na constituição do desejo e do conflito edípico; na postulação do inconsciente como produto do recalque vindo conter desejos sexuais infantis; na introdução do conceito de narcisismo como “amor de si mesmo” e na reviravolta teórica dele decorrente; na articulação clínica com a psicose, com a qual divide mecanismos defensivos específicos; na discussão a respeito das tendências destrutivas do mal-estar e de sua regulação para a vida em sociedade... Estes são apenas alguns exemplos de como a problemática da perversão está no âmago da construção e evolução da teoria e da clínica psicanalítica.

É no fundamental campo da sexualidade que a perversão assume lugar central, estando organicamente implicada na construção de um dos pilares da teoria psicanalítica: o conceito de pulsão. Ao postular em 1905 uma primeira teoria pulsional, baseada no conflito entre as pulsões de autoconservação, por um lado, e as pulsões sexuais, por outro, que animariam o aparelho psíquico a partir de sua dinâmica dual, Freud está propondo uma nova ontologia no cenário em que se encontrava, dando continuidade ao projeto iniciado em 1900. De um modo muito revolucionário, ele começa a construir uma teoria que apresenta um novo modo de pensar o ser humano, cujos pilares se encontram no inconsciente e na pulsão, conceitos embasados por um novo olhar sobre o sexual, assentado precisamente em sua dimensão perverso-polimorfa.

O que fica de questão para nós, entretanto, é: neste contexto, em que lugar ficou a perversão adulta com seu caráter marcadamente psicopatológico? A complexidade da presença da perversão na teoria psicanalítica adquire novos tons, e isto porque a perversão está antagonicamente implicada, por um lado, na polimorfia-perversa da sexualidade infantil como dimensão constitutiva e inescapável, e, por outro, no campo psicopatológico, restrita a determinados sujeitos e a seus arranjos defensivos. Enquanto, no primeiro caso, a perversão é o adjetivo da polimorfia sexual infantil, no segundo, a perversão adulta é um substantivo (ANDRÉ, 2015).

Ao postular que a sexualidade é em si perversamente polimorfa, Freud atribui o caráter patológico ao fato dela ter ficado, em determinados sujeitos, fixada. Ou seja, é justamente quando ela perde seu caráter móvel e pulsante, restringindo a obtenção de prazer a um único roteiro fantasístico, que prende o perverso tal como uma camisa de força, que a dimensão patológica viria à tona. Esta é a primeira acepção freudiana da patologia perversa, mas ele não se restringiu a esta. De fato, grandes remanejamentos teóricos característicos da psicanálise influenciaram a – e foram influenciados pela – concepção da perversão.

A partir destas indicações, podemos afirmar que o objetivo principal desta tese é precisar determinadas bases metapsicológicas para perscrutar o que, na história da construção subjetiva de certos sujeitos, os levaria a se organizar em um funcionamento marcadamente perverso. O que se espera de tal reflexão é, num primeiro momento, de um modo geral e evidente, aumentar a inteligibilidade do que estaria em jogo nas bases dos funcionamentos psíquicos ditos perversos. No entanto, este primeiro objetivo se desdobra em outros mais apurados, e que concernem à retomada teórica da perversão para reinterrogar a própria metapsicologia acerca de suas bases.

Nossa metodologia de pesquisa se organiza em torno dos seguintes pontos: no primeiro capítulo, vamos propor uma análise arqueogenealógica e epistemológica da perversão, baseando-nos, sobretudo, nas leituras feitas por M. Foucault e G. Lantéri-Laura, os quais se detiveram sobre os diferentes discursos em que a perversão assumiu especial relevância: seja como pecado, no discurso moral-religioso, como crime, no discurso jurídico-penal, ou como patologia, no discurso médico-científico, a perversão sempre apareceu marcada pela ideia de “desvio” em relação a uma suposta norma.

Tendo em vista que o discurso psicanalítico nasce apoiado sobre o médico-científico, para desviá-lo e “pervertê-lo”, nosso interesse está a serviço de discernirmos com maior clareza as raízes do pensamento freudiano. Uma vez definidas as condições de possibilidade para o seu surgimento, é à polimorfia própria ao discurso freudiano a respeito das perversões que iremos nos dedicar no segundo capítulo. Neste, teremos como objetivo seguir as principais linhas de força da perversão no pensamento freudiano, levando em consideração como o tema sofreu sucessivas e significativas transformações ao longo dos anos, evidenciando uma dificuldade de unificação da teoria a respeito dela.

Sem pretender fazer uma análise exaustiva destas transformações, mas acompanhar os desdobramentos que eles implicaram à análise das perversões, vamos nos debruçar sobre seu contraponto com a neurose, como seu negativo; sobre a importância da teorização a respeito do complexo de Édipo para a gênese das perversões sexuais; e, por último, sobre o peso dado ao modelo do fetichismo para a compreensão das perversões, bem como aos mecanismos defensivos específicos da perversão, como a recusa da castração e a clivagem do ego.

Tal entendimento nos levará, no terceiro capítulo, a chamar a atenção para aquilo que, de certa forma, ficou parcialmente de fora das leituras feitas pela tradição psicanalítica a respeito das perversões: trata-se de resgatar a *dimensão narcísica* que estaria presente na base das respostas perversas. Este é um ponto central no percurso que trilhamos ao longo de nossa pesquisa. Lançaremos inicialmente luz sobre as implicações metapsicológicas fundamentais para o estudo das perversões que a introdução do conceito de narcisismo implicou para a obra freudiana, para chegarmos a explorar especificamente e a problematizar o quadro clínico denominado por alguns autores como “perversão narcísica”.

A análise das fundamentais implicações do narcisismo para o estudo das perversões nos levará a resgatar no quarto capítulo a noção de domínio, que julgamos ter especial importância para uma efetiva compreensão teórica da dinâmica narcísico-objetal envolvida na perversão, chamando atenção para o campo do poder em que ela está implicada. Esta elaboração nos permitirá revisitar a questão da relação com o outro (interno e externo), bem

como sua articulação com a passividade, a atividade e, em seu extremo, com a violência própria às perversões.

O quinto e último capítulo de nossa tese será dedicado a analisar a dimensão de onipotência narcísica que subjaz às respostas perversas, tarefa cuja realização nos permite complexificar ainda mais o entendimento das bases narcísicas das perversões. Exploraremos, então, os meandros do processo de constituição narcísica em sua relação indissociável com a alteridade, o qual desempenha papel fundamental na organização de tais mecanismos defensivos. Tal reinterrogação nos confronta cada vez mais à questão do narcisismo, exigindo remanejamentos consideráveis da metapsicologia a partir das questões postas. Ao nos debruçarmos sobre o que estaria em jogo na problemática narcísica da perversão, está-se “fazendo trabalhar” a teorização, exigindo articulações de conceitos fundamentais, as quais visariam desconstruir certos aspectos para a construção de outros mais rigorosos. Para isto, basta lembrar que a evolução da metapsicologia desde Freud funciona assim, reinterrogando seus próprios fundamentos a partir da apreensão da vida psíquica na clínica.

## 1 PECADO, CRIME E PATOLOGIA: DISCURSOS SOBRE A PERVERSÃO

*“Do céu, através do mundo, até o inferno.”*

J. W. v. Goethe, “Fausto” (1749-1832/2003)

Os estudos da etnologia nos mostraram desde há muito que ao longo de toda a história das culturas humanas, sempre houve uma divisão muito marcada entre o permitido e o ilícito no campo das práticas sexuais, invariante que pode ser considerada uma constante antropológica: nenhuma sociedade aceita todas as formas possíveis de gozo, nem tampouco as exclui a todas, aceitando ou proibindo pelo menos uma. Entretanto, esses estudos nos mostram também a relatividade dos interditos sexuais, de modo que o que é definido como lícito e ilícito é extremamente variável de uma cultura para outra, e o que provoca horror e punições severas em uma, nada mais é que uma amena fantasia em outra (LANTÉRI-LAURA, 1979/1994; PIRLOT; PEDINIELLI, 2013).

Da mesma forma que a divisão entre o lícito e o ilícito é uma constante antropológica, a presença daqueles que transgridem os interditos sexuais também o é. A figura do perverso assumiu diversos atributos ao longo de sua história transgressiva, evidenciando como os qualificativos a essas transgressões são também bastante variáveis de uma época para outra. Se contemporaneamente é o discurso médico-psiquiátrico que dela se ocupa, nem sempre foi assim. Lantéri-Laura (1979/1994) afirma que a apropriação médica das perversões só veio muito tardiamente no século XIX, e que antes disso o campo estava sob domínio das religiões e do Direito, sobretudo penal.

Vejamos inicialmente quais foram as condições que permitiram que o discurso médico se apropriasse das perversões – para classificá-las, descrevê-las e determinar sua etiologia –, sublinhando as diferentes acepções que elas assumiram desde a Idade Média até os dias de hoje: seja como pecado, no discurso moral-religioso, como crime, no discurso jurídico-penal, ou como patologia, no discurso médico-científico, a perversão sempre tendo sido marcada pela ideia de “desvio” em relação a uma suposta norma.

Nesta análise arqueogenealógica e epistemológica da perversão, o que emerge de maneira fundamental é como a ideia de transgressão de limites acompanha a história dos perversos. Se a transgressão é a constante, a definição e a especificidade do limite transgredido pelo perverso é a variante a ser analisada: seja o limite moral imposto pela autoridade divina, seja o limite jurídico determinado pela lei penal, seja o limite do normal

definido pela lei médica, a perversão sempre aponta para o limite, seja ele externo ou interno, e para o excesso transgressor.

A relevância de uma apreciação sobre esta dimensão fundamental está a serviço do objetivo de discernirmos com maior clareza as raízes do pensamento freudiano, o que é essencial para nossas proposições teóricas posteriores. O discurso psicanalítico apoia-se diretamente no médico-científico – o qual, por sua vez, guarda íntimas relações com o moral-religioso e o jurídico-penal –, mas, como mostraremos mais adiante, para desviar-se e “pervertê-lo”, dando origem a uma concepção das perversões – e da sexualidade como um todo – profundamente revolucionária.

### 1.1 A DESVIRTUAÇÃO DO PENSAMENTO E DO DESEJO

Logo após publicar o primeiro volume de sua trilogia sobre a história da sexualidade, afirma Foucault (1979/2010) que o problema que persegue em sua argumentação gira em torno do que teria ocorrido no Ocidente, fazendo com que a questão da verdade viesse a ser relacionada ao prazer sexual. O autor investiga como o “dispositivo da sexualidade” deu forma a um objeto específico de saber, produzido nos discursos com estatuto e função de verdade – os quais, sob a perspectiva genealógica da análise que o autor propõe, se ancoravam num referencial religioso-moral, depois jurídico-penal e, enfim, médico-científico.

A criação de um dispositivo de sexualidade tinha como função demarcar um conjunto verdadeiramente heterogêneo, que englobasse discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas e morais, tendo como foco a rede de articulações estabelecida entre tais elementos. Em suma, o referido dispositivo diz respeito às relações de poder que sustentam determinados tipos de saber e são, correlativamente, sustentadas por eles.

A trilogia foucaultiana acerca da história da sexualidade discorre sobre as diferentes formas segundo as quais o objeto “sexualidade” e o objeto “sexo” vieram a ser inscritos no registro da verdade, a partir de uma rede trançada por um conjunto de práticas, discursos e técnicas de estimulação dos corpos, intensificação dos prazeres e formação de conhecimentos. A construção do sexo como objeto de verdade é o aspecto central para a análise feita por Foucault, que compreende não somente a cartografia de diferentes discursos que produziram verdades sobre o sexo, mas também como, por meio desses discursos, pôde-se constituir uma verdade sobre o sujeito pela via da sexualidade (CIRINO, 2007; BENEVIDES, 2013).

No início do primeiro volume de sua obra, subtítulo de “A vontade de saber” (1976/1988), Foucault se preocupa em desconstruir o que chamou de “hipótese repressiva”, segundo a qual nós estaríamos sujeitos até hoje a um regime vitoriano da sexualidade, marcado pela predominância de um tríplice decreto de interdição, inexistência e mutismo da pudicícia burguesa. De acordo com a hipótese repressiva, as práticas sexuais do século XVII teriam sido cuidadosamente encerradas no seio da família nuclear burguesa vitoriana, responsável por “calar” o sexo: “O casal, legítimo e procriador, dita a lei. Impõe-se como modelo, faz reinar a norma, detém a verdade, guarda o direito de falar, reservando-se o princípio do segredo” (p. 9).

No entanto, propõe o autor uma série de dúvidas consideráveis acerca deste movimento de confinamento e silêncio da sexualidade cujo objetivo é recolocar a hipótese repressiva em uma economia geral dos discursos sobre o sexo, levando em conta seus efeitos de positividade no seio das sociedades modernas a partir do século XVII. Não se trata de estabelecer contra-hipóteses que afirmariam ter sido o sexo objeto de uma liberdade constante nas sociedades capitalistas e burguesas, nas quais as estratégias do poder seriam mais tolerantes que repressivas. A proposta de Foucault é perscrutar o que, quem e como se falou da sexualidade, bem como os efeitos e as relações desses discursos com o regime de poder-saber-prazer que sustentam – em suma, trata-se de colocar o sexo em discurso, revelar a “vontade de saber” que lhe serve de suporte e instrumento.

[...] gostaria de desvincular a análise dos privilégios que se atribuem normalmente à economia de escassez e aos princípios de rarefação, para, ao contrário, buscar as instâncias de produção discursiva (que, evidentemente, também organizam silêncios), de produção de poder (que, algumas vezes têm a função de interditar), das produções de saber (as quais, frequentemente, fazem circular erros ou desconhecimentos sistemáticos); gostaria de fazer a história dessas instâncias e de suas transformações. (FOUCAULT, 1976/1988, p. 19)

No que concerne ao primeiro questionamento acerca da “hipótese repressiva”, Foucault sustenta que, ao invés de uma censura que haveria silenciado a sexualidade nos últimos séculos, o que se depreende é uma verdadeira explosão discursiva em torno e a propósito do sexo a partir do século XVIII. No entanto, deixa claro que não se tratou de um “tudo” falar, mas de uma política de controle dos enunciados, comportando definições estritas de onde, quando e com quem se poderia (ou não) falar dele. De fato, tratou-se de colocar o sexo em um discurso regulado.

Essa regulação tomou forma no interior de diversas instituições que se ocuparam progressivamente da sexualidade e do sexo. Em primeiro lugar, é analisada a evolução da

pastoral católica e do sacramento da confissão. Pontua o autor que, até a metade do século XVI, a Igreja controlou a sexualidade de forma bastante frouxa, e que somente após o Concílio de Trento – em um período em que a Igreja Católica Romana buscava assegurar a unidade da fé diante de uma Reforma Protestante que dividia a Europa e destronava sua soberania ideológica –, atribuiu-se cada vez mais importância às transgressões da moral católica.

Segundo Pirlot e Pedinielli (2013), o discurso moral da religião é o primeiro a condenar os vícios – alguns dos quais se tornarão parte fundamental do que será posteriormente designado como “perversão”. Roudinesco (2007/2008) sublinha como a perversão era vista no seio da Idade Média como “uma forma particular de abalar a ordem natural do mundo e converter os homens ao vício” (p. 10). Neste sentido, esta concepção de perversão pressupunha a existência de uma autoridade divina, a qual poderia vir a ser desvirtuada e corrompida por aquele que a desafiava. “Demoníaco, amaldiçoado, criminoso, devasso, torturador, lascivo, fraudador, charlatão, delituoso, o pervertedor era em primeiro lugar uma criatura dúbia, atormentada pela figura do Diabo” (p. 10). O que vemos delinear-se na história das sociedades ocidentais é como, ao perverso, coube certo lugar de inumanidade, posto que sua figura representasse o que de mais abjeto, maldito e bestial poderia existir no campo das práticas sexuais, julgado como extrínseco à própria natureza humana.

No que concerne ao sistema de crenças católicas, as normas que diferenciariam os puros dos ímpios foram estabelecidas desde o Antigo Testamento, no “Levítico”, em que vários comportamentos sexuais são explicitamente condenados, tais como o incesto, o adultério e a sodomia. Coube à filosofia catequética de Santo Agostinho – um dos grandes difusores da doutrina católica na Idade Média, cujos textos sobre a temperança e o casamento determinam ainda hoje os limites dos interditos e dos deveres conjugais –, apregoar tais normas e, por conseguinte, as correspondentes transgressões que geravam os vícios.

Em “A cidade de Deus” (1989/2012) – obra publicada originalmente no início do século V –, Santo Agostinho fez a primeira teologia e filosofia da história ao propor uma interpretação do mundo à luz da fé cristã. Ele propõe uma leitura de toda a existência dos homens segundo a fé, a qual é orientada para a salvação. Para que se possa alcançá-la, o cristão precisaria ultrapassar suas satisfações terrenas e seus prazeres corporais, abrindo mão da voluptuosidade provocada pela libido. Segundo ele, a voluptuosidade deveria ser evitada, uma vez que, quando esta chega ao cúmulo, “se ofusca por completo a razão e surge a treva do pensamento” (p. 188).

O que Santo Agostinho (1989/2012) salienta é que, não somente o corpo é devassado pela libido, pelo “amor perverso”, mas também a alma fica corrompida, afastando os cristãos das graças de Deus: “a luxúria não é vício da beleza e graça do corpo, mas da alma, que ama perversamente os prazeres corporais, desprezando a temperança, que nos une a coisas espiritualmente mais belas e incorruptivelmente mais cheias de graça” (p. 87).

A preconização do casamento na filosofia teológica agostiniana desempenhou papel fundamental na evolução da pastoral católica durante a Idade Média, a qual deu imenso peso à circunscrição do sexo e da sexualidade ao matrimônio, orientados para a reprodução. O amor conjugal do homem e da mulher foi colocado sob o duplo preceito moral da fidelidade e da fecundidade. O matrimônio é destarte indissolúvel, não podendo ser revogado por nenhum poder humano, nem por nenhuma causa, além da morte, e deve ter como função a multiplicação da espécie. As palavras de Santo Agostinho sobre a “união carnal” são contundentes:

Não temos a menor dúvida de que o crescer, multiplicar-se e povoar a terra, segundo a bênção de Deus, é dom do matrimônio, instituído por Deus desde o princípio, antes do pecado, ao criar o homem e a mulher. O sexo, evidentemente, supõe algo carnal. [...] Como de maneira muito clara se vê nos corpos de seres de sexo diferente, o homem e a mulher foram criados com o fim de que, pela geração da prole, crescessem, se multiplicassem e povoassem a terra. Ser refratário a isso constituiria notável absurdo. (SANTO AGOSTINHO, 1989/2012, p. 194-5)

Neste contexto, a castidade – definida como a “virtude moral que regula retamente toda a expressão voluntária de prazer sexual dentro do casamento e a exclui totalmente fora do estado matrimonial” (TRESE, 1999, p. 236) – assume papel determinante na regulação dos atos e dos desejos. Em decorrência disso, a tradição moral-legislativa da Igreja dividia os pecados sexuais, violações da virtude da castidade, em duas categorias: “crimes contra a castidade” e “crimes contra a dignidade do casamento”. Os primeiros versavam sobre a luxúria, a masturbação, a fornicação, a prostituição e a violação, enquanto os outros falavam sobre o adultério, o divórcio, a poligamia, o incesto e a união livre. Há uma sessão dedicada exclusivamente à sodomia, considerada como “depravação grave”, um ato contrário à “lei natural”, que exclui do ato sexual o “dom da vida”.

Entretanto, a tradição católica não se restringe aos atos físicos, mas também exerce seu controle sobre as formas veementes de desejo humano, contrárias aos ditames da razão. Para evitar o desejo, é preciso manter a pureza do corpo e do espírito através da oração, do pudor corporal e dos sentimentos, da pureza de intenção e do olhar, da disciplina dos sentidos, pensamentos e da imaginação, rejeitando-se “vontades pervertidas”. Muito mais do que uma

regulação dos atos que tentariam a virtude da castidade, o discurso religioso-moral reitera que é pecado não somente realizar um ato sexual ilícito, mas alimentar pensamentos ou desejos com relação a outras pessoas, de modo que a regulação incide não somente no corpo, mas na esfera anímica.

Conforme descreve Lantéri-Laura (1979/1994), a partir do Concílio de Trento, a castidade representava um ideal da vida cristã diante da qual o corpo, como meio de prazer, achava-se no registro do pecado, na vertente do mal, sendo a carne um lugar de impiedade. Diante disto, a única justificação para a sexualidade era a reprodução da espécie, e apenas se somada ao sacramento do matrimônio – todas as práticas que estavam além dessa eram ilícitas, pecaminosas, em suma, perversas. Insidiosamente, essas regras foram se transformando no imperativo da moral sexual burguesa.

Neste contexto, o sexo acabou por ocupar paulatinamente o lugar de operador do controle sobre os fiéis através dos mecanismos da confissão, de modo que “pensamentos, desejos, imaginações voluptuosas, deleites, movimentos simultâneos da alma e do corpo, tudo isso deve entrar, agora, e em detalhe, no jogo da confissão e da direção espiritual” (FOUCAULT, 1976/1988, p. 25). Opera-se, progressivamente, um deslocamento do pecado da carne para a inquietação do desejo, para os desvios nas faculdades da alma.

Foucault (1976/1988) chama atenção para a conjuntura de que esta é a primeira vez na história do Ocidente moderno em que uma constrição geral de confessar tudo o que se relaciona ao jogo dos prazeres, sensações e pensamentos referidos ao sexo se impõe de forma tão evidente e generalizada. Não se trata apenas de confessar os atos contrários à lei religiosa, mas inserir o próprio desejo transgressivo no discurso confessional. Com isso, a intenção da pastoral cristã, que estaria por trás de tal detalhamento discursivo do campo do desejo, era produzir efeitos de domínio, mas também de reconversão espiritual, de retorno a Deus, e, portanto, de reconfiguração do próprio desejo.

Cabe pontuar que a técnica da confissão não ficou restrita à esfera religiosa, mas ampliou-se para outros mecanismos de poder, para cujo funcionamento o discurso sobre o sexo passou a ser essencial, passando a provocar uma espécie de “erotismo discursivo generalizado”. A hipótese defendida por Foucault é que, ao invés de sofrer um processo de restrição, a sexualidade foi submetida a um mecanismo crescente de incitação discursiva e que, a partir do fim do século XVI, a “vontade de saber” em torno da sexualidade fez com que esta fosse progressivamente deixando de ser algo que se deve condenar, tolerar ou julgar, passando a ser algo que se deve regular, gerir, administrar.

Tal incitação discursiva em torno da sexualidade não é, contudo, um fenômeno simplesmente quantitativo, mas implicou, essencialmente, em uma dispersão de sexualidades, uma implantação múltipla de heterogeneidades sexuais e um reforço de suas formas absurdas, no que Foucault chamou de “implantação perversa”. De acordo com ele, desde o fim do século XVI até o fim do século XVIII, havia três grandes códigos normativos que regulavam as práticas sexuais, todos centrados nas relações matrimoniais: o direito canônico, a pastoral cristã e a lei civil, os quais fixavam, a partir de seus princípios próprios, a linha divisória entre o lícito e o ilícito. No entanto, todos se centravam no dever conjugal, no sexo dos cônjuges, configurando aquilo que ele denominou de “dispositivo da aliança”.

O dispositivo da aliança legitimava a monogamia heterossexual, submissa à economia estrita da reprodução, e em torno da qual gravitavam “sexualidades periféricas”, que seriam “contra a natureza” – e é destarte sobre estas que o foco do discurso passa a estabelecer-se: “o que se interroga é a sexualidade das crianças, a dos loucos e dos criminosos; é o prazer dos que não amam o outro sexo; os devaneios, as obsessões, as pequenas manias ou as grandes raivas” (FOUCAULT, 1976/1988, p. 46). Ganha destaque assim a personagem que representa a maior transgressão às regras da aliança: o perverso. Este é “transpassado, independentemente de si mesmo, pela tenebrosa folia do sexo. [...] Deliberadamente fere a lei, ao mesmo tempo em que algo como uma natureza desviada arrebatá-lo para longe de qualquer natureza” (FOUCAULT, 1976/1988, p. 46-7).

O interesse em torno das “sexualidades periféricas” – tendo na figura do perverso seu protagonista – indica uma preocupação de se exercer um controle mais direto sobre elas. Entretanto, tal controle muda de feitor: se até o fim do século XVIII a Igreja era a grande interventora na sexualidade conjugal, a partir do século XIX foi a Medicina que empreendeu a gestão dos prazeres do casal, mas não somente. Seu domínio difundiu-se e espalhou-se pelos interstícios das práticas sexuais como um todo – desde a masturbação das crianças, passando pela homossexualidade e, evidentemente, pelas perversões.

Contudo, esta passagem não se deu de imediato. De fato, como esclarece Lantéri-Laura (1979/1994), o domínio sobre as perversões no decorrer do século XIX permaneceu, em grande parte, restrito à legislação, sendo o interesse da medicina dedicado a esse tipo de fenômeno bastante tardio e indireto. Os médicos só se ocupavam delas a pedido dos magistrados, os quais, apenas vez por outra, admitiam que formulassem uma opinião sobre o assunto. Nessa passagem do domínio sobre as perversões da moral religiosa para a ciência médica, uma figura destacou-se entre as demais: o homossexual.

## 1.2 SODOMITAS, PEDERASTAS, URANISTAS E INVERTIDOS

“Fornicação não natural, seja entre pessoas do sexo masculino ou de humanos com animais, deve ser punida com prisão; a sentença de perda dos direitos civis também pode ser aplicada”: este é o infame parágrafo 175 do Código Penal prussiano, adotado em 1871, logo após a unificação do Império Alemão. A sodomia entre homens era severamente punida – medida que foi estendida a todos os Estados que compunham o Império Alemão, inclusive àqueles que já não puniam a homossexualidade. Além disso, na monarquia austro-húngara, a legislação punia também a homossexualidade feminina. Note-se ainda que a legislação prussiana não punia qualquer aspecto da homossexualidade masculina, mas condenava precisamente a fornicção, isto é, o coito anal, e a verdade sobre o ato só poderia ser estabelecida através da confissão de um dos parceiros (LANTÉRI-LAURA, 1979/1994).

Vemos delineando-se como os procedimentos regulamentados da confissão do sexo, da sexualidade e dos prazeres sexuais se imiscuem irrevogavelmente nos interstícios das instituições de poder, seguindo técnicas muito refinadas que põem a sexualidade do sujeito sob escrutínio (FOUCAULT, 1979/2010). A confissão vem justamente para extrair uma verdade sobre o sujeito, com o intuito de autenticar um ato de expressão da sexualidade como ato de verdade. Este mecanismo que liga o sexo e sua enunciação à verdade de si mesmo estendeu seus efeitos das instituições religiosas para diversas outras, aí incluindo a justiça, a pedagogia, as relações familiares e, sobretudo, a medicina (BENEVIDES, 2013).

A confissão difundiu amplamente seus efeitos: na justiça, na medicina, na pedagogia, nas relações familiares, nas relações amorosas, na esfera mais cotidiana e nos ritos mais solenes; confessam-se os crimes, os pecados, os pensamentos e os desejos, confessam-se passado e sonhos, confessa-se a infância; confessam-se as próprias doenças e misérias; emprega-se a maior exatidão para dizer o mais difícil de ser dito; confessa-se em público, em particular, aos pais, aos educadores, ao médico, àqueles a quem se ama; fazem-se a si próprios, no prazer e na dor, confissões impossíveis de confiar a outrem, a confessar. Quando a confissão não é espontânea ou imposta por algum imperativo interior, é extorquida; desencavam-na na alma ou arrancam-na no corpo. (FOUCAULT, 1976/1988, p. 67-8)

A tese desenvolvida por Foucault em sua “História da sexualidade” (1976/1988) e por Lantéri-Laura (1979/1994) em sua “Leitura das perversões” diz respeito a como a sexualidade – e a incitação discursiva em torno dela – tornou-se referência fundamental no processo de produção da verdade e da subjetividade dos indivíduos na era moderna. Se até o fim do século XVIII era o discurso religioso-moral que ditava o que era lícito e o que não era nas práticas sexuais, no início do século XIX observamos um momento de transição.

Vemos, então, surgir, dentre o que era tido como perversão, a personagem do homossexual, verdadeiro representante desse momento. Ao analisar através de quais fenômenos a medicina positivista da segunda metade do século XIX passou a se interessar pelo problema das perversões, Lantéri-Laura (1979/1994) afirma que ela o fez através de um estudo detalhado da homossexualidade, o qual precedeu e influenciou diretamente as sínteses gerais comandadas por Krafft-Ebing e Havelock Ellis. Tais pesquisas desenvolveram-se, sobretudo, nos países de língua germânica e visavam, por um lado, conhecer melhor o que estava em questão nos fenômenos em causa e, por outro, modificar uma legislação penal que continuava uniformemente repressiva. Nesse sentido, os primeiros estudos médicos sobre a homossexualidade tenderam a concebê-la como um fenômeno que nada tinha de monstruoso, mas representava uma variedade de acesso ao gozo.

O Código Penal francês da época, inclusive, parecia bastante liberal no que concernia aos crimes e delitos, bem como em suas punições, que tinham a sexualidade como tema principal: “o legislador só pretendia punir, em matéria de comportamentos sexuais, o escândalo público do ultraje aos bons costumes e o atentado ao pudor; nessa segunda eventualidade, só existia falta em função de dois elementos: a idade e o consentimento” (LANTÉRI-LAURA, 1979/1994, p. 15). Ou seja, a letra da Lei punia o escândalo público, protegia os menores de idade e condenava a violência cometida contra um adulto sem seu consentimento. O legislador burguês não tinha interesse algum em se intrometer na sexualidade dos adultos, nem preocupações quanto às diversas formas de se chegar ao orgasmo.

Ademais, nestes casos, no início do século XIX, a medicina tinha menos um papel de sustentar um discurso psicopatológico sobre o réu do que descrever ao tribunal os danos sofridos pela vítima. O discurso médico acerca dos propósitos dos comportamentos sexuais se limitava a alegar que múltiplas condutas sexuais eram nada mais que variedades da alienação mental, que giravam em torno da categoria das monomanias instintivas, definidas por Esquirol. Através dessa categorização, vemos o esforço dos peritos médicos de passar do estudo dos danos na vítima para uma análise clínica do sujeito acusado. A progressiva captura destes casos pela medicina representou, portanto, importante mudança na ótica do julgamento: não se tratava tanto de punir tais atos, mas de tratá-los para prevenir sua recidiva; não se trataria do caráter exemplar do castigo, mas da eficácia da terapêutica.

Segundo Heckma (1991), na esteira arqueogenealógica de Foucault e epistemológica de Lantéri-Laura, diversos historiadores contemporâneos discerniram uma verdadeira revolução sexual a partir de meados do século XVIII, chamando atenção para a controvertida

construção do conceito de sexualidade no entrecruzamento dos saberes religioso, jurídico e médico-psiquiátrico, na qual a homossexualidade – com os diversos nomes que assumiu ao longo dos anos – desempenhou papel determinante.

É como uma das “aberrações sexuais”, possuidora da luxúria em seu mais evidente estado, que a figura do sodomita assume um papel de destaque na história da sexualidade. De acordo com Marchand (2011), até o final do século XVIII, a moral cristã regulava as práticas sexuais com tanto peso quanto o Direito, e os tribunais eclesiásticos estavam encarregados de julgar os atos sodomitas. Estes eram considerados um pecado pelo qual a pena de morte (em geral, a pira funerária) poderia ser imposta.

Como salienta Heckma (1991), o movimento de descriminalização da sodomia na Europa teve início a partir da crítica dos filósofos iluministas à severidade da penalidade que lhe era conferida, em especial nos estados prussianos. No entanto, tal descriminalização implicou em uma considerável mudança de ótica acerca do fato: se até então os manuais de medicina forense se dedicavam a estudar as consequências dos atos de sodomia, a partir de 1800 o foco passa a recair sobre suas causas e sobre o caráter dos sodomitas. Os peritos progressivamente não mais examinavam o corpo das “vítimas” do ato, mas passaram a analisar o estado mental do próprio autor.

É nessa transição do domínio religioso-moral para o domínio positivista da medicina que começam a despontar algumas produções teórico-clínicas, em especial no campo da medicina forense. Por exemplo, em 1844, o médico vienense Heinrich Kaan publicou uma tese baseada na teoria do onanismo de Tissot, afirmando que a prática masturbatória era resultado de um “fantasiar excessivo” que levaria a todas as outras perversões conhecidas pela medicina forense – pederastia (termo que passa a ser difundido para se referir aos atos homossexuais masculinos), tribadismo (do grego “*tribein*”, se esfregar, para se referir à homossexualidade feminina), bestialidade, violação de corpos e estátuas. Ulteriormente, todas as perversões, de acordo com Kaan, levariam à insanidade.

Em 1849, um artigo publicado pelo alienista francês Claude-François Michéa acerca dos “desvios do apetite venéreo” representou o início de um debate importante na teoria da sexualidade. Segundo ele, as perversões não eram atos causados por um “fantasiar excessivo” e, portanto, com uma causalidade sociopsicológica, mas sim um fenômeno que implicava uma disfunção fisiológica. Ele rebatizou a pederastia como “filopédia” (*philopédie*), argumentando que os “filópedas” eram homens femininos, isto é, que possuíam um órgão feminino em seu corpo. Apesar do caráter rudimentar de suas justificativas, a relevância de Michéa para a

história da sexualidade foi que pela primeira vez se articulava a homossexualidade a uma teoria biológico-fisicalista.

Em seguida a Michéa, na Alemanha, o médico forense Johann Ludwig Casper expôs as qualidades femininas da personalidade dos pederastas, chamando-os de “hermafroditas da mente”. Casper, assim como Michéa, representava o espírito científico da medicina de sua época, que começava a se ocupar dos desvios na personalidade que estariam por trás de diferentes tipos de comportamentos “anormais” (insanidade, crime, perversão). Cabe ressaltar que a teoria criminológica positivista de Cesare Lombroso, que associava uma série de características biológicas antropométricas ao comportamento do criminoso, lhe é contemporânea.

Imerso nesse espírito, o jurista alemão Karl Heinrich Ulrichs desenvolveu um constructo teórico que ganhou grande importância para os estudos em torno da homossexualidade. Em 1869 ele cunhou o termo “uranismo”, que viria designar “*anima muliebris in corpore virili inclusa*”, isto é, “uma alma de mulher em um corpo masculino”. O uranismo seria uma espécie de “hermafroditismo psíquico” inato. Segundo Ulrichs, esse tipo particular de homossexualidade masculina não podia se tratar de algo patológico, mas de uma disposição singular da natureza (congenita), na qual nada se podia modificar:

Os uranistas não eram doentes, era ilusório esperar uma mudança no objeto de sua paixão, era atroz impedi-los de serem felizes a sua maneira, e a ciência devia mostrar à sociedade que era preciso aceitá-los como eram, como uma variedade da espécie humana. (LANTÉRI-LAURA, 1979/1994, p. 30)

Ao situar o uranismo fora do campo patológico, Ulrichs distinguiu-o da doença mental e da devassidão, reclamando seu direito à não repressão penal. Ele concebia o uranismo como um modo particular de satisfação sexual, derivado de um dado natural e, portanto, relacionado com a natureza, não contrário a ela. A tese de Ulrichs visava criticar a criminalização da homossexualidade na Alemanha: se tratava-se de algo inato, e não adquirido/aprendido, criminalizar a homossexualidade seria um despropósito. Sua mensagem foi recebida positivamente pela comunidade médica europeia, que acabou por concluir que a sodomia não era prejudicial.

Apesar da pressão contrária de grupos cristãos que desejavam a manutenção do estatuto criminoso da “fornicação não natural”, a teoria de Ulrichs alcançou um sucesso expressivo nos círculos médicos. Muitos psiquiatras berlinenses endossaram-na, conquanto a levarem em outra direção. O psiquiatra alemão Karl Friedrich Otto Westphal, em 1870,

publicou um artigo em que descrevia o que chamou de “sensibilidade sexual inversa”, isto é, um modo de experimentar o sexual de maneira oposta ao habitual: estavam então batizados os “invertidos”. A “sensibilidade sexual inversa” fazia referência à heterossexualidade, a qual permanecia considerada como a forma “normal” da sexualidade.

Westphal considerava a inversão sexual como uma condição psicopatológica que deveria ser objeto de estudo psiquiátrico. Da mesma forma como Ulrichs, acreditava no caráter congênito de tais casos, sem insistir em uma eventual hereditariedade. Ambos consideravam a inversão sexual como fazendo parte da própria natureza, de modo que a expressão moral-religiosa de “costumes contrários à natureza” não tinha nenhuma significação científica.

Além disso, a natureza congênita da inversão sexual permitia distingui-la da devassidão. A obra de Westphal desvinculou definitivamente a homossexualidade da categoria das monomanias instintivas de Esquirol. Contudo, ao encontrar nos invertidos uma série de traços comuns com o que então se entendia como neurose<sup>1</sup>, Westphal pôde ligar a inversão à medicina, mas sem assimilá-la à alienação mental. De acordo com a leitura de Lantéri-Laura (1979/1994), tal postura será reencontrada em múltiplas obras posteriores.

Depois de Westphal, o trabalho do psiquiatra alemão Albert Moll – também chamado de “pai da sexologia moderna” – foi o que, sem dúvida, representou a investigação clínica mais exaustiva sobre a homossexualidade. Ao se dedicar ao estudo das “perversões do instinto genital”, ele interrogou-se sobre a etiologia da inversão, também afirmando seu caráter congênito, mas admitindo a importância de certas causas fortuitas – como o fato de o homem ter visto cenas sexuais na infância, ou passar uma vida reclusa e sem mulheres.

Para Moll, a explicação para a “inversão do instinto genital” não se encontraria nos órgãos genitais propriamente ditos (pois estes funcionam normalmente nesses casos), mas sim no processamento mental, feito pelo sistema nervoso central, dos sentidos genitais. Ou seja, de acordo com Moll, a sexualidade seria uma função fisiológica dentre outras, cujo processamento mental, nos invertidos, encontrar-se-ia desviado – ao invés de a representação mental da mulher excitar o sentido genital do homem, nos invertidos (masculinos) a excitação seria provocada pela ideia do homem. Além disso, a ligação da sexualidade às funções reprodutivas era, na espécie humana, algo puramente teleológico que a ciência não poderia corroborar e que era incapaz de estabelecer as fronteiras entre o normal e o patológico. Segundo ele,

---

<sup>1</sup> A qual, então, abarcava as síndromes coréicas (caracterizadas por movimentos involuntários arrítmicos, rápidos, abruptos), a epilepsia, a histeria e a neurastenia.

[...] a sexualidade correspondia, primeiramente, à produção do orgasmo; os membros da espécie humana chegavam a este de diversas maneiras, e alguns só conseguiam fazê-lo com parceiros de sexo igual ao deles; somente quando sofriam com isso é que o terapeuta devia ocupar-se do assunto, tendo, aliás, pouca probabilidade de êxito. (LANTÉRI-LAURA, 1979/1994, p. 34)

Dessa forma, tanto Ulrichs e Westphal quanto Moll desenvolveram suas primeiras pesquisas no sentido de corrigir a legislação penal, ao mostrar que a homossexualidade não era algo penalizável, mas uma das variações normais para se chegar ao orgasmo, sem que o juiz tivesse qualquer ingerência sobre o assunto.

O que se vê, contudo, neste movimento de transição, é como a homossexualidade – e as perversões de um modo geral – progressivamente sai do domínio da medicina forense e do discurso jurídico para entrar de vez no discurso médico-psiquiátrico, passando de crime a psicopatologia. O homossexual surgiu como um dos primeiros “tipos” a serem investigados detalhadamente pelo saber médico oitocentista, em estudos que precederam as grandes sínteses do fim do século XIX, mas o movimento não ficou restrito a ele. A partir do último terço do século, uma série de “aberrações sexuais” tornou-se alvo de estudos científicos realizados pela psiquiatria, que começou a estudar as variações dos comportamentos sexuais, as quais se transformariam pouco a pouco em capítulos específicos dos grandes tratados de classificação das perversões.

### 1.3 OS GRANDES COMPÊNDIOS DAS ABERRAÇÕES SEXUAIS

Na segunda metade do século XIX, a emergência da psicopatologia sexual a partir do discurso médico-psiquiátrico promoveu verdadeira revolução científica no que concerne à sexualidade e às práticas sexuais. O modelo da medicina forense – cujo interesse centrava-se nas consequências físicas das práticas sexuais – começava a caducar e ser abandonado. No período entre 1880 e 1895, como afirma Heckma (1991), a psicopatologia sexual era uma ciência em desenvolvimento, cuja atenção passou a ser fixada em torno de como os atos sexuais seriam causados por determinantes fisiológicos ou psicológicos dos indivíduos que apresentavam desejos sexuais “fora do normal”.

Surge um interesse crescente em torno das “aberrações sexuais” com o objetivo de classificá-las exaustivamente, descrevê-las pormenorizadamente e determinar suas causas precisamente. Esta classificação, a princípio, deu-se de forma desordenada, uma vez que não havia consenso acerca da nomenclatura dos fenômenos em questão e, muito menos, de sua

determinação causal. Até que a “*Psychopathia sexualis*” de Richard von Krafft-Ebing seja publicada em 1886, representando a tentativa mais conhecida no sentido de unificar o discurso médico-psiquiátrico a respeito das “aberrações sexuais”, uma série de tentativas independentes despontaram na diligência de adequar o conhecimento psicopatológico aos princípios do modelo positivista da ciência.

Como destaca Pacheco (2003), a medicina no século XIX foi marcada por uma preocupação ostensiva de diferenciar-se da filosofia, da religião e também da psicologia, cujos objetos de conhecimento transcendiam a matéria, dirigindo-se ao mundo espiritual. Ela buscava aproximar-se das ciências naturais, consolidando seu saber e sua terapêutica em critérios (supostamente) objetivos. Vemos então progressivamente se desenvolver a concepção das anomalias mentais como “decorrência de distúrbios orgânicos provindos de disfunções de estruturas orgânicas, ou ainda de lesões anatômicas ou funcionais do encéfalo, e que se refletiam no comportamento sob a forma de sintomas” (p. 153).

Doron (2012) busca uma genealogia para o conceito de perversão na psiquiatria afastada de uma acepção moral-religiosa, segundo a qual ela teria suas raízes bem estabelecidas desde o século XVII, quando qualificava uma “alteração dos humores”, isto é, um processo patológico através do qual os fluidos corporais – como o sangue, a bile ou a linfa – perderiam suas qualidades originais por alguma disfunção dos órgãos que os regulam, de modo a acidificá-los, torná-los espessos ou fermentá-los: “Por ‘perversão dos humores’, entende-se então uma ‘mudança qualitativa’, uma modificação da qualidade dos humores que leva a uma modificação mais ou menos radical da constituição e à doença, mesmo à morte” (p. 40, tradução nossa). É a esta noção de “alteração qualitativa” que ele credita o sentido da perversão na psiquiatria, seja quando ela é incluída na categoria das monomanias instintivas ou das aberrações sexuais.

Durante boa parte do século XIX, contudo, a concepção psiquiátrica da perversão permaneceu ainda atrelada de maneira muito estreita a ideais morais, encontrando na noção de degenerescência um campo prolífico de desenvolvimento (PIRLOT; PEDINIELLI, 2013).

*O Traité des Dégénérescences*, de Benedict-Augustin Morel, publicado em 1857, expõe uma teoria da hereditariedade dos transtornos mentais que teria grande influência no pensamento psiquiátrico até o início do século XX. Segundo sua proposição, fortemente impregnada de uma perspectiva religiosa católica, o homem teria sido criado, perfeito, por Deus. A degeneração, correlativa do pecado original, consistiria na transmissão à descendência das taras, vícios e traços mórbidos adquiridos pelos antecessores. [...] Em decorrência dessa teoria, muitos projetos de intervenção social de cunho higienista foram desenvolvidos, de modo a impedir a propagação da degeneração da raça. (PEREIRA, 2008, p. 490)

Peixoto Jr. (1999) chama atenção ainda para o fato de que os degenerados de Morel eram descritos como sujeitos intelectualmente degradados, rebaixados enquanto seres de razão – o que era inaceitável para os ideais iluministas vigentes. Sua irracionalidade misturava-se com uma “a-moralidade”, e toda sua teoria acabava por reescrever tradições morais seculares sob a forma de um vocabulário científico. Além disso, outro ponto fundamental da teoria da degenerescência dizia respeito à articulação entre a hereditariedade biológica e a moral.

Na primeira metade do século, como afirma Pereira (2008), a articulação entre os traços transmitidos pela herança biológica, de um lado, e os fatores acidentais, biográficos, morais e psicológicos, de outro, era feita de maneira confusa e inespecífica, de modo que a publicação de Morel veio oferecer uma mudança significativa acerca das formas de se compreender como o herdado participaria da causação das perversões sexuais. Sua teoria desenvolve-se a partir da concepção de que “a herança que se transmite através das gerações não se restringe ao plano biológico, mas inclui dimensões morais e de comportamentos – virtuosos ou viciados” (p. 492). A potencialidade explicativa da degenerescência repousa sobre a ideia de que todos os traços mórbidos ou aberrantes de uma pessoa poderiam ser justificados a partir da conduta de um antepassado, de alguém da família. O caráter metafísico de sua teoria foi duramente questionado posteriormente, mas não deixou de exercer bastante influência nas concepções psicopatológicas do fim do século.

Como sustenta Foucault (1976/1988), o conjunto perversão-hereditariedade-degenerescência passa a constituir o núcleo sólido das novas tecnologias do sexo. Define-se, então, “um passado, uma história, uma infância, um caráter, uma forma de vida; também é morfologia, com uma anatomia indiscreta e, talvez, uma fisiologia misteriosa. Nada daquilo que ele é, no fim das contas, escapa à sua sexualidade” (p. 50). Com isso, atesta-se agora mais do que nunca como, progressivamente, a sexualidade adquire peso fundamental na concepção dos indivíduos, de sua “natureza”. Os psiquiatras do século XIX entomologizaram as diferentes espécies de perversos, constituindo um grande “herbário” dos prazeres do sexo, classificando-os e descrevendo-os a partir do discurso da ciência. E, mais importante, a sexualidade passa a ser incorporada, inserida nos corpos, nas condutas dos indivíduos, tornando-se princípio de classificação e inteligibilidade.

A moral moreliana perde espaço para o organicismo científico. Neste momento surgem os grandes compêndios dos transtornos psiquiátricos – Kaan, Krafft-Ebing, Moll e Ellis são representantes deste movimento de psiquiatrização das “perversões”, que viria a tomar o lugar da caducante categoria moral da degenerescência. Krafft-Ebing foi um dos

principais autores que procurou organizar o “herbário” das sexualidades, e sua obra mais conhecida, “*Psychopatia sexualis*”, publicada originalmente em 1886, alcançou enorme sucesso entre os psiquiatras de sua época. De acordo com Heckma (1991), de 1886 a 1894, uma versão significativamente aumentada do livro aparecia a cada ano, fazendo com que ele crescesse de 110 para 440 páginas. Em sua décima sétima edição, revista por Albert Moll, ele já contava com 838 páginas.

Ao se percorrer o tratado clínico de Krafft-Ebing, encontra-se na homossexualidade o centro organizador de sua argumentação sobre as perversões – agora não mais entendida enquanto crime, mas sim como categoria psicopatológica; e, para além dela, havia a descrição do sadismo, do masoquismo, do fetichismo, do exibicionismo e da zoofilia.

No entanto, a unificação do discurso médico-psiquiátrico ainda era uma questão. A clínica permanecia em uma diversidade – empiricamente legítima, mas doutrinariamente muito vasta, exigindo uma unificação. A obra “Das anomalias, das aberrações e das perversões sexuais”, publicada em 1885 pelo o psiquiatra francês Valentin Magnan veio propor uma maneira de reunir a variedade dos comportamentos perversos em uma interpretação neurofisiológica, e sua síntese surge como um dos mais exatos testemunhos da teoria positivista das perversões do fim do século XIX. Magnan criticava o método clínico de sua época, afirmando que ele permanecia no nível das aparências, necessitando de fundamentos anatomofisiológicos para conformar-se aos preceitos positivistas da ciência (LANTÉRI-LAURA, 1979/1994; PEIXOTO JR., 1999; PIRLOT; PEDINIELLI, 2013).

Segundo Magnan, os fenômenos perversos só poderiam ser decifrados a partir da compreensão anatomofisiológica dos distúrbios no funcionamento hierarquizado do sistema nervoso central. Ele propunha um modelo anatômico organizado do comportamento sexual normal e, a partir dele, formulava as alterações específicas que embasariam o entendimento das perversões. A sexualidade normal corresponderia a um funcionamento equilibrado das relações entre o arco reflexo espinhal e os centros corticais – de modo que as perversões estariam relacionadas às disfunções destas relações. Com isso, Magnan faz passar a compreensão psiquiátrica das perversões de uma interminável enumeração de casos para uma explicação elementar fisicalista do sistema nervoso central e de suas localizações, deslocando o interesse das condutas perversas para a estrutura patológica do paciente.

As perversões sexuais puderam então ser compreendidas como condutas que permitiam atingir o orgasmo com um funcionamento neurofisiológico incomum e desarmônico [...]. Não havia nela bem nem mal, e sim uma natureza; essa natureza, ademais, não se definia por nenhuma teleologia, e por isso é que a reprodução nunca foi um critério no pensamento de Magnan; a ordem natural era a da hierarquia dos

centros nervosos, demonstrada independentemente de qualquer preocupação com a moral ou com a finalidade biológica. Os perversos não o eram nem porque fizessem amor diferentemente da média das pessoas, nem porque suas condutas não levassem à fecundação, mas porque seus comportamentos correspondiam a uma desestruturação da ordem do sistema nervoso central. *Havia uma raiz* de sua pertinência ao domínio do patológico. (LANTÉRI-LAURA, 1979/1994, p. 55-6, grifos do autor)

Apesar de bem aceitas a princípio, as teses de Krafft-Ebing e de Magnan irão provocar intensas discussões nos anos seguintes, em especial no que concerne à exclusividade fisicalista que suas teorias defendem. Em 1886, um ano após a publicação da tese de Magnan, Alfred Binet propôs a primeira explicação psicológica das perversões, dando ênfase a eventos fortuitos vividos geralmente na infância que, durante a juventude, provocariam uma forte associação de ideias que levariam às doenças amorosas e aos atos perversos<sup>2</sup>. A crítica de Binet abre caminho para autores como o psiquiatra alemão Albert von Schrenck-Notzing sustentar a utilização da sugestão hipnótica no tratamento das perversões, para desfazer a associação patológica e substituí-la por uma normal (PEIXOTO JR., 1999).

De acordo com Sigusch (2012) e Heckma (1991), contudo, foi com a publicação de “Estudos sobre a libido sexual” pelo sexólogo alemão Albert Moll em 1897 que se viu desenvolver pela primeira vez um trabalho científico substancial a respeito de uma teoria geral da sexualidade. Em um plano teórico, Moll foi muito além do que a hipótese de Morel acerca da degeneração. De acordo com Moll, ambos os impulsos sexuais – normal e perverso – eram uma combinação de dois elementos: um impulso de detumescência, de descarga, que se refere à necessidade orgânica de liberar secreção; e um impulso de “contractação”, de relacionamento, poder-se-ia dizer, que se refere ao lado social do impulso sexual e que diz respeito à atração pelo outro. Partindo daí, uma das decisivas contribuições de Moll foi desarticular a sexualidade da reprodução, ao afirmar que a reprodução nada mais seria do que um resultado fortuito de certos atos sexuais, mas estes certamente não seriam restritos a ela.

Enfim, o que se vê delinear no final do século XIX é uma descrição científica da sexualidade e das práticas sexuais, baseada em um discurso positivista ao qual os trabalhos posteriores não acrescentariam nada muito distinto. Esta descrição culminou na súmula de Ellis, fornecendo uma nomenclatura específica que permaneceu vigente por muitos anos à frente. É notável como encontramos até hoje, tanto no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM), organizado pela Associação de Psiquiatria Americana (APA), quanto na Classificação Internacional de Doenças (CID), organizada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), os ecos destes compêndios psiquiátricos do final do século XIX.

<sup>2</sup> Note-se aqui o prenúncio da teoria da sedução freudiana.

Se atualmente as perversões assumem a designação de “transtornos parafilicos”, a origem desta está diretamente vinculada às sùmulas de Krafft-Ebing e Ellis (ABDO, 2016).

Além disso, vê-se fixar uma linguagem conceitual com ressonâncias profundas no discurso freudiano sobre a sexualidade e, especificamente, sobre as perversões – linguagem da qual Freud irá se aproximar, em alguns momentos, mas, como veremos posteriormente, para dela se desviar. É inegável que Freud tenha herdado certo modelo de raciocínio positivista da psiquiatria da sua época, embora isto não signifique que ele não tenha promovido uma ruptura ou que não tenha diferenças substanciais básicas entre o discurso psicanalítico e o médico-científico contemporâneo a ele (PEIXOTO JR., 1999). De fato, no que concerne à epistemologia, mesmo quando uma teoria é radicalmente inovadora, ela aparece marcada por determinado campo de conceitos existente na época, e é a partir desses conceitos disponíveis que se expressará a novidade (RUDGE, 1999).

Desde seu nascimento, a Psicanálise redefiniu completamente a sexualidade, desvinculando-a da sua limitação à heterossexualidade com objetivos reprodutivos, o que provocou significativo abalo à estrutura moral vigente de sua época. Se até então o discurso médico-científico, por mais que se pretendesse neutro e asséptico, mantinha suas raízes na moral judaico-cristã, a “descoberta” freudiana vem revolucionar a compreensão da subjetividade humana, cuja constituição psíquica não pode ser separada da sexualidade.

Ao desconstruir uma série de preceitos consolidados em relação à sexualidade – seja através da importância concedida à fantasia em relação à facticidade; seja através da postulação de um sistema inconsciente que desconhece valores morais e cujos impulsos e desejos são alheios às barreiras para sua satisfação; seja através da definição da pulsão sexual como contingente, anárquica, plural e parcial; seja através da definição de uma dimensão “perversamente polimorfa” como algo que faz parte do processo normal da organização da sexualidade infantil – o discurso psicanalítico fez com que Freud fosse considerado por seus pares *persona non grata*, uma figura imoral, obscena e impopular (SANTOS; CECCARELLI, 2010; GRATTON, 2016).

Como salienta Cirino (2007), retomando a história da sexualidade a partir de Foucault, é pelo viés desse objeto, inventado e nomeado, “dispositivo de sexualidade” – no qual “falar de sexo” se destaca como traço pertinente – que se pode situar o aparecimento da psicanálise e o corte epistemológico, essencialmente transgressor, que ela veio produzir nas formas de se compreender as perversões. É por Freud ter efetuado uma passagem “essencial, difícil e fundamentalmente inovadora” (BONNET, 2008, p. 130), que o caráter revolucionário de sua

obra permitiu que ele desempenhasse papel essencial na evolução dos discursos sobre a sexualidade e, conseqüentemente, sobre as perversões.

## 2 A POLIMORFIA DA TEORIA FREUDIANA DA PERVERSÃO

*“Se não entendemos essas configurações patológicas da sexualidade nem podemos conciliá-las com a vida sexual normal, é porque tampouco entendemos a sexualidade normal. Em suma, um esclarecimento teórico pleno sobre a existência dessas chamadas perversões e de sua conexão com a chamada sexualidade normal é uma tarefa imperiosa.”*

S. Freud, “A vida sexual humana” (1917a[1916-1917])

Como sublinhamos no capítulo anterior, o discurso psicanalítico a respeito das perversões sexuais nasce “apoiado” no discurso médico-psiquiátrico do início do século XX – para então ser “pervertido”. Na subversiva obra publicada em 1905 e reiteradamente editada nos anos que se seguiram (1910, 1915, 1920 e 1924), “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade”, Freud começa sua argumentação analisando as “aberrações sexuais” a partir dos grandes compêndios de transtornos psiquiátricos, amplamente difundidos no meio científico de sua época. Suas proposições revolucionárias vieram desconstruir a concepção de sexualidade que dava sustentação a esses compêndios, dotando-a de um caráter perverso-polimorfo essencial.

Entretanto, o tema da perversão sofreu sucessivas e significativas transformações ao longo dos anos no próprio pensamento freudiano, de modo a se evidenciar uma dificuldade de unificação da teoria a respeito dela. Mais do que construí-la como uma categoria psicopatológica bem delimitada, os modelos sucessivos de Freud acabaram tornando polimorfa a própria teoria da perversão, de forma análoga a seu objeto (NEAU, 2015). Sem pretender fazer uma análise exaustiva desses modelos, mas acompanhar suas linhas de força, distinguimos três tempos singulares, ainda que entrelaçados, na obra freudiana a respeito da perversão:

(1) O primeiro teria sido formulado nos “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade” (1905/1996), no qual Freud concebe o polimorfismo perverso da sexualidade infantil, bem como formula o axioma “a neurose é o negativo da perversão”, o qual reverbera em artigos subsequentes, como é o caso das conferências introdutórias “A vida sexual humana” (1917a[1916-17]/2014) e “O desenvolvimento da libido e as organizações sexuais” (1917b[1916-17]/2014).

(2) O segundo tempo refere-se à teorização acerca do complexo de Édipo como o núcleo das perversões (bem como das neuroses), desenvolvido principalmente nos artigos “‘Batem numa criança’: contribuição ao conhecimento da gênese das perversões sexuais”

(1919a/2010), “O eu e o id” (1923a/2011), “A organização genital infantil” (1923b/2011) e “A dissolução do complexo de Édipo” (1924/2011).

(3) O terceiro tempo, por muitos considerado o cerne da problemática da perversão, encontrar-se-ia desenvolvido nos artigos “Fetichismo” (1927/1996), “A divisão do ego no processo de defesa” (1940b[1938]/1996) e no “Esboço de psicanálise” (1940a[1938]/1996), nos quais os mecanismos defensivos específicos da perversão, como as noções de recusa da castração e clivagem do ego, são desenvolvidos, ganhando destaque e consolidação teórica, ainda que de forma inacabada.

Nosso interesse inicial consiste, portanto, em seguir a proposta de cartografia supracitada – a qual é baseada nas leituras de Chasseguet-Smirgel (1984), Ferraz (2000/2008) e Neau (2004) –, elegendo ao longo do percurso alguns pontos balizadores para a definição freudiana clássica das perversões, retomando aqueles que ficaram subsumidos pelo modelo do fetichismo e ressignificando-os para conferir novamente seu lugar de destaque na concepção metapsicológica da perversão.

## 2.1 FIXAÇÃO E REGRESSÃO À SEXUALIDADE INFANTIL PRÉ-GENITAL

O tema da perversão é abordado inicialmente por Freud de maneira sistemática nos “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade” (1905/1996). No ensaio inicial, Freud irá problematizar as colocações de psiquiatras como Krafft-Ebing, Havelock Ellis, Moebius, Hirschfeld, dentre outros –, esquadrinhando a literatura científica da época para investigar “aberrações” e “invertidos”, bem como a sua relação com uma suposta norma sexual. Pode-se afirmar que as proposições freudianas aqui vêm desconstruir a concepção moralista da sexologia do séc. XIX e o que ela definia como perversão, inserindo-a como dimensão inescapável da sexualidade. Neste contexto, ao ressignificar radicalmente a noção de perversão, Freud a coloca como operador fundamental através do qual concebe sua revolucionária teoria da sexualidade, bem como a construção da ferramenta teórica que viabiliza esta concepção: o conceito de pulsão.

Introduzida como constructo teórico que desvia a sexualidade de seus aspectos biologizantes, a noção metapsicológica de pulsão (*Trieb*) constitui o fundamento da vida psíquica, como força que anima e impulsiona as manifestações do aparelho como um todo. O conceito de pulsão vem desconstruir de maneira muito radical a ideia teleológica veiculada pela noção de instinto (*Instinkt*), de que o objetivo e o objeto estariam fixamente ligados, de modo que a cada objetivo corresponderia um objeto específico e predeterminado. De fato,

como o objetivo da pulsão é o prazer, a variabilidade própria ao objeto para o alcance da satisfação torna-se o parâmetro fundamental de distinção entre a pulsão e o instinto. O objeto através do qual a pulsão vai se satisfazer é fundamentalmente contingencial, variável, determinado por nossa história libidinal, a qual é específica e singular de cada sujeito.

A variabilidade do objetivo e do objeto da pulsão é decorrente da concepção teórica de que a sexualidade, em primeiro lugar, é infantil e, além disso, possui um caráter perverso-polimorfo. Ao postular que a sexualidade infantil é perversamente polimorfa, Freud está chamando atenção para duas dimensões importantes de serem marcadas: a polimorfia aponta para a variabilidade dos objetos da pulsão sexual, os quais são contingenciais e inespecíficos; e sua dimensão perversa aponta para a variabilidade dos objetivos da pulsão sexual, a qual não está submetida a um fim único e específico, mas está sempre em busca de prazer, o qual é parcial e autoerótico, podendo ser obtido a partir de múltiplas formas, em múltiplas zonas do corpo e com múltiplos objetos. A inespecificidade dos objetos e a condição de parcialidade das pulsões tornariam a perversão a regra da sexualidade, e não sua exceção, inscrevendo-a na dinâmica psíquica montada para satisfazer o imperativo pulsional de satisfação, de tal modo que a disposição perverso-polimorfa refletiria a disposição subjetiva por excelência em relação ao desejo sexual.

Na verdade, Freud toma como ponto de partida o discurso médico-científico existente em seu esforço classificatório para dele se desviar: mantendo-se no interior da sintaxe em que foi produzido o saber anterior, Freud vai analisar os conceitos e princípios que sustentavam esse saber, para então “pervertê-lo”. Se o instinto era o conceito no qual se ancorava o discurso médico-científico, através da introdução do conceito de pulsão opera-se uma torção fundamental na maneira de se conceber a sexualidade.

Para chegar a esta concepção, Freud inicia sua análise do que seriam as “aberrações sexuais” e os desvios que lhe caracterizam, sejam em relação ao objeto, sejam em relação ao objetivo sexual. No que tange aos desvios com respeito ao objeto sexual, Freud elege para tal propósito a problemática dos “invertidos” – aqueles cujo objeto sexual é do mesmo sexo daquele que os anseia –, dos pedófilos – cujo objeto de escolha são pessoas sexualmente imaturas (crianças) – e dos zoófilos – cuja atração sexual por animais ultrapassa a barreira da espécie. A partir destes casos, Freud chega à conclusão de que devemos “afrouxar o vínculo que existe em nossos pensamentos entre a pulsão e o objeto” (1905/1996, p. 140), evidenciando a natureza contingencial da pulsão sexual, a qual admite uma ampla variação de seu objeto. Neste sentido, nada haveria de “normal” ou “natural” na escolha de objeto – seja

ela heterossexual, homossexual ou qualquer outra, pois estas seriam apenas possibilidades dentre várias.

Logo em seguida, Freud passa à consideração dos desvios com relação ao objetivo sexual, cuja normalidade estaria remetida à obtenção do orgasmo e da extinção temporária do instinto sexual, via penetração genital com uma pessoa do sexo oposto. Entretanto, Freud admite que “mesmo no processo sexual mais normal reconhecem-se os rudimentos daquilo que, se desenvolvido, levaria às aberrações descritas como *perversões*” (1905/1996, p. 141, grifos do autor), sendo esta a primeira aparição do termo no texto.

Neste momento, ele questiona a concepção moralista-patológica de que a normalidade sexual estaria remetida à obtenção do orgasmo e da extinção temporária do instinto sexual, via penetração genital com uma pessoa do sexo oposto, tal como era a norma presente no pensamento da época. Ele parece tomar aquilo que estaria dicotomizado entre normal, de um lado, e patológico, de outro, para inserir ambos num mesmo arco psicosexual cujo eixo central é a pulsão, afirmando uma dimensão perversa como sendo inescapável da sexualidade normal. Apalpar e contemplar o objeto sexual, bem como beijá-lo, são atividades intermediárias (supostamente, a caminho do coito) que têm um prazer intrínseco e se configuram como objetivos sexuais preliminares das pulsões, mas cujas partes do corpo envolvidas não pertencem ao aparelho genital propriamente dito. Freud os toma como evidências da ligação das perversões com a vida sexual normal.

Aqui, ele classifica as perversões em dois tipos. O primeiro refere-se às transgressões anatômicas quanto às regiões do corpo destinadas à união sexual e o segundo refere-se às fixações em alvos sexuais provisórios. Quanto às transgressões anatômicas, Freud fala da quase impossibilidade de se restringir o objetivo desejado da pulsão sexual ao encontro dos órgãos genitais propriamente ditos, uma vez que a valorização do objeto sexual se propaga por todo seu corpo e abrange todas as sensações provenientes dele. Isto é o que contribui para a elevação das atividades ligadas a outras partes do corpo à condição de alvos sexuais – como é o caso da mucosa dos lábios e da boca, bem como do orifício anal. No entanto, ele pontua, a propagação do interesse sexual para outras partes do corpo nada acrescenta de novo ao conhecimento das pulsões sexuais. O que é importante destacar é que, nas transgressões anatômicas, certas partes do corpo reivindicam ser consideradas “tais como genitais”, de modo que o órgão acede à condição de zona erógena, passando a comportar-se como uma parte do aparelho sexual.

A fixação de alvos sexuais provisórios, nas relações intermediárias com o objeto sexual, que normalmente seriam atravessadas com rapidez na consecução do alvo sexual final,

mas que se encontram dificultadas ou adiadas, é o segundo tipo de perversão definido por Freud neste momento – exemplificado na escopofilia e no sadomasoquismo. Tanto nos casos de fixação do prazer escopofílico – seja nos casos de voyeurismo ou nos de exibicionismo – como nos casos de sadomasoquismo – nos casos em que a satisfação sexual é exclusivamente obtida pela sujeição e maus tratos infligidos e/ou sofridos pelo objeto sexual –, Freud chama a atenção para a apresentação de uma configuração dupla – ativa e passiva – do alvo sexual. À bem da verdade, Freud adverte ainda que o contraste entre o par de opostos atividade e passividade pertence às características universais da vida sexual. Nas perversões, entretanto, tal contraste adquire importância capital.

Freud leva suas ideias ao limite ao apresentar uma proposta que radicaliza e amplifica a concepção acerca do que seria a sexualidade normal. Longe de estar restrita às “aberrações sexuais”, a problemática da perversão atravessa os “Três ensaios” de ponta a ponta, constituindo “*uma extensão da perversão à inteireza da sexualidade humana, quer ela se manifeste na criança, no perverso ou no neurótico*” (CHASSEGUET-SMIRGEL, 1984, p. 26-27, grifos da autora). Ele sustenta, desta maneira, que a predisposição às perversões não é uma particularidade rara, mas faz parte da constituição que passa por normal. Freud percebe que a disposição para as perversões é a disposição originária universal da pulsão sexual humana, presente desde a infância, e de que a partir dela, em consequência de modificações orgânicas e inibições psíquicas no decorrer dos diversos estádios de organização da libido, desenvolve-se o comportamento sexual normal.

Freud dirige seu interesse para o polimorfismo perverso da sexualidade infantil e, ao fazê-lo, ergue um dos pilares que sustenta a psicanálise como um todo. A sexualidade é destarte concebida como possuindo dois tempos. No primeiro, diversas correntes pré-genitais coexistem sem um eixo organizador em torno do qual se aglutinariam. A excitação sexual da criança provém de uma multiplicidade de fontes, e a satisfação surge, acima de tudo, mediante a excitação sensorial apropriada das zonas erógenas, qualquer órgão podendo funcionar como tal. No segundo tempo da sexualidade, todas as fontes de excitação sexual ficariam subordinadas ao primado das zonas genitais, no processo chamado por Freud de genitalização, segundo o qual todas as formas pré-genitais da sexualidade seriam dominadas pela corrente principal, e os atos delas decorrentes se tornariam acessórios para o coito genital.

Entre o primeiro e o segundo tempos do desenvolvimento psicosexual do sujeito, haveria um operador fundamental, nomeado por Freud como período de latência. Nos “Três ensaios”, ele atribui ao período de latência especial importância, uma vez que será ao longo deste interstício que o sujeito poderá, dentre outros movimentos psíquicos, consolidar seus

mecanismos de defesa diante das excitações sexuais que o acometem. Poderá também ampliar seu processo de socialização ao voltar seu interesse do mundo autoerótico para o mundo alteritário, desenvolver sua aptidão a deslocar a pulsão em direção a objetivos sublimatórios, bem como se identificar com outros objetos que não os parentais.

Ora, no que concerne à perversão, haveria a impossibilidade da corrente genital da libido impor-se sobre as outras correntes em detrimento da fixação infantil de uma corrente dominante, organizadora da vida sexual do sujeito, de suas fantasias e atos sexuais. A latência seria, deste modo, interrompida bruscamente ou mesmo suprimida sob a influência de excitações excessivas, que não encontrariam a continência do recalque. As fantasias perversas que tomam forma aqui são, portanto, as fantasias pré-genitais, que, ao invés de tornarem-se acessórias à consecução do prazer genital, acabam por assumir o lugar central da vida sexual.

No entanto, cabe salientar que tais fantasias perversas pré-genitais coexistem tanto nos neuróticos quanto nos perversos – de fato, em todos os seres humanos. A diferença é que, nos neuróticos, tais fantasias sofreriam recalque, possuindo papel central no conflito psíquico entre a pulsão sexual e a censura. Já o que ocorre na perversão é a precariedade no processo de recalque, possibilitando ao sujeito colocar em prática suas fantasias pré-genitais, de modo que, como adverte Ferraz (2000/2008, p. 25), “o perverso seria tudo aquilo que o neurótico almeja ser mas não encontra permissão para tal”. Então, podemos conferir sentido ao conhecido axioma freudiano que, ao comparar a neurose com a perversão, formulará que “a neurose é, por assim dizer, o negativo da perversão” (FREUD, 1905/1996, p. 157).

Este axioma, contudo, já fora postulado por Freud em ocasiões anteriores à sua publicação em 1905. Chasseguet-Smirgel (1984) indica haver uma série de escritos que a precederam, nas quais a histeria era mais precisamente designada como negativo da perversão: tal é o caso das cartas 52 (06 de dezembro de 1896) e 57 (24 de janeiro de 1897) de Freud a Fliess, bem como do caso Dora (1905[1901]) – o qual, apesar de ter sido publicado no mesmo ano que os “Três ensaios”, fora escrito por Freud em 1901. A extensão do axioma às psiconeuroses em geral, não somente restrito à histeria, é o ponto que o torna tão fundamental à construção de sua revolucionária teoria sobre a sexualidade. Essa concepção de Freud é importante para a compreensão da sexualidade em geral, na medida em que mostra que a perversão não é uma “aberração sexual” ausente nas demais pessoas, mas que é uma potencialidade de toda sexualidade humana. O perverso seria aquele que atua as fantasias que se encontram de forma latente e potencial em todas as pessoas. Na perversão, o que aconteceria seria

[...] a manutenção da sexualidade infantil perverso-polimorfa na vida adulta. O que diferencia a sexualidade infantil daquela do adulto é o fato de que, na criança, tudo é ainda apenas potencialidade. Nenhum eixo organizador, tirânico, dominou a cena sexual. No adulto perverso, ao contrário, a sexualidade está definida e cristalizada: um eixo pré-genital preside a vida sexual, tão despoticamente quanto a genitalidade o faz na vida sexual “normal”. (FERRAZ, 2000/2008, p. 25)

Tal concepção da perversão em Freud encontra ressonância em outros momentos de sua teorização, como é o caso da Conferência XX (1917a[1916-17]/2014), “A vida sexual humana”, e da Conferência XXI (1917b[1916-17]/2014), “O desenvolvimento da libido e as organizações sexuais”, ambas publicadas em 1917, nas quais Freud reitera alguns dos pontos principais formulados em 1905. Tanto o afastamento da concepção biologizante da sexualidade, passando pela universalidade do caráter perverso-polimorfo da sexualidade infantil, quanto a predominância de correntes pré-genitais, em detrimento da centralização da genitalidade, na obtenção do prazer sexual nos perversos, reaparecem nessas conferências introdutórias.

O que se entrevê no movimento do pensamento freudiano neste primeiro tempo é um deslocamento da compreensão da sexualidade como algo mecânico direcionado para a obtenção de satisfação para tensões, para algo pleno de significação e simbolismo, em que se evidencia a complexidade das fantasias sexuais presentes em toda forma de ato sexual e, por extensão, nas perversões. É essa complexidade veiculada através das fantasias sexuais que caracterizam o segundo momento da conceituação freudiana acerca das perversões – nas quais o complexo edípico e a dinâmica das identificações desempenham papel primordial.

## 2.2 UM DESTINO DO COMPLEXO DE ÉDIPO

O segundo tempo destacado da teorização freudiana acerca da perversão estaria relacionado à formulação do complexo edípico e à dinâmica das identificações nele implicadas. Em diversos momentos, Freud procurou tomar o complexo de Édipo como fundamento para a gênese das perversões, e é principalmente nos textos dos anos 1920 em que isso aparece de forma mais evidente. A ênfase, no que concerne às perversões, é desviada da fixação da libido em uma fase pré-genital, tal como defendida nos “Três ensaios” (1905/1996), e posta no mecanismo de recusa da castração.

No artigo “‘Batem numa criança’: contribuição ao conhecimento da gênese das perversões sexuais” (1919/2010), Freud se debruça sobre as fantasias masoquistas de espancamento frequentemente trazidas por seus pacientes, as quais aparecem investidas de

elevada excitação. A questão priorizada aqui é que tais fantasias de fustigação possuiriam uma pré-história, cujas etapas ele pretende examinar – etapas determinantes na gênese das perversões.

Essas fantasias teriam um desenvolvimento complexo, cuja relação com a pessoa que fantasia, seu objeto, conteúdo e significação é cambiante no seu decorrer. Freud as descreve em três períodos, cuja dinâmica dos processos identificatórios e das equações simbólicas nelas implicadas seriam resumidamente os seguintes: no primeiro, um adulto bate em uma criança indiscernível, diferente daquela que fantasia; no segundo, um adulto bate na própria criança que fantasia; e, no terceiro, o adulto que bate é o genitor do sexo oposto, e a criança que apanha é a própria que fantasia.

Neste momento, Freud está preocupado com o enigma da perversão masoquista, especificamente, em que o prazer vai estar associado à dor na ligação fantasística com o genitor do sexo oposto. Através da depuração desta complexa fantasia de espancamento, Freud chama a atenção para sua relação com as excitações do complexo parental na qual a criança encontra-se enredada, no que diz respeito à sua gênese. Tal relação mostra-se evidente na seguinte passagem:

O resultado mais evidente dessa discussão concerne à origem das perversões. É certo que nada muda na concepção que nelas destaca o fortalecimento ou precocidade constitucional de um componente sexual, mas com isso não se disse tudo. A perversão já não se acha isolada na vida sexual da criança, mas é admitida no contexto dos típicos – para não dizer normais – processos de desenvolvimento que conhecemos. *É posta em relação com o amor objetal incestuoso da criança, com o seu complexo de Édipo, surge no primeiro solo desse complexo e, depois que ele desmorona, resta sozinha frequentemente, como herdeira de sua carga libidinal e agravada pela consciência de culpa que a ele se ligava.* A constituição sexual anormal demonstra enfim a sua força, empurrando o complexo de Édipo numa direção particular e obrigando-o a tornar-se um incomum resíduo. (FREUD, 1919/2010, p. 311-2, grifos do autor)

A partir daí, podemos acrescentar uma nuance ao entendimento da gênese das perversões, uma vez que, além de reafirmar a ideia da perversão como consequência de uma fixação da libido a uma fase pré-genital, como visto nos “Três ensaios” (1905/1996), a perversão é concebida nesse momento como herdeira da carga libidinal pertencente ao complexo de Édipo. Freud reitera tal ideia ao afirmar que a fantasia de espancamento, bem como outras fixações perversas, seriam então precipitados do complexo edípico, isto é, cicatrizes do seu processo. No fim deste artigo, acrescenta ainda que espera “haver suscitado, nesta comunicação, a expectativa de que as aberrações sexuais da criança, assim como as do adulto, derivam do mesmo complexo” (FREUD, 1919/2010, p. 327).

Em uma série de artigos dos anos 1920 – tal como “O eu e o id” (1923a/2011), “A organização genital infantil” (1923b/2011) e “A dissolução do complexo de Édipo” (1924/2011) –, que têm como um de seus objetivos o aprofundamento da compreensão das dinâmicas que envolvem o complexo edípico, Freud oferece-nos indicações dos mecanismos que dariam origem às perversões – de certa maneira, antecipando o que virá a ser ulteriormente desenvolvido em 1927 no artigo sobre o fetichismo.

Nesses textos, Freud se preocupa em descrever a complexidade dos processos de identificação e de escolha objetal, chamando a atenção para a configuração triangular edípica e para a bissexualidade constitucional do sujeito, defendendo a natureza dupla do complexo triangular edípico e sua relação à interferência da bissexualidade constitutiva de todos. Além disso, mostra como a dissolução do complexo de Édipo virá consolidar o ego, enquanto resultado das relações com o casal parental.

De acordo com Freud, a primeira e mais importante identificação é aquela que deriva diretamente dos pais, inicialmente tidos como um só; diferenciação anterior à escolha objetal e à diferenciação sexual, que se dá no momento edípico. Embora pareça consequência do Édipo, a identificação já está dada muito antes dele. A dissolução do referido complexo irá consolidar o ego, enquanto resultado das relações com o par parental, cujo núcleo é sexuado – sendo a partir dele que se podem definir as relações objetais. Nos casos de perversão, tal dissolução encontra alguns entraves: o trabalho do recalque encontra-se obstruído, de modo a prevalecer o mecanismo da recusa; a trama edípica encontra-se perturbada, de modo a se favorecer a confusão entre os papéis sexuais; a diferença e os limites acham-se esmaecidos, devido ao enfraquecimento da função paterna e à dificuldade do recalque dos impulsos incestuosos (PEREDA, 1996).

É no artigo “A organização genital infantil” (FREUD, 1923b/2011) que se registra pela primeira vez o aparecimento do conceito da recusa (*Verleugnung*) da castração, definido em sua acepção teórica nas seguintes palavras:

No curso dessas pesquisas o menino descobre que o pênis não é um bem comum a todos os seres semelhantes a ele. [...] Sabe-se como reagem às primeiras impressões da ausência de pênis. Eles recusam essa ausência, acreditam ver um membro, atenuam a contradição entre o que viram e o que esperavam, mediante a evasiva de que ele é ainda pequeno e crescerá, e aos poucos chegam à conclusão emocionalmente significativa de que no mínimo ele estava presente e depois foi retirado. A ausência de pênis é vista como resultado de uma castração, e o menino se acha ante a tarefa de lidar com a castração em relação a ele próprio. (p. 172-3)

Em “A dissolução do complexo de Édipo” (1924/2011), Freud aponta como o menino reluta em aceitar a ameaça de castração, de perder seu órgão tão narcisicamente investido e estimado. A prova cabal que o obriga a reconhecer finalmente a realidade da castração é a visão do genital feminino: “Em algum momento, o menino orgulhoso de possuir um pênis vê a região genital de uma menina e tem de se convencer da falta do pênis, num ser tão semelhante a ele. Com isso também a perda do próprio pênis se torna concebível, a ameaça de castração tem efeito *a posteriori*” (p. 207). O terror desta realidade, veiculado pela visão do genital feminino castrado evidencia uma verdade que o menino insiste em recusar.

Grosso modo, o complexo de Édipo deverá sucumbir a um recalçamento de tal maneira eficaz que merece mesmo o nome de *dissolução*. No entanto, uma saída possível para esse impasse é exatamente a consolidação de uma defesa psíquica diferente do recalque, que vem a ser a *recusa* peculiar à perversão. A saída encontrada na formação da estrutura perversa nada mais é que um meio de contornar a realidade inelutável da castração. (FERRAZ, 2000/2008, p. 31, grifos do autor)

Freud (1924/2011) estabelece, no entanto, que a recusa não é um mecanismo exclusivo da perversão, mas que concorre, até certo ponto, com o recalque. Na perversão, apareceria a predominância de uma “patologia da recusa”, como postulado por Pereda (1996), em detrimento de seu “efeito estrutural” e do recalçamento do conflito edípico. A dimensão patogênica da recusa diria respeito à “persistência da recusa da ausência [que] dificulta todo trabalho de separação e tem como corolário a dificuldade de simbolização, que conduz ao predomínio do ato sobre o pensamento” (p. 541). Segundo a autora, no caso da perversão, a cristalização do mecanismo da recusa dificultaria o trabalho do recalque – recalque dos investimentos incestuosos, em última instância –, havendo, portanto, uma dificuldade na internalização das normas e um enfraquecimento da função paterna.

Esta autora sustenta que, ao trazer à tona a falência dos mecanismos representacionais, a dificuldade no trabalho de diferenciação (dos sexos e das gerações) e a desarticulação do registro triangular edípico, a “patologia da recusa” pode ser articulada a uma predominância dos mecanismos de defesa primários, aquém do recalque – tais como aqueles definidos por Freud em 1915 –, nos quais é o registro do ato que ganha corpo.

Neste segundo tempo, deixa-se entrever no percurso freudiano como a perversão vai progressivamente deixando de estabelecer-se como contraponto às psiconeuroses, constituindo-se como uma tentativa de edificar uma barragem contra a psicose, especificamente a partir do detalhamento do radical mecanismo de recusa. Tal fato fica mais claro no terceiro tempo do percurso de Freud a respeito dessa temática, quando ele aproxima

os mecanismos próprios da perversão àqueles da psicose. Sublinhamos como é a articulação do registro da recusa com o registro do ato e da falência dos mecanismos representacionais que assumirão a primazia da cena – ponto que encontrará via de elaboração mais precisa a seguir. É no modelo conceitual do fetichismo que a perversão encontra sua mais acabada expressão – por muitos, equivocadamente considerada a única.

### 2.3 O MODELO CONCEITUAL DO FETICHISMO

De acordo com a nota inicial do editor inglês Strachey ao artigo “Fetichismo” (1927/1996), apesar deste escrito representar a reunião e ampliação das primeiras formulações de Freud sobre o fetichismo, seu ponto principal de interesse diz respeito ao desenvolvimento metapsicológico do mecanismo da *Verleugnung*. Aponta ainda que tal mecanismo acarreta uma clivagem do ego (*Ichspaltung*), cujo desenvolvimento aparecerá no artigo postumamente publicado “A divisão do ego no processo de defesa” (1940b[1938]/1996), ainda que de forma inacabada. Os dois mecanismos – recusa da castração e clivagem do ego – são característicos deste terceiro e último tempo da teorização freudiana, considerado, em grande parte da literatura, o mais importante – acerca das perversões sexuais.

A ideia central contida no artigo “Fetichismo” (1927/1996) é que o fetiche seria um substituto para o pênis, mas

[...] não é um substituto para qualquer pênis ocasional, e sim para um pênis específico e muito especial, que foi extremamente importante na primeira infância, mas posteriormente perdido. Isso equivale a dizer que normalmente deveria ter sido abandonado; o fetiche, porém, se destina exatamente a preservá-lo da extinção. Para expressá-lo de modo mais simples: *o fetiche é um substituto do pênis da mulher (da mãe) em que o menininho outrora acreditou e que – por razões que nos são familiares – não deseja abandonar.* (p. 155, grifos nossos)

O menino recusa a realidade da castração da menina, mesmo depois de ver sua genitália, pois, caso a reconhecesse, admitiria o perigo da perda do próprio órgão tão narcisicamente investido. Como coloca Rosolato (1967), frente à percepção visual da ausência de pênis na menina, e, por conseguinte, a realidade da diferença dos sexos, o menino a recusa, priorizando em seu lugar a fantasia da universalidade do pênis. No entanto, tal fantasia vem recobrir outra: a fantasia da ameaça de castração, isto é, de sofrer a secção e a perda do pênis por parte da autoridade paterna. O menino então se afastaria da realidade perceptiva da ausência de pênis, elegendo em detrimento dela no seu lugar uma realidade psíquica fantasística.

Diante da percepção aterrorizante, uma ação muito enérgica – o mecanismo da recusa – é necessária para contrapô-la, mas não para extingui-la. Freud (1927/1996) aponta para o conflito formado entre a percepção traumática da castração, por um lado, e a força do contradesejo inconsciente da existência do pênis feminino, por outro, frente ao qual emerge uma formação de compromisso, de modo que a representação do pênis se desloca para um objeto que o substitui, o objeto-fetice.

O fetiche configura-se então como um indício do triunfo sobre a ameaça de castração e também uma proteção contra ela já que representaria o pênis da mulher, a qual nunca teria sido castrada, por conseguinte, livrando o fetichista de semelhante perigo. O fetiche seria o corolário da recusa da realidade da castração, da realidade da não universalidade do pênis, a qual colocaria em xeque a onipotência do menino: “[...] a percepção é mantida, mas a afirmação inconsciente de que o pênis continua a existir faz com que a representação deste se desloque para outro objeto” (FERRAZ, 2000/2008, p. 33). Desse modo, o fetiche seria a prova cabal de que o menino triunfou sobre a castração, assegurando sua proteção contra essa ameaça. Muito engenhosamente, a criança opera um deslocamento de valor, transferindo seu interesse pelo pênis para outra parte, de modo a salvaguardá-lo e manipular a realidade a seu favor.

Toda a atenção dirigida aos genitais é agora direcionada para o objeto-fetice, de natureza parcial, que herda o interesse destinado antes aos genitais, tornando-se, assim, condição imprescindível ao gozo e depositário de intensas idealizações. Mas é preciso levar em consideração que o objeto-fetice é um “objeto de dor – maltratado, em sofrimento, mortificado, desvalorizado, repulsivo” (ROSOLATO, 1967, p. 20), isto é, um objeto afastado de sua pertinência corporal, mas que mantém, porém, uma continuidade evocativa do corpo – sejam pés, sapatos, roupas de baixo, mesmo o odor ou o olhar. Para além de sua delimitação, abre-se espaço para o insólito e para o horror que a ele pode se vincular, de modo que ele se fecha sobre si mesmo.

É após a publicação do artigo sobre o fetichismo em 1927 que Freud começa a definir de maneira mais clara – apesar de ainda manter várias imprecisões – os mecanismos de defesa próprios da perversão. O fetichismo torna-se o modelo das perversões, contendo os mecanismos específicos do modo de relação do perverso com a realidade. Antes de 1927, contudo, muitas foram as menções ao fetiche nos escritos freudianos – podemos encontrá-las especificamente nos “Três ensaios” (1905), naturalmente, mas também em “Psicologia das massas e análise do eu” (1921), nas Conferências introdutórias (1916-1917) e em “Uma

criança é espancada” (1919), bem como em algumas das correspondências entre Freud e Abraham (CHASSEGUET-SMIRGEL, 1984).

Nestes textos, especialmente nos “Três ensaios”, o fetichismo era considerado como um caso particular de desvio e superestimação (idealização) do objeto sexual, em que o objeto sexual é substituído por uma parte do corpo (cabelos ou pés, por exemplo) ou por um objeto inanimado que tenha relação com o alvo sexual (uma peça de vestimenta, uma roupa íntima, por exemplo). A questão é que esta superestimação sexual das partes do objeto caracteriza o investimento ao objeto total. Explica-se: a parte só é superestimada na medida em que ela está associada à pessoa inteira – trata-se de um processo metonímico, em que há substituição do objeto total por um parcial que guarda relação de proximidade com o primeiro. Ao contrário, no caso do fetichismo perverso, a parte ou o objeto inanimado substituem real e inteiramente o objeto total: “somente o fetiche é objeto de uma superestimação, ele se desassocia do objeto total, tal como a figura do fundo” (CHASSEGUET-SMIRGEL, 1984, p. 42, tradução nossa). E, mais do que isso, longe de ser superestimado, o objeto total pode se tornar inclusive um incômodo para a satisfação do objetivo sexual.

Ferraz (2005) e França (2010) apontam que a postulação teórica do mecanismo da recusa concedeu uma positividade à definição das perversões, no sentido de que estas passaram a ser definidas não somente como algo decorrente de uma “ausência do recalque”, mas vieram a ser definidas por um mecanismo prevalente próprio, tal como a neurose o seria pelo recalque. Se a recusa aparece inicialmente na obra de Freud tendo como objeto a castração, essa noção foi progressivamente ampliada por ele, até poder-se falar em “recusa da realidade”, como acontece no “Esboço de psicanálise” (1940a[1938]/1996) – realidade aí entendida como expansão da órbita da castração, dizendo respeito àquilo que se opõe à realização do desejo.

Laplanche e Pontalis (1982/2001) pontuam que, em Freud, a recusa da castração é o protótipo e a origem das múltiplas recusas da realidade. Diferentemente do recalque, cujo mecanismo incide sobre um objeto no interior do aparelho psíquico, a recusa tem por objeto uma realidade exterior ou, mais precisamente, a realidade de uma percepção traumática. No sistema freudiano, a recusa vai ser aproximada daquilo que marca o funcionamento psicótico. Reiteramos que há neste ponto uma mudança importante quanto à compreensão da perversão: se nos textos anteriores esta era aproximada da neurose (como seu negativo), no fim da obra ela passa a ser aproximada da psicose, através do mecanismo da *Verleugnung*: “Na medida em que a recusa incide na *realidade exterior*, Freud vê nela, em oposição ao recalque, o

primeiro momento da psicose” (LAPLANCHE; PONTALIS, 1982/2001, p. 436, grifos dos autores).

No entanto, a noção de recusa coloca um problema ao sistema teórico-conceitual: como é possível reconhecer e, ao mesmo tempo, se negar a castração? Se, por um lado, o objeto-fetice representa inconscientemente o pênis da mulher, por outro, não se pode negar a percepção real da genitália feminina. Frente ao problema metapsicológico aí presente, que envolve duas dimensões antagônicas simultâneas, Freud vai dar forma ao conceito de clivagem do ego. Em “A divisão do ego no processo de defesa” (1940b[1938]/1996), Freud a caracteriza da seguinte maneira:

Existe assim um conflito entre a exigência por parte do instinto [pulsão] e a proibição por parte da realidade. Na verdade, porém, a criança não toma nenhum desses cursos, ou melhor, toma ambos simultaneamente, o que equivale à mesma coisa. Ela responde ao conflito por duas reações contrárias, ambas válidas e eficazes. Por um lado, com o auxílio de certos mecanismos, rejeita a realidade e recusa-se a aceitar qualquer proibição; por outro, no mesmo alento, reconhece o perigo da realidade, assume o medo desse perigo como um sintoma patológico e subsequentemente tenta desfazer-se do medo. Deve-se confessar que se trata de uma solução bastante engenhosa da dificuldade. Ambas as partes na disputa obtêm sua cota: permite-se que o instinto [pulsão] conserve sua satisfação e mostra-se um respeito apropriado pela realidade. Mas tudo tem de ser pago de uma maneira ou de outra, e esse sucesso é alcançado ao preço de uma fenda no ego, a qual nunca se cura, mas aumenta à medida que o tempo passa. As duas reações contrárias ao conflito persistem como ponto central de uma divisão (*splitting*) do ego. (1940b[1938]/1996, p. 293)

A extensa referência nos serve aqui para assinalar o que Freud indica a respeito da clivagem egoica, por ele entendida como efeito do conflito entre, por um lado, as exigências pulsionais – que não reconhecem a castração, recusam-na, deslocando a representação do pênis da mulher (da mãe) para o fetiche – e, por outro lado, a proibição por parte da realidade – que exhibe a castração na forma percebida de uma falta incontornável. O ego passa a funcionar em dois registros antagônicos, sem que um anule ou influencie o outro, permitindo duas atitudes igualmente antagônicas: uma que se ajusta ao desejo e outra que se ajusta à realidade. Essa “fenda no ego” faz com que uma parte se desligue da realidade, enquanto a outra a aceita. Ambas as partes clivadas perduram lado a lado, sem que uma anule ou influencie a outra.

Por esse motivo, é possível que se fale em uma patologia do ego nos casos de perversão, semelhante ao que ocorre na psicose. A diferença é que a realização do desejo perverso – o objeto-fetice substituindo a ausência do falo materno – não coincide com uma alucinação do falo, tal como ocorre na psicose. Não se trata, portanto, de uma recusa radical

da existência, que buscaria ejetar do psiquismo a percepção indesejável e substituí-la por uma neorrealidade alucinatória. No caso do fetiche (da perversão, portanto), o sujeito não afirma ter visto um pênis no corpo de sua mãe: o que está em jogo é um transtorno da crença e não da percepção. A recusa perversa não consiste, de fato, num transtorno da percepção – a percepção real e indesejável da ausência do pênis permanece atuante na vida psíquica, lado a lado com a crença de que o pênis está lá – mas numa ilusão protetora e desafiadora, que manipula os vestígios mnêmicos deixados pela percepção (BLEICHMAR, 1976/1978; FERRAZ, 2000/2008; BOUCHET-KERVELLA, 2016).

Ao falar sobre o mecanismo da *Verleugnung*, Figueiredo (2008) propõe uma tradução diferente da tradicional “recusa” para destacar certo aspecto desse mecanismo, optando pelo termo “desautorização”. Para ele, “o que se recusa não é uma dada percepção, mas o que vem ou viria depois dela, seja como outra percepção que a primeira torna possível, uma possibilidade de simbolização, uma conclusão lógica aparentemente necessária ou uma lembrança que a percepção pode reativar” (p. 60). O que o autor ressalta é que a percepção existe, porém a eficácia transitiva de um de seus elos é desautorizada. Isto significa dizer que a percepção (da ausência de pênis na mulher) é mantida isolada do processo perceptivo como um todo e das suas conexões com os processos mnêmicos e de simbolização, impossibilitada de transitar.

O autor acrescenta que a percepção desautorizada retém um potencial traumático imenso. De fato, a própria desautorização é uma esquiva à percepção traumática, que permanece num estado de marca inassimilável. A desautorização implica na construção de uma pseudopercepção no lugar da ausência, com o intuito de obturar as faltas e oferecer àquele que a cria uma ilusão de completude, totalidade e autossuficiência. O objeto-fetiche ocupa esse lugar de pseudopercepção na perversão cuja tripla função seria estancar a percepção da vagina, da ausência do pênis feminino e, finalmente, a possibilidade da ausência do próprio pênis, ameaçado de castração.

Ora, o ponto que Freud não indica explicitamente, mas que nós podemos deduzir a partir deste terceiro tempo de suas formulações sobre a perversão sexual, é que o fetichismo seria um meio tão engenhoso quanto sofrível de contornar o caráter “fatal” do complexo de Édipo, uma rebelião contra a lei universal edípica. Como bem aponta Chasseguet-Smirgel (1984), ao preço de uma fenda no ego, o perverso consegue pretensamente escapar ao destino humano, ao limite de sua onipotência, uma vez que, ao preservar seu próprio pênis a salvo da castração, ele conserva ao mesmo tempo seu poder.

O que se deixa entrever aqui, contudo, é que, seguindo ao limite as indicações freudianas, torna-se muito restrito conceber as perversões unicamente a partir do mecanismo da recusa da castração, uma vez que ele mesmo já apontara a importância de “outros tempos” para sua análise. Ao compreendermos a recusa da castração como um mecanismo, em certo sentido, organizador de toda uma série de defesas que tomaria forma desde os tempos arcaicos de constituição do psiquismo, vislumbramos uma série de outras recusas que não estão dela dissociadas, mas que não se reduzem à castração: a recusa da temporalidade, a recusa da diferença geracional, a recusa da evolução libidinal, a recusa da realidade do corpo, a recusa das fantasias de falibilidade somática, a recusa da falta, a recusa da separação, dentre outras, num leque imenso de possibilidades (FRANÇA, 2010).

Fica clara, no esforço do próprio Freud, a dificuldade de se circunscrever o mecanismo da recusa ao fenômeno da castração fálica. O que começa a se delinear é a concepção da recusa como “um mecanismo defensivo precoce, do qual a criança lança mão já nos tempos que precedem o conflito edípico tal como descrito por Freud” (FERRAZ, 2005, p. 55). Desejamos pontuar como já se entrevê em Freud esta ampliação da recusa para “aquém” da lógica da castração, apesar de ele ainda estar incerto para afirmá-la categoricamente.

Através das elaborações que apresentamos sobre o percurso de Freud no campo da perversão, temos tentado mostrar a complexidade do corpo teórico freudiano acerca das perversões sexuais. Não foi nosso objetivo esgotar a análise do tema, mas tão somente eleger alguns pontos que merecem destaque na construção de nossas ideias. O que tem se delineado nas produções pós-freudianas acerca das perversões, é um centramento – em nosso entender, injustificado, até certo ponto – na conceituação teórica formulada no “terceiro tempo”, baseado no modelo conceitual do fetichismo, de certa forma negligenciando a complexidade existente ao longo do pensamento psicanalítico. A recusa da castração, tão difundida enquanto mecanismo característico da perversão, nos faz pensar em alguns pontos deixados em aberto pela teoria freudiana.

Será que a lei que o perverso tão incessantemente transgride é exclusivamente a lei do incesto? Não haveria uma lei mais arcaica, em uma dimensão mais primitiva do psiquismo, que convoca nossa atenção nesses casos de perversão? A castração e seus avatares não poderiam ser compreendidos como algo que vem recobrir um nível muito mais violento e traumático que estaria na base do psiquismo?

Uma vez tendo passado por estes três tempos da elaboração freudiana a respeito da teoria da perversão sexual, somos levados a constatar que, por mais inconstantes e incompletos que cada um deles seja, não obstante são todos importantes para a compreensão

que podemos estabelecer no que concerne às perversões. Diferentemente de certa leitura que atribui ao modelo conceitual do fetichismo, centrado na recusa da castração e na clivagem do ego, o lugar unívoco de destaque, gostaríamos de chamar atenção para o papel da pré-genitalidade e dos objetos parciais na perversão, para a especificidade do Édipo do perverso e para os mecanismos defensivos envolvidos nesta problemática.

Como buscamos brevemente apresentar, não se pode encontrar em Freud uma teorização unificada dos processos psicopatológicos envolvidos na perversão. Ao longo do desenvolvimento e dos remanejamentos da metapsicologia, esses processos se organizam a partir de diferentes modelos sucessivos – mas não necessariamente inter-relacionados –, que conferem à perversão um caráter instável. Se, no início da obra freudiana, a perversão era caracterizada como o negativo da neurose, em seu final, é com a psicose que ela está mais proximamente imbricada, em especial a partir da postulação do mecanismo da *Verleugnung*.

Apesar do modelo do fetichismo e da recusa da castração serem incontestavelmente imprescindíveis na consideração das organizações psíquicas perversas, não podemos circunscrevê-las a eles, desconsiderando as formulações teóricas anteriores, nem as contribuições pós-freudianas de autores que se dedicaram exaustivamente às expansões teórico-clínicas do campo das perversões.

Os autores contemporâneos que têm se debruçado sobre o estudo das perversões apontam para uma via de análise que não foi extensivamente desenvolvida por Freud – apesar de encontrarmos em sua obra multifacetada indícios que sustentem tal ampliação. Eles chamam a atenção para a *dimensão narcísica* que estaria em questão na base das respostas perversas, não se restringindo, portanto, à recusa da castração e à problemática edípica como únicas determinantes analíticas.

Neste sentido, pretendemos em seguida lançar luz sobre as implicações metapsicológicas fundamentais para o estudo das perversões que a introdução do conceito de narcisismo implicou para a obra freudiana, bem como sobre alguns pontos da teoria do narcisismo que foram desenvolvidos por outros teóricos. O artigo de 1914 afirma-se como ponto de virada capital para a teoria psicanalítica como um todo, e sua relação com as perversões, ainda que essencial, permanece relegada a um segundo plano nas produções do campo. Diante disto, levantaremos alguns pontos fundamentais que servirão de alicerce para nossas proposições teóricas acerca da problemática narcísica que estaria em jogo na perversão.

### 3 AS IMPLICAÇÕES DO NARCISISMO NAS PERVERSÕES

*“Narciso deita sua cabeça exausta na grama verde, e a noite fecha seus olhos, cheios de admiração pela beleza de seu senhor. [...] Suas irmãs, as Náiades, fazem ressoar seus lamentos, deitando-se sobre o túmulo de seu irmão com seus cabelos cortados. As Dríades lamentavam também. O som destas lamúrias era ressoado por Eco. E agora estavam preparando a pira funerária, as tochas tremeluzentes e o esquife, mas não havia corpo. Em seu lugar, elas se depararam com uma flor, ao invés de seu corpo, com pétalas brancas circundando um coração amarelo.”*

Ovídio, “Metamorfoses” (8 d.C./1966, p. 103)

Apesar de não citar a referência diretamente, a versão do mito de Narciso utilizada por Freud para nomear o conceito de narcisismo é aquela escrita por Ovídio, em “Metamorfoses” (8 d.C./1966). Neste recito, somos apresentados a Narciso, belo e soberbo rapaz, desejado por todos, mas, devido a seu orgulho, não afetado por ninguém. Quando, diante de uma fonte de águas límpidas, Narciso, cansado, decide matar sua sede, acaba sendo capturado pela visão de sua forma refletida, de modo a ficar encantado por si mesmo. Narciso corteja sua imagem refletida no lago, tenta beijá-la e abraçá-la, mas tudo o que consegue é mergulhar os braços na água sem nada alcançar. Não entende o que vê, mas está inflamado pela imagem especular, que o seduz e engana seus olhos. Nada é capaz de fazê-lo afastar-se do lago, e ele se perde na própria visão. Apaixonado por si mesmo, Narciso permanece paralisado à beira do lago, seu corpo se enfraquece, até que a vida lhe escapa. Ao procurarem seu corpo para levarem-no à pira funerária, no entanto, não o encontram: Narciso transformara-se em uma flor, com pétalas brancas circundando um coração amarelo.

O coração amarelo da flor de narciso tem um perfume que provoca sonolência naquele que o exala, tal como o jovem Narciso, que possuía uma beleza inebriante para aqueles que o contemplavam. Etimologicamente, a palavra “Narciso” (“*Nárkissos*”), apesar de não ser originalmente grega, é derivada de “*nárke*”, elemento que em grego significa “entorpecimento, torpor”, de modo que este radical constitui a base de palavras como “narcótico” e de toda a família de palavras contendo o prefixo “narc-” em português, tal como “narcolepsia”, “narcomania” ou “narcose” (PICOCHÉ, 2008).

Ao ser retomado por Freud para nomear a condição fundamental de “amor por si mesmo”, o mito de Narciso e suas raízes etimológicas nos convocam a pensar no caráter inebriante e entorpecente envolvido no fechamento do amor de si – em que não há lugar para o outro – até o extremo de sua própria morte. Ao resgatar esta face destrutiva do narcisismo, muitas vezes negligenciada pelo pensamento psicanalítico em detrimento de seus aspectos

libidinais mais evidentes, temos como interesse chamar a atenção para o estudo da relação entre a constituição narcísica e as organizações defensivas perversas.

### 3.1 SOBRE A PERVERSÃO NO NARCISISMO

#### 3.1.1 O narcisismo perverso

O conceito metapsicológico do narcisismo foi introduzido formalmente por Freud em sua obra no artigo de 1914, consolidando elaborações teórico-clínicas que, de certa forma, vinham sendo preparadas desde o final da década anterior. Contudo, o surgimento do termo antecede a publicação do referido artigo, coincidindo com o momento de nascimento da própria psiquiatria moderna, responsável por agrupar sob esta referência ao mito de Narciso um conjunto de signos, modos de conduta e comportamentos sexuais, cujo objetivo era definir e caracterizar um quadro clínico específico.

O termo *narcisismo* surge no final do século XIX, e há *quase* consenso em relação a quem teria cunhado a palavra. A maioria dos autores que buscou a origem da palavra *narcisismo* (inclua-se aí o próprio Freud) atribuiu a dois clínicos – Havelock Ellis e Paul Näcke – a invenção do termo. (GUIMARÃES; ENDO, 2014, p. 433, grifos dos autores)

O “quase consenso” a que se referem diz respeito ao fato de que a maioria dos estudiosos do narcisismo concorda que Havelock Ellis teria sido o primeiro a formular a expressão “*Narcissus-like tendency*” (“tendência a ser como Narciso”) em 1898, como uma forma extrema de comportamento autoerótico em que o outro não está presente para a consecução da descarga sexual. No ano seguinte à publicação do artigo de Ellis, o criminologista Paul Näcke, comentando-o, teria cunhado o termo em latim “*Narcismus*” (“de Narciso”) para descrever um comportamento sexual perverso caracterizado pela forma patológica de enamoramento por si mesmo.

Há, entretanto, outra vertente que destoa deste consenso, atribuindo a um artigo de Alfred Binet de 1888 a primeira menção ao mito de Narciso para se referir a determinados casos de fetichismo cujo objeto de amor é a própria imagem de si. Na esteira desta classificação, o psiquiatra Krafft-Ebing, autor do grande catálogo de perversões *Psychopathia sexualis*, em uma de suas inúmeras revisões irá incluir o narcisismo como um de seus quadros clínicos, consolidando-o como mais uma modalidade de sexualidade desviante, fora dos imperativos da reprodução. Desta feita, a psiquiatria moderna do final do século XIX

consolidava certa leitura patologizante do narcisismo, descrevendo-o como mais uma nosografia da perversão.

Colocando a discussão a respeito da paternidade do termo à parte, o ponto que mais nos interessa aqui é a relação direta que tanto Binet e Krafft-Ebing quanto Ellis, Näcke e o próprio Freud – mas, na verdade, para promover a desconstrução dessa visão – estabelecem entre narcisismo e perversão. No primeiro parágrafo de seu artigo sobre o narcisismo, Freud o introduz da seguinte maneira:

O termo “narcisismo” vem da descrição clínica e foi escolhido por P. Näcke, em 1899, para designar a conduta em que o indivíduo trata o próprio corpo como se este fosse o de um objeto sexual, isto é, olha-o, toca nele e o acaricia com prazer sexual, até atingir plena satisfação mediante esses atos. Desenvolvido a esse ponto, o narcisismo tem o significado de uma perversão que absorveu toda a vida sexual da pessoa, e está sujeito às mesmas expectativas com que abordamos o estudo das perversões em geral. (FREUD, 1914/2010, p. 14)

Freud parte, portanto, desta leitura psicopatológica do narcisismo para repensá-la em uma perspectiva radicalmente distinta e desconstruí-la a partir de seu interior – movimento semelhante ao que ele próprio fez em “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade” (1905/2016), conforme sublinhamos no capítulo anterior. No texto de 1905, Freud retoma a descrição psiquiátrica das “aberrações sexuais”, figuras modernas do espectro da perversão, para desconstruir pouco a pouco a divisão positivista entre o normal e o patológico no que diz respeito a uma série de condutas sexuais tidas como desviantes e, enfim, chegar ao entendimento da dimensão perversa constitutiva da sexualidade humana, caracterizando-a a partir de então como polimorficamente perversa.

É interessante notar esta singularidade da construção teórica em Freud, de tomar o que é normalmente conceituado como patológico para propor uma sucessão de inflexões teórico-clínicas que findam por romper com determinados paradigmas científicos dominantes, o que confere à leitura dos fenômenos psíquicos toda sua complexidade. Se, em 1905, Freud parte das perversões sexuais para chegar à sexualidade perversamente polimorfa, no texto de 1914 tal tendência faz-se novamente evidente, pois Freud introduz a questão do narcisismo, abordando-a inicialmente através da perversão, a partir dos autores que a analisam através desse viés patológico, considerando-a em sua articulação com a esquizofrenia, a paranoia, a dor física decorrente de estados orgânicos e a hipocondria, para chegar finalmente à formulação do conceito metapsicológico do narcisismo como operação psíquica constitutiva de todos os seres humanos.

Cabe sublinhar, portanto, como a emergência do conceito de narcisismo na teoria psicanalítica encontra-se, desde seu início, marcada pela perversão. Como deixamos entrever no capítulo anterior, a problemática perversa aparece como pano de fundo de uma série de subversões conceituais próprias ao saber psicanalítico, ainda que por vezes seu peso seja deixado de lado. No que concerne à conceituação do narcisismo, como procuraremos sublinhar, a consideração da perversão em seu arcabouço é incontornável.

### 3.1.2 Os fundamentos do narcisismo

O artigo sobre o narcisismo representou no arcabouço teórico freudiano um *turning point* a partir do qual a metapsicologia como um todo vai ser repensada: desde a natureza do conflito pulsional, desembocando na postulação de uma segunda teoria das pulsões; bem como a concepção do ego e a especificação de suas instâncias, chegando à reformulação da divisão da tópica psíquica; até a reflexão a respeito da noção de objeto e das diferentes modalidades de escolha objetual, chamando atenção para todo o campo das relações primárias pré-edípicas e seu papel fundamental na constituição da subjetividade.

Contudo, como indicamos acima, as reflexões publicadas em 1914 já aparecem embrionariamente desde o início da década no pensamento freudiano, especialmente no que diz respeito às questões levantadas pelo mecanismo da identificação, pela neurose obsessiva e pelas psicoses. Este conjunto de problemáticas anuncia uma série de reflexões que serão desenvolvidas no artigo metapsicológico sobre o narcisismo, mas já pré-figuram em textos clínicos anteriores, como é o caso do “Leonardo” (1910b/2013), do “Homem dos Ratos” (1909/2013) e do “Schreber” (1911b/2013).

Em “Uma recordação de infância de Leonardo da Vinci” (1910b/2013), Freud faz uma extensa apreciação a respeito do narcisismo através do tema da escolha de objeto homossexual. Neste momento, Freud vai se remeter ao mito de Narciso ao caracterizar a escolha objetual narcísica particular aos homossexuais, os quais tomariam a si mesmos como objetos sexuais, amando os outros homens, escolhidos a sua imagem, como suas próprias mães os amaram. Ao analisar uma lembrança de infância de Leonardo, Freud é conduzido a definir o narcisismo como estando relacionado ao objeto de amor infantil. Se a identificação do homossexual à mãe que ama e a seu próprio ego infantil se constrói a partir da introjeção fantasística desta relação amorosa precoce, a identificação aparece como a operação narcísica por excelência. E uma vez que a homossexualidade no discurso freudiano encontra-se próxima da perversão em seu sentido ampliado – como discutimos nos capítulos precedentes

–, não podemos deixar de mencionar a imbricação da dimensão perversa à identificação narcísica, ponto que será retomado por Freud em 1914.

Além do tipo de escolha de objeto homossexual, uma das vias privilegiadas para a concepção do narcisismo por Freud se dá em torno de sua proximidade com a psicose – tal como aparece em “Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia (*dementia paranoides*) relatado em autobiografia (‘O caso Schreber’)” (1911b/2010). A análise deste relato leva Freud a inscrever o narcisismo no desenvolvimento libidinal normal, posto que considere o amor narcísico não mais como um tipo de escolha objetual secundária, mas como um estágio da evolução sexual, entre o autoerotismo e o amor de objeto, no qual o indivíduo toma seu próprio corpo como objeto de amor, antes de passar à escolha objetual de outra pessoa. É a fixação à escolha homossexual de um objeto que constitui o traço narcísico comum entre Leonardo e Schreber.

Na paranoia de Schreber, marcada pelo desejo homossexual recalcado pelo perseguidor e pelo delírio de grandeza, a libido retirada do objeto, que se tornou livre, fixa-se no ego e é utilizada para seu engrandecimento. Para Freud, os paranoicos permanecem fixados ao estado do narcisismo, sendo esta patologia caracterizada por uma regressão libidinal que faz com que haja um retorno da homossexualidade sublimada ao narcisismo. Tal narcisismo estaria na origem do ego, cujo pressuposto de comportar uma carga libidinal começa a ser pensado antes de 1914.

Se nos primeiros trabalhos freudianos o ego era definido como um conjunto de partes autoconservadoras, agente da defesa e do recalque, ele vai se provar, cada vez mais, como comportando uma dimensão sexual. Esta virada no pensamento de Freud pode ser vista em “Formulações sobre os dois princípios do funcionamento psíquico” (1911a/2010), no qual Freud descreve o ego como sendo dividido entre um “ego-prazer” e um “ego-realidade” – sendo que os dois visam o prazer, mas por vias diferentes –, o que prefigura a substituição da autoconservação pela libido do ego. Tal ideia de um investimento libidinal das pulsões de autoconservação fora avançada por Freud desde a análise do Homem dos Ratos (1909/2013).

Paralelamente à noção de uma escolha objetual ou de um estado no desenvolvimento da libido, Freud segue dois outros vieses constitutivos do narcisismo: a erotização do olhar e a onipotência dos pensamentos. O papel essencial da erotização do olhar vai ser trabalhado acerca da etiologia da cegueira histórica, e a possibilidade de seu retorno em direção ao mundo interno, conforme indicado em “Concepção psicanalítica do transtorno psicanalítico da visão” (1910a/2013). Trata-se, portanto, da concepção de um investimento libidinal que é retirado do objeto e investido internamente. Já a onipotência dos pensamentos é

particularmente tematizada a partir da reflexão a respeito da neurose obsessiva, tal como aparece principalmente em “Totem e tabu” (1912-1913/2012) e no caso do “Homem dos Ratos” (1909/2013). Esta onipotência envolve uma operação psíquica de regressão libidinal, aliada ao superinvestimento libidinal da esfera do pensamento.

Estes prolegômenos delinearão-se no pensamento freudiano a partir da apreensão de uma série de reflexões a respeito da vida psíquica na clínica, culminando na formalização do conceito de narcisismo no artigo de 1914. É notável como as problemáticas advindas da clínica desempenharam papel essencial para este ponto, crucial na introdução do narcisismo: o enamoramento por si mesmo na perversão; o retraimento da libido de objeto sobre o ego, o delírio de grandeza e a hipocondria na psicose; a onipotência dos pensamentos nas crianças, nos povos primitivos e na neurose obsessiva – são as figuras clínicas que levaram Freud a propor metapsicologicamente a existência de um investimento libidinal originário no ego, que persiste durante toda a vida do indivíduo, mesmo quando uma parte dele é investida nos objetos.

Neste sentido, o ego passa a ser compreendido não somente como aquele que investe a libido nos objetos, mas, mais fundamentalmente, como aquele que também pode ser objeto de investimento; investimento este que dá origem ao ego enquanto instância unificada. Aparece aqui uma concepção econômica libidinal, que distingue libido egoica de libido objetal em torno de uma balança energética: quanto mais uma é incrementada, mais a outra fica empobrecida. Na hipocondria, na parafrenia e na doença orgânica, a libido é retirada dos objetos externos e é investida no próprio ego, nos objetos fantasísticos; na megalomania, a libido retirada dos objetos fica livre, de modo a se pensar no delírio de grandeza como tentativa de se dar forma, dominar esta massa de libido que foi colocada no ego; na relação amorosa, em contrapartida, a superestimação do objeto amado tende a absorver a integralidade do investimento libidinal, que é retirado da esfera narcísica.

O narcisismo é, assim, considerado como o processo através do qual o autoerotismo – por definição, “parcial”, fragmentado e fragmentador – será unificado em torno de um objeto único, o ego. Trata-se de uma “nova ação psíquica” acrescentada ao autoerotismo para dar forma à organização egoica. Freud não precisa de onde vem esse movimento de instauração que precipita o autoerotismo em narcisismo, mas retorna à noção de narcisismo primário ao falar da vida amorosa, na qual sublinha a dimensão objetal originária, expondo como, inicialmente, o ser humano possui dois objetos sexuais originários – ele mesmo e aquele que lhe desempenha cuidados (em geral, a mãe).

É a conjunção das primeiras satisfações sexuais autoeróticas com o exercício das funções vitais autoconservadoras, dito de outra forma, o apoio das pulsões sexuais sobre a satisfação das pulsões do ego pela mãe ou seus substitutos que produz o desenvolvimento do ego e o constitui como esta unidade que vai se tornar objeto do amor narcísico. O ego se torna assim objeto de amor, carregado de libido, investido do mesmo modo que um objeto exterior. (NEAU, 2004, p. 12, tradução nossa)

A mônada inicial assim constituída – objeto primário e ego, unificados em torno do amor narcísico – funda o narcisismo primário de todo ser humano, estando na origem, portanto, das futuras escolhas de objetos amorosos. Toda vida amorosa é orientada pelo narcisismo primário, qualquer que seja a escolha de objeto – por apoio (ou anaclítica, de acordo com a tradução) ou narcísica, propriamente dita.

Na escolha de objeto por apoio, a libido narcísica originária é transferida para o objeto sexual exterior, tornado superestimado, ao ponto que, na paixão amorosa, a libido do ego que transborda para o objeto se empobrece em proveito deste. Segundo este tipo de escolha objetual, se ama (1) a mulher que nutre ou (2) o homem que protege. Assim, mesmo a paixão amorosa mais cega não poderá escapar da paixão narcísica originária, posto que a carga energética que a sustenta provém deste autoinvestimento narcísico.

Na escolha de objeto narcísica, a libido narcísica prevalece, não sendo o narcisismo originário transbordado para o objeto sexual exterior. Como Freud coloca em 1914, seria o caso dos perversos, dos homossexuais e de numerosas mulheres, os quais procuram a si mesmos como objeto de amor. Segundo este tipo de escolha, se ama (1) a si mesmo (quem se é), (2) o que ele mesmo foi, (3) o que ele mesmo gostaria de ser ou (4) a pessoa que foi uma parte dela mesma. Cabe aqui sublinhar a referência feita à escolha objetual que seria própria do perverso, uma escolha narcísica.

Na terceira e última parte do artigo, apesar de não nomeá-las desta maneira, como veremos mais a frente, Freud vai caracterizar as diferentes instâncias que compoariam o ego – o ego ideal e o ideal do ego, bem como, colateralmente, a consciência moral, que dará origem em 1923 à instância superegoica. Trabalharemos de maneira detalhada as implicações metapsicológicas que essa diferenciação aporta ao estudo das perversões no quinto capítulo desta tese. Aqui, todavia, cabe uma breve retomada do que está presente no artigo de 1914, a título de coerência para o que proporemos em seguida.

A primeira das instâncias a ser descrita por Freud é o ego ideal – que assume sua expressão no aforisma “Sua Majestade, o bebê”, o qual implica em um estado megalomaniaco onipotente do ego infantil, entendido como a introjeção, pela criança, da onipotência parental, isto é, do narcisismo dos próprios pais. Ele fala de uma idealização em que domina

maciçamente a fantasia inconsciente de onipotência, enquanto no ideal do ego – o qual vai se constituir diante da impossibilidade de sustentação do ego ideal, funcionando como um substituto do narcisismo perdido da infância –, tal idealização se localiza e se adapta à realidade. Em ambos, o narcisismo é prevalente, e surge da onipotência do pensamento que idealiza o poder parental ou o ego primitivo e apaga assim a dependência infantil.

Já a consciência moral seria esta instância psíquica que tem por função observar o ego atual e o comparar ao ideal. É a instância guardiã do ideal do ego, encarnação da influência crítica dos pais e do entorno. O ideal do ego é formado por esta grande quantidade de libido essencialmente homossexual (posto que narcísica, investida em si mesma). E a consciência de culpa advém da angústia de perda do amor dos pais ao não alcançar este ideal (sempre inalcançável) do ego narcísico.

Desta forma, tem-se que o desenvolvimento do ego se dá de forma paradoxal, através do afastamento do narcisismo primário, que envolve a aspiração intensa de recuperá-lo. Tal afastamento se dá através do deslocamento da libido narcísica sobre um ideal do ego imposto do exterior. A questão da perversão volta a aparecer aqui, estando agora relacionada a uma impossibilidade de consolidação do ideal do ego, impossibilidade de deslocamento do investimento narcísico no ego ideal.

No fim do artigo, Freud retorna ao ponto de início – a perversão –, mas de forma diferente: a perversão sendo agora entendida como *um ponto de fixação no desenvolvimento do ideal do ego*. Nota-se a mudança na concepção da perversão a partir da introdução do conceito de narcisismo: de fixação à sexualidade infantil, a perversão passa a ser entendida como fixação ao amor narcísico. A perversão se daria quando o ideal do ego não se desenvolveu – permanecendo o indivíduo fixado no “ego ideal” – e não fez recusar pela consciência moral o que a satisfação libidinal objetual poderia ter de inconciliável com as representações do ego. Trata-se de ser novamente como na infância, e igualmente no que concerne às tendências sexuais, seu próprio ideal, em uma espécie de subversão do ideal do ego em nome de um ego ideal megalomaniaco e onipotente.

Importante sublinhar que este modelo deriva do precedente: a perversão é sempre uma regressão e uma fixação, não mais à pré-genitalidade, mas ao narcisismo. Freud evoca, com efeito, os perversos e a perversão em 1914, mas agora não se trata para ele de fazer uma análise clínica: da mesma forma como em 1905 as perversões lhe permitiram introduzir sua teoria sexual, com sua temporalidade específica em duas fases, em 1914, as perversões lhe permitem introduzir o narcisismo na metapsicologia e propor um novo dualismo, inteiramente libidinal, que opõe libido narcísica e libido objetual.

Como procuramos demonstrar, vemos como em Freud o narcisismo aparece desde o início articulado à perversão, ainda que por vezes a tradição psicanalítica não tenha suficientemente explorado tal articulação, restringindo o estudo das perversões ao mecanismo de recusa da castração edípica, como sublinhamos no capítulo anterior. Ora, nosso objetivo até aqui foi o de resgatar a importância concedida pelo próprio Freud à dimensão da perversão no narcisismo. Ao longo de nosso estudo, uma configuração clínica particular chamou nossa atenção por congregarem em si de maneira direta estas duas dimensões de análise: trata-se da “perversão narcísica”. No interesse de precisar o que esta configuração tem a iluminar no nosso estudo, e seguir adiante nesta proposta de articulação, iremos passar agora a uma apreciação dela, sublinhando determinados aspectos importantes para nosso objetivo geral.

### 3.2 SOBRE A PERVERSÃO NARCÍSICA

No que diz respeito ao estudo da relação entre a constituição narcísica e as organizações defensivas perversas, uma configuração clínica em particular nos chamou a atenção, seja por sua oportuna nomenclatura, seja pela descrição de sua dinâmica intrapsíquica e, sobretudo, intersubjetiva. Trata-se da perversão narcísica, cujo funcionamento foi descrito pela primeira vez de uma maneira sistemática por Paul-Claude Racamier (1986; 1987-1992/2012) entre o final dos anos 1970 e o início dos anos 1980, conhecendo desenvolvimentos importantes nas décadas subsequentes, especialmente aqueles feitos por Alberto Eiguer (1980; 1989/2003; 1997; 2003; 2008).

Em termos nosográficos, o primeiro ponto a ser destacado a respeito da perversão narcísica é que ela não é descrita como uma perversão sexual – tal como o sadismo, o masoquismo, o fetichismo etc. –, mas classificada como uma perversão moral ou perversão de caráter, o que implica dizer que as transgressões que lhe são atribuídas não estão circunscritas à esfera sexual, mas remeteriam às relações sociais cotidianas – sejam relações familiares, de trabalho, institucionais, políticas etc. Em seu “Pequeno tratado das perversões morais”, Eiguer (1997) distingue grandes tipos de caracteres perversos – tais como o mitômano, o cínico, o psicopata e o perverso narcísico, dentre outros –, cujo principal traço de união seria sua capacidade de manipulação fria e calculada de sua presa.

Neste sentido, as relações sociais do perverso moral são marcadas pela necessidade imperativa de dominação do outro, em busca de seu assujeitamento paulatino, na tentativa de apagar todos os traços que o fazem singular, para que só possa haver lugar para o si mesmo do perverso. Indo desde mentiras pérfidas, humilhações reiteradas e desqualificações insidiosas

até passagens ao ato violentas (ainda que em bem menor escala), cada uma das variações da perversão moral corresponderia a uma nuance diferente dessa dominação, mas sempre em busca do triunfo narcísico através do assujeitamento do outro.

De acordo com a descrição clássica feita por Racamier, a perversão narcísica “se caracteriza, para um indivíduo, pela necessidade e pelo prazer prevalentes de se fazer valer a si mesmo a expensas de outrem” (1987-1992/2012, p. 22, tradução nossa). Trata-se, portanto, de sujeitos profundamente feridos em seu narcisismo, e cujo valor próprio só é reencontrado através da desvalorização do outro. Através de manobras e condutas pragmaticamente organizadas, o perverso narcísico está em busca de um prazer específico, somente obtido ao destituir o outro de seu valor subjetivo.

Fundamentalmente, o mecanismo perverso narcísico consiste em esvaziar narcisicamente qualquer outro a fim de estimular, de aumentar a crença na grandiosidade do ego ideal do sujeito narcísico. O objeto externo torna-se “idólatra” do sujeito à custa de sua estima de si, a qual é “extravasada” na relação com o sujeito. O objeto torna-se um “incrédulo em si”. Todo pensamento, toda organização fantasística, na medida em que pensamento e inconsciente são o testemunho vivo da existência de uma ligação sólida ego-objeto interno no outro, são fortemente invejadas pelo sujeito narcísico (perverso narcísico). Este tenta, assim, invadir o território narcísico do outro, de induzir comportamentos ou emoções, ações e sentimentos [...]. (EIGUER, 1980, p. 274, tradução nossa)

Diferente do sádico, que visaria alcançar uma satisfação sexual através da humilhação e dos maus tratos de outrem de forma marcadamente impulsiva, o perverso narcísico é descrito como muito mais calculador e menos direcionado ao gozo sexual. Apesar de poder utilizar-se de meios sexuais para seus intentos e mesmo que alguns aspectos de perversão sexual possam estar frequentemente associados a eles, tanto Racamier quanto Eiguer marcam a natureza não sexual da perversão em jogo, destacando o caráter de predação nela existente, segundo o qual o predador estabelece um laço de dominação do outro.

A predação, neste contexto, assume a forma de um exercício de poder sobre o outro que visa destruí-lo identitário-narcisicamente através de sua intimidação, produzindo perplexidade, paralisia, desvalorização e culpabilidade em suas vítimas. O domínio do perverso narcísico se faz de tal modo que os traços narcísicos de suas vítimas, ligados à construção da estima de si e de uma moral própria, ficam comprometidos em detrimento do seu domínio. “É assim que a conduta narcisicamente perversa será sempre uma predação moral: um ataque ao ego do outro em proveito do narcisismo do sujeito. Uma desqualificação ativa (mais ou menos hábil e sutil) do ego do outro e de seu narcisismo legítimo” (RACAMIER, 1987-1992/2012, p. 34, tradução nossa).

É o outro que sofre as consequências da inflação narcísica do perverso em questão, de modo que é necessário interpretar a perversão narcísica a partir da particularidade da relação de objeto que se estabelece entre o perverso e seu “cúmplice”, segundo a nomenclatura dada por Eiguer (1989/2003). No que concerne ao papel do cúmplice na relação perverso-narcísica, as estratégias do perverso têm como objetivo invadir o espaço mental do objeto, desvalorizando-o, denegrindo-o e desqualificando-o. A principal arma utilizada por ele – muito mais do que violências físicas – é o discurso: trata-se de argumentações intermináveis e implacáveis, que não deixam escolha ao outro além da submissão à sua persuasão. Esvaziado de sua substância, de seu pensamento, o objeto do perverso narcísico se apresenta como um morto-vivo, aniquilado psiquicamente. Coisificado e desumanizado, destituído de valor próprio, resta a ele ser apenas um utensílio para o gozo do perverso narcísico (RACAMIER, 1986; KORFF-SAUSSE, 2003).

Este objeto da perversão narcísica é intercambiável: nada mais, nada menos que uma marionete. É um *utensílio* [...]. Seus contornos são certamente reconhecidos. Mas não sua realidade íntima, nem seus desejos próprios, nem seu narcisismo, nem sua parte de mistério. Ele não é objeto libidinal, nem mesmo objeto de ódio e, sobretudo, não é objeto de identificação propriamente dita. O objeto do perverso narcísico não será, então, recusado em sua existência, mas em sua importância; ele só é suportável se for dominado, maltratado [...]. (RACAMIER, 1987-1992/2012, p. 36, tradução nossa)

O estatuto da relação objetal é, deste modo, bastante singular: não se trata de aniquilar o objeto – ainda que se possa ultrapassar certo limite e se chegar a isso –, nem a ele dedicar uma indiferença mais ou menos velada; trata-se, sobretudo, de uma relação de objeto extremamente desumanizada, fetichizada, na qual o objeto é fundamental em sua função de ser reduzido a um equivalente de fetiche, um objeto coisificado que serve para ser utilizado, manipulado e, quando se tiver dele feito uso, descartado, rejeitado. Privado de sensibilidade, empatia, compaixão, o outro é considerado um objeto material, sem alma nem vida.

Baseando-se nos estudos de Racamier, Eiguer se empenha em definir e descrever conceitualmente os mecanismos perverso-narcísicos. Segundo ele, os indivíduos que deles fazem uso:

[...] são aqueles que, sob a influência de seu si megalômano, tentam criar uma ligação com um segundo indivíduo, atacando particularmente sua integridade narcísica a fim de desarmá-la. Eles atacam também o amor de si, a confiança em si, a estima de si e a crença em si desse outro. Ao mesmo tempo, buscam, de alguma maneira, fazer acreditar que a relação de dependência do outro com ele é insubstituível e que é o outro que a solicita. O outro incorpora essa ideia. (EIGUER, 1989/2003, p. 4, tradução nossa)

Tudo se passa de tal modo que a relação entre o perverso narcísico e seu cúmplice torna-se um “espelho negativo”, em que o narcisismo do outro é distorcido e desqualificado pelo perverso, que dele se alimenta para sustentar o próprio narcisismo fraturado. Como um animal acuado que ataca, suas estratégias defensivas buscam subjugar o outro a todo custo. Trata-se, portanto, da tentativa de manutenção de uma relação de domínio, na qual as manobras do perverso narcísico parecem buscar desesperadamente afastar o perigo da perda de sua integridade narcísica, de cuja ameaça ele não consegue nunca se livrar completamente. “Ele deve então perpetuar seu jogo com o outro para reassegurar a si mesmo sobre sua potência, a grandiosidade de seu *self* e sua capacidade de realimentar sem cessar suas ‘baterias’” (EIGUER, 1989/2003, p. 10, tradução nossa).

Trata-se de uma organização defensiva destinada a preservar uma representação de si megalomaniaca, invulnerável e sem falha, que consiste em expulsar para fora de si e “extraditar” em uma ou várias pessoas do entorno imediato toda ferida ou afeto suscetível de alterar esta autorrepresentação onipotente. Assim, o perverso narcísico goza não de um comércio erótico, mas de uma “embriaguez narcísica” que se nutre da derrota e do rebaixamento do outro utilizado como fantoche. Com este outro assim reduzido a um utensílio e totalmente desqualificado, *todo movimento de identificação é excluído*. (BOUCHET-KERVELLA, 2016, p. 701, tradução e grifos nossos)

Conforme destacamos nesta passagem de Bouchet-Kervella (2016), “todo movimento de identificação é excluído” na relação do perverso narcísico com seu cúmplice, uma vez que ele se encontra organizado sob um modo narcísico fraturado, constantemente ameaçado pela possibilidade de colapso. Diante da angústia da perda de sua integridade, o ego do perverso narcísico defende-se expulsando projetivamente seus rejeitos psíquicos mais tóxicos sobre o outro. Esta montagem defensiva caracteriza-se, portanto, pela impossibilidade de integrar a conflitualidade própria à dinâmica psíquica, de modo que ao ego do perverso narcísico resta a clivagem de determinados conteúdos e a posterior projeção deles sobre o outro. Uma vez que tais conteúdos não puderam se integrar psiquicamente à interioridade, isto é, já que o movimento de identificação encontra-se atravancado, o sujeito perverso permanecerá não só completamente ignorante de seu sofrimento – em uma espécie de formação defensiva apática e paradedressiva – mas ele fará com que o outro sofra aquilo que ele não pôde integrar (RACAMIER, 1987-1992/2012; WAGNER, 2012).

Este mecanismo de expulsão do perverso narcísico, contudo, não se confunde com o mecanismo da identificação projetiva, tal como presente na obra de Melanie Klein, uma vez que ele não inclui nenhum “retorno introjetivo” no ego do emissor, de maneira que possa se

abrir o caminho para a construção de uma identificação ao que foi projetado. Trata-se, muito mais, de uma espécie de “injeção projetiva”, segundo a expressão de Wagner (2012), cuja ênfase é toda posta no movimento de expulsão do dentro para fora. A ação deletéria do perverso narcísico sobre o objeto visa, sobretudo, penetrá-lo para controlá-lo a partir de seu interior. Nesta montagem, o objeto desempenha um papel essencial de receptor da exportação projetiva da conflitualidade do perverso narcísico, sem o qual não é possível exercer-se a dominação, tão cara ao perverso. E, em vistas de alcançar sua própria “imunidade conflitual” interna, é preciso que o perverso narcísico busque a “imunidade objetal”, neutralizando a alteridade do outro, tornando-o subserviente a seu total proveito narcísico.

O domínio ativo do objeto se faz necessário diante da passividade submissa veiculada pela insegurança egoica do perverso narcísico. Há, na base de seu funcionamento narcísico, um objeto interno que falta, de modo que toda manobra do perverso narcísico se configura como movimento desesperado para preencher o irredutível sentimento de vazio. Duas defesas são, assim, reforçadas: a clivagem e o domínio. O que prevalece no quadro é a necessidade adesiva, vital e imperiosa de um objeto coisificado, imprescindível para o psiquismo do sujeito, para a conservação do sentimento de existência de si próprio. O temor da perda do outro implica no temor da perda de si mesmo, de modo que os contornos da própria identidade parecem incertos – daí as perversões serem arroladas no conjunto dos “sofrimentos narcísico-identitários” (ROUSSILLON, 1999), conforme veremos mais adiante.

O campo de operação de todo perverso – e do perverso narcísico em particular – é a realidade, o ambiente, a relação com o outro, a intersubjetividade. Daí a prioridade das passagens ao ato sobre defesas interiorizadas, tornando o perverso uma espécie de mestre de marionetes, cujas manipulações servem para manter seu objeto sob domínio, seduzido e siderado. Neste sentido, Eiguer (1989/2003) classifica as passagens ao ato do perverso narcísico como derivadas do predomínio da pulsão de morte em sua economia psíquica, de modo que ela agiria dissociando os investimentos objetivos do perverso e desqualificando seu cúmplice de seu próprio funcionamento mental. Isto porque o funcionamento mental do perverso narcísico não tolera o desejo nem o pensamento do outro, provas de sua insurreição.

Como pontua Ribas (1992, p. 1669, tradução nossa), “Bem entendido, o trágico da perversão, aí onde ela abre para a morte, é o isolamento em que ela limita o sujeito. Ela se organiza para evitar o objeto total, ela interdita o enlaçamento das relações autênticas”. Aprisionado em uma relação de domínio com o outro, em que ambos permanecem petrificados nas posições de mestre e de escravo, sem possibilidade de troca, as relações objetais findam por ser desvitalizadas em função da necessidade de afirmação narcísica do

perverso.

A importância da perversão narcísica se consolida a partir do momento em que ela põe o foco sobre a dimensão narcísica existente na perversão, a qual acabara ficando restringida na teoria psicanalítica à problemática do complexo edípico e da recusa da castração. Consideramos, no entanto, que seria muito mais rico para nossa reflexão se pudessemos ampliar o entendimento deste constructo. Sustentamos aqui que a perversão narcísica aponta para características que, de acordo com a nossa leitura, não estariam restritas a uma entidade clínica específica dentro do espectro das perversões, mas seriam próprias de todas as respostas perversas.

Além disso, a defesa de uma “perversão sem prazer erógeno”, tal como Racamier (1987-1992/2012) descreveu a perversão narcísica, representa outro limite para a defesa da perversão narcísica como um constructo específico no campo das perversões, sendo altamente questionável (LAPLANCHE, 1970/1989; KSENSÉE, 2003; SIROTA, 2003). Seria justificável ignorar a presença de uma economia pulsional-objetal nesta modalidade de perversão, como se a alcunha de “narcísica” viesse substituir a dimensão erógena? Ainda que a erotização de suas defesas não seja aparente em um primeiro momento, dado que o conjunto de condutas perverso-narcísicas se manifesta prioritariamente no plano relacional, das cenas familiares, sociais ou institucionais, seria possível concebê-las como desprovidas de uma dimensão sexual?

De acordo com nossa leitura, quando um sujeito desenvolve condutas perversas no seio de uma determinada sociedade, trata-se de um deslocamento, de uma dobra do sexual sobre o social, de modo que atitudes como o fomento da humilhação e da desqualificação do outro e a incapacidade de reconhecê-lo enquanto tal, ainda que não circunscritas ao campo das relações sexuais, possuem em seu fundamento uma dimensão sexual, portanto, pulsional.

De tal modo que podemos afirmar que *toda perversão é sexual*, seja ela qual for. E, enquanto tal, está profundamente articulada ao narcisismo e à dinâmica pulsional-objetal nele implicada. O que viemos defender aqui é que o narcisismo, mais do que nunca, se apresenta para nós como elemento constitutivo e incontornável das perversões, de tal modo que a análise metapsicológica pormenorizada do narcisismo mostrou-se fundamental para a apreensão teórico-clínica das perversões.

Antes de dar continuidade à nossa argumentação a respeito da articulação entre o narcisismo e a perversão, contudo, é preciso fazer uma digressão e chamar atenção para um importante desdobramento que a introdução do narcisismo produziu na teoria freudiana e que a perversão narcísica destaca: a postulação da pulsão de morte e do subsequente segundo

dualismo pulsional. Isto porque o narcisismo representou um problema teórico criado por Freud em sua metapsicologia, uma vez que desmantelava o dualismo pulsional baseado na oposição entre as pulsões de autoconservação e as pulsões sexuais: se o ego poderia ser também investido sexualmente, como sustentar esta divisão?

A partir do momento em que o ego passa a ser entendido como objeto de investimento da libido sexual, a dualidade pulsional começa a se unificar, uma vez que se impôs a exigência de considerar a libido como uma energia única que pode ser investida ora nos objetos externos, ora no próprio ego. Para refutar o monismo aí implicado e sustentar o dualismo de energias e intensidades que fundamentasse a teoria do conflito psíquico, foi preciso que Freud concebesse uma nova teoria pulsional, baseada em uma divisão diferente.

É em “Além do princípio de prazer” (1920/2010) que ele dá forma ao segundo dualismo, agora calcado em uma oposição entre as pulsões de vida – as quais reuniram em si as pulsões de autoconservação e as pulsões sexuais –, de um lado, e a pulsão de morte, de outro. A especificidade do funcionamento de cada uma delas não estaria mais relacionada ao objeto no qual investem, mas se daria em torno dos regimes de ligação e desligamento que as caracterizariam respectivamente. Neste sentido, podemos afirmar como a postulação da pulsão de morte mostrou-se como consequência de uma exigência conceitual a partir da introdução do narcisismo, cabendo destacar a complexidade do sistema teórico freudiano, que não abandonou as primeiras teorias do funcionamento psíquico, mas introduziu novos elementos que permitiram sua sustentação. A importância do narcisismo nesta virada da teoria pulsional é importante de ser marcada, pois nos auxiliará a pensar uma série de questões a seguir.

Ademais, e este ponto foi relegado pelo próprio Freud, cabe desenvolver de maneira mais precisa a relação entre o narcisismo e o segundo dualismo pulsional, levando em consideração as relações de objeto que a subjazem – articulação esta que nos conferirá uma base ainda mais sólida para pensar as relações entre o narcisismo e as perversões. Neste intuito, passaremos agora à consideração da contribuição de três autores que se dedicaram a articular o narcisismo às pulsões de vida e à pulsão de morte: Herbert Rosenfeld, André Green e René Roussillon.

### 3.3 SOBRE O NARCISISMO NA PERVERSÃO

Passamos à consideração de um aspecto da teoria do narcisismo negligenciado, de certa forma, por Freud nos textos posteriores à introdução do conceito em sua obra: trata-se

dos aspectos destrutivos do narcisismo e de sua relação com a postulação do segundo dualismo pulsional. Para além de seus aspectos libidinais evidentes, a dimensão destrutiva presente no narcisismo e sua relação com a pulsão de morte põem em jogo sua face mais perigosa, que conduz à autodestruição: “a face mais nefasta do narcisismo, aquela que conduz do fechamento do amor de si por si mesmo até a idealização, a sua própria destruição, a sua extinção” (ANDRÉ, 2014, p. 61, tradução nossa).

André (2014) aponta como o narcisismo também implica uma resposta destrutiva e absolutamente perigosa, ao mostrar que, em seu limite, ele conduz o sujeito a um fechamento no amor de si mesmo – em que não há lugar para o outro – até o extremo de sua própria destruição. Pontua o autor que, mesmo o narcisismo apresentando essa evidente face autodestrutiva, a tradição psicanalítica manteve-se preocupada unicamente com seus aspectos libidinais, e que foi somente com a posteridade de Freud que a relação do narcisismo com a pulsão de morte pôde ser vista de forma mais clara no conjunto dos textos metapsicológicos.

São autores como Rosenfeld e Green os primeiros a “dualizar” o próprio narcisismo, sublinhando a necessidade de se distinguir um narcisismo libidinal, de vida, e um narcisismo destrutivo, de morte. Em nossa reflexão a respeito das perversões, esta “dualidade” do narcisismo confere uma base metapsicológica sólida para nossas hipóteses. Além das concepções do narcisismo presentes nas obras de Rosenfeld e de Green, recorreremos também à amarração teórica destas propostas em sua articulação direta com a perversão realizada por Roussillon.

### 3.3.1 A dualidade do narcisismo

Herbert Rosenfeld foi um seguidor da tradição kleiniana, cuja contribuição mais original talvez tenha sido o desenvolvimento da teoria e da clínica do narcisismo do ponto de vista da teoria das relações objetais. Embora as referências diretas ao narcisismo na obra de Melanie Klein sejam praticamente inexistentes, Rosenfeld encontra seu caminho próprio ao ser, se não o primeiro, em todo caso, um dos mais claros autores a “dualizar” o próprio narcisismo, sublinhando a necessidade de se traçar uma distinção entre narcisismo libidinal e narcisismo destrutivo (BARROS, 1988).

Em “Os aspectos agressivos do narcisismo”, publicado em 1976, o autor retoma a segunda teoria pulsional freudiana, pondo ênfase na fusão pulsional que lhe caracteriza: “Em geral, as pulsões de vida e de morte são misturadas ou unidas em um grau variável, e Freud sempre escreveu que [...] não se apresentam praticamente nunca em ‘estado puro’” (p. 205,

tradução nossa). Rosenfeld reitera como mesmo nos estados de severa desunião pulsional, em que a pulsão de morte aparece em sua forma mais destrutiva, um exame clínico preciso mostra, como indica Freud, que ela nunca está em estado puro, mas sempre fusionada com as pulsões de vida. E isto se deve justamente ao fato de que a pulsão de morte se manifesta como processo destrutivo dirigido contra os objetos e contra o próprio ego. Ou seja, uma vez que a ação da pulsão de morte está ligada aos objetos, sejam eles externos ou internos, sempre há a presença das pulsões de vida em seu trabalho de ligação.

As formas mais virulentas desses processos destrutivos dirigidos contra os objetos encontram-se no que ele chamou de “organizações de personalidade narcisistas”. Esta noção de organização patológica se refere à ideia de que as defesas utilizadas pelo ego operam de maneira fixa e cristalizada, de modo a criar um sistema rígido de funcionamento, o qual apresenta grande estabilidade e resistência à mudança. Importante salientar que tanto a fixação no narcisismo libidinal quanto no narcisismo destrutivo implica em enormes prejuízos para o funcionamento psíquico do sujeito, marcado pelos frequentes ataques aos elementos de ligação intersubjetivos e intrapsíquicos (BARROS, 1988).

Ao “fazer trabalhar” a teoria freudiana para embasar a articulação do narcisismo com o segundo dualismo pulsional, Rosenfeld retoma a afirmação feita por Freud em 1915 a respeito da anterioridade lógica do ódio ao amor no que diz respeito à relação de objeto. Nesta referência, Freud pontua que o ódio surge da rejeição do mundo externo por parte do ego. Ora, com isto Freud está afirmando que o mundo externo é inicialmente visto como fonte de estímulos perturbadores – “antinarcísicos”, pode-se dizer, posto que vão contra a tentativa de homeostase egoica –, o ódio aparecendo, portanto, como forma primeira de preservação narcísica, anterior ao amor, diante dessa perturbação.

Partindo daí, Rosenfeld situa a concepção freudiana do princípio de nirvana na mesma linha de pensamento própria ao pressuposto desse ódio dirigido contra o mundo externo. Trata-se de uma regressão ao narcisismo primário sob a dominação da pulsão de morte, em que a busca pelo zero de excitação, o retorno ao inanimado e o abandono à morte tornam-se equivalentes. Aqui, o retraimento narcísico – o desinvestimento do objeto externo em direção ao próprio ego – tem a ver com um “antitrabalho”, no sentido de que se a pulsão de vida é ligação, trabalho, tentativa de simbolização, a pulsão de morte estaria relacionada à inação, ao “antitrabalho”, ao desligamento. Esse retraimento narcísico seria a fonte do narcisismo destrutivo – ponto também trabalhado, ainda que de maneira diferente, por Green em seu conceito de narcisismo de morte, como veremos adiante.

Esta pulsionalidade mortífera pode se manifestar (é o que pensam os kleinianos em geral) como ataques onipotentes, devoradores, invejosos e destrutivos contra qualquer traço de diferença, alteridade e dependência em relação ao mundo externo (posição comum a toda tradição kleiniana), impondo o império narcísico do mesmo, do idêntico, e a compulsão à repetição. Por aí segue também a interpretação de Rosenfeld, indo, contudo, ainda mais longe na consideração do que ele chama de “narcisismo destrutivo”, uma organização de personalidade narcisista em que a onipotência se fixa pela identificação do eu com aspectos destrutivos do *self* (há também um narcisismo menos terrível com identificações da onipotência aos aspectos libidinais). (FIGUEIREDO, 2015, s.p.)

Para conferir inteligibilidade às proposições de Rosenfeld (1976; 1988), é importante diferenciar os aspectos libidinais dos aspectos destrutivos do narcisismo nas personalidades narcisistas. A distinção entre estas duas dimensões do narcisismo vem falar de uma resposta – libidinal ou destrutiva – do ego frente à ação da pulsionalidade, seja nos casos em que as pulsões de vida predominem, seja nos casos em que a pulsão de morte seja prevalente. No que concerne ao narcisismo libidinal, pode-se ver que a superestimação de si desempenha papel central, fundado principalmente na idealização. Esta é mantida graças a identificações onipotentes, introjetivas e projetivas aos bons objetos e às suas qualidades, segundo a tradição kleiniana. Desta maneira, o sujeito narcísico sente que tudo o que tem valor, tudo o que é bom, nos objetos externos e no mundo exterior faz parte dele ou está colocado sob seu controle onipotente.

Do mesmo modo, no que concerne ao narcisismo destrutivo – e é aqui que reside nosso principal ponto de interesse –, nota-se novamente que a superestimação idealizada de si desempenha papel central, mas trata-se agora da idealização das partes destrutivas onipotentes. Para se sustentar narcisicamente, o sujeito ataca as relações objetais como forma de defesa contra o reconhecimento da separação e da dependência destes objetos. As partes destrutivas onipotentes impedem as relações de dependência ao objeto e mantêm em permanência a desvalorização dos objetos externos, o que nos remete à indiferença dos sujeitos narcísicos frente a esses objetos e ao mundo. Se a idealização do si mesmo absoluto permanecer, nega-se a dependência e a possibilidade de separação; para que a separação seja possível, é preciso se reconhecer a dependência; nestes estados, a dependência é vivida subjetivamente como insustentável.

Nas personalidades narcisistas, a identificação [incorporação] funciona como defesa contra todo reconhecimento de separação entre o ego e os objetos, uma vez que a tomada de consciência da separação conduz imediatamente a sentimentos de dependência insustentável do objeto e a inevitáveis frustrações. No entanto, a possibilidade do reconhecimento da dependência do objeto, que levaria ao abandono dessa identificação absoluta inicial, pode

provocar o ódio e a destrutividade em direção a eles. Rosenfeld dirá que nas personalidades narcisistas, os aspectos libidinais e destrutivos do narcisismo existem lado a lado, mas a predominância é variável. Quando os aspectos destrutivos prevalecem, o sujeito, para se sustentar narcisicamente, tende a atacar as relações objetais, procurar destruí-las.

Onipotência e dependência encontram-se, portanto, intrincadas. Como salienta André (2014), “[...] a onipotência narcísica do *Baby* é inversamente proporcional à ‘onidependência’ do recém-nascido” (p. 64). Seguindo ao extremo tal proposição, a resposta onipotente visaria radicalmente o retorno ao ventre materno, à unidade perfeita do ventre grávido, ao momento antes da “ex-istência”, isto é, fora do “in”, do dentro.

Conforme insiste Rosenfeld (1976),

Quando são os aspectos destrutivos que prevalecem, a inveja é mais violenta. Ela se apresenta como um desejo de destruir o analista porque ele representa o objeto que é a verdadeira fonte do que é vivo e bom. Ao mesmo tempo, aparecem violentas pulsões autodestrutivas, e são elas que quero examinar de uma maneira mais detalhada. Nos termos da situação infantil, o paciente narcísico quer crer que ele se deu a vida a ele mesmo e que ele pode se alimentar e se ocupar dele sozinho. Quando é confrontado à realidade de sua dependência ao olhar do analista, representando os pais, em particular a mãe, ele prefere morrer, se sentir não existente e recusar o fato de seu nascimento. (p. 213, tradução nossa)

Esta passagem será retomada alguns anos mais tarde pelo próprio Rosenfeld em seu livro “Impasse e interpretação” (1988), no qual desenvolve determinados aspectos clínicos relacionados às suas articulações teóricas. Neste livro, ele pontua que, ao considerarmos os aspectos destrutivos do narcisismo, observamos uma predominância das partes onipotentes do ego, cuja destrutividade se dirige “contra qualquer relação objetal libidinal e positiva e contra qualquer parte libidinal do *self* que sinta a necessidade de um objeto e o desejo de depender dele” (p. 140). Com isso, o sujeito constantemente evita as relações objetais que tenham qualquer caráter de dependência, além de manter os objetos externos permanentemente desvalorizados. Tais formas onipotentes de organização do narcisismo acabam por destruir as ligações entre o ego e os objetos, na tentativa de depreciá-los e eliminar sua importância, posto que só possa haver lugar para um no poder: “[...] esta [parte onipotente e destrutiva] só pode continuar sendo todo-poderosa em isolamento” (p. 147).

E, mais do que isso, em uma nota de rodapé que permaneceu sem desenvolvimento no restante de sua obra, afirma que

Em muitos desses pacientes, *os impulsos destrutivos estão associados a perversões*. Nessa situação, a óbvia fusão das pulsões não acarreta uma diminuição da força das pulsões destrutivas; pelo contrário, a força e a violência são bastante aumentadas por

meio da erotização da pulsão agressiva. Acho confuso acompanhar Freud no exame das perversões como fusões entre as pulsões de vida e de morte, porque nesses casos a parte destrutiva do self assumiu o controle sobre todos os aspectos libidinais da personalidade do paciente e portanto pode malbaratá-los. Estes são, na realidade, casos de fusão patológica semelhantes aos estados confusionais em que os impulsos destrutivos sobrepujam os impulsos libidinais. (ROSENFELD, 1988, p. 166, grifos nossos)

Aqui há uma articulação literal entre o narcisismo destrutivo e as perversões, ainda que Rosenfeld tenha deixado este ponto sem desenvolvimento. Nesta situação, a união fusional aparente das pulsões – a erotização própria das pulsões de vida – não parece conduzir a uma diminuição do poder destrutivo das pulsões de morte. Ao contrário, a erotização parece incrementar consideravelmente a potência e a violência da pulsão mortífera. Deixaremos esta questão em suspenso momentaneamente para retornar a ela mais adiante.

No que concerne à metapsicologia do narcisismo, a produção de André Green é contemporânea a de Rosenfeld, sendo eles autores que se reconhecem e se aproximam em muitos pontos, mas com algumas diferenças significativas que conferem singularidade ao pensamento de ambos. Green promoverá um reposicionamento original da questão do narcisismo, assim como o fez Rosenfeld, atrelando-o ao segundo dualismo pulsional, sendo a partir daí que é introduzido em seu rico pensamento teórico-clínico<sup>3</sup> o par narcisismo de vida e narcisismo de morte.

É a partir da concepção da função objetualizante das pulsões de vida e da função desobjetualizante da pulsão de morte que Green (1972/2008; 1982/1988) vai propor recuperar a teoria do narcisismo articulada ao segundo dualismo pulsional, postulando a existência de um narcisismo positivo ou de vida e de um narcisismo negativo ou de morte. Um dos principais indícios desta articulação encontra-se no próprio Freud que, em um momento em que reduziu o campo das neuroses narcísicas à melancolia – deixando a esquizofrenia e a paranoia de fora desta nosografia –, mantém-na sob a jurisdição do narcisismo, através do processo identificatório/incorporatório que lhe subjaz e, não obstante, descreve-a como “cultura pura de pulsão de morte”. Como pontua Green (1982/1988, p. 12), “Há, portanto, uma articulação necessária a ser encontrada entre o narcisismo e a pulsão de morte, da qual Freud não se ocupou e que ele nos deixou para descobrir”.

---

<sup>3</sup> Não é nosso objetivo aqui nem cabe em nossas possibilidades analisar de maneira detalhada a extensa e complexa obra de André Green, de modo a remetermos o leitor a artigos que se ocuparam desta seara, como é o caso de “André Green: paixão clínica, pensamento complexo. Em direção ao futuro da psicanálise” (URRIBARRI, 2010); “Lendo André Green: o trabalho do negativo e o paciente limite” (FIGUEIREDO; CINTRA, 2004); “Trauma e narcisismo negativo: questões para a clínica contemporânea” (GARCIA, 2005/2010).

No que concerne ao narcisismo positivo ou de vida, estaríamos diante de um movimento pulsional unificador procedente do ego, segundo o qual sua libido procura alcançar a coesão egoica, de modo que se trata de um narcisismo que tende à unidade, ao Um, em que predominam Eros e as ligações eróticas consigo mesmo. Se o contato com o objeto é algo que provoca perturbações à homeostase egoica e exacerba o sentimento de descentramento do sujeito – uma vez que o objeto nunca é encontrado plenamente, uma vez que ele sempre falha –, o narcisismo de vida fala de como o sujeito se defende, neutralizando o objeto, ao voltar-se para o investimento no próprio ego.

[...] o narcisismo espera apenas o reconhecimento desta individualidade, desta singularidade, desta totalidade. É por isto que o conceito do Um, que marca com seu selo o narcisismo, deve ser colocado em tensão. Esta unidade imediatamente dada no sentimento de existir, como entidade separada, é, como se sabe, o resultado de uma longa história, do narcisismo primário absoluto à sexualização das pulsões do Eu. É uma das realizações de Eros ter conseguido esta unificação de uma psique fragmentada, dispersa, anárquica, dominada pelo prazer de órgão das pulsões parciais antes de conceber a si mesma, pelo menos em parte, como ser inteiro, limitado, separado. (GREEN, 1982/1988, p. 25)

Ora, o que Green sublinha aqui é que o trabalho de ligação de Eros percorre um longo caminho desde o narcisismo primário absoluto – marcado pelo desamparo e pela passividade do *infans* diante de seu entorno – até a sexualização das pulsões do ego em uma instância integrada e separada, a qual encontra no amor que tem por si mesmo a compensação pela perda do amor do objeto primário. Trata-se, portanto, de um trabalho de unificação e dominação das excitações anarquicamente fragmentadas desde o início, no qual o ritmo “suficientemente bom” na relação com os objetos disponíveis é essencial para a circulação da pulsionalidade entre o ego como “ser inteiro, limitado, separado” e os objetos. O que a clínica mostra, contudo, é que frente a determinados vividos subjetivos se instauram processos defensivos em que a pulsionalidade, ao invés de circular entre o ego e os objetos, vai se concentrar no campo do próprio sujeito para protegê-lo.

O narcisismo de vida fala de como o ego se defende da crise com os objetos, diante daquilo que é perigoso em sua relação com o entorno, através do movimento de retorno ao Um, à unidade, em que predomina a ilusão de autossuficiência. Através do narcisismo de vida se adquire uma suposta independência do ego em relação aos objetos – entretanto, esta independência é provisória, além de precária e ilusória, pois o ego não pode nunca substituir completamente os objetos, nem existir desvinculado e desinvestido deles. As realizações do narcisismo de vida nunca são totalmente bem sucedidas, de modo que há momentos em que a crise vai longe demais e, ao invés de o ego se proteger através do retorno ao Um,

paradoxalmente vai se defender através de uma tentativa de retornar ao Zero, ao nada, à morte psíquica, porque mesmo o Um é campo de sofrimento, dor e ressentimento. A pulsionalidade, então, “dá um passo atrás”, o que nos remete ao exercício da função de Tânatos de tudo desligar para se chegar ao nirvana.

Estamos no campo do narcisismo de morte, que é esta rota de fuga desesperada do ego que opera não somente o desligamento de suas relações objetais, a desobjetalização do outro, mas, em um passo a mais, a desobjetalização das ligações internas, de seus próprios objetos, de si mesmo. Quando o objeto é de uma falha reiterada, isto é, quando ele falha tanto quanto a pulsão tenta encontrá-lo, a linha de defesa recua mais um pouco, em direção à desobjetalização, expressão da função desobjetalizante da pulsão de morte.

Em muitos casos pareceu que o ego se desinteressou tanto por ele mesmo como pelo objeto, e lhe restou somente um desejo de desaparecer: de ser arrastado à morte e ao Nada. A meu ver, esta é a expressão genuína da pulsão de morte, que de maneira alguma é comparável com a agressividade nem com o masoquismo primário. Creio que a expressão de Freud “narcisismo primário absoluto” é um equivalente desta barreira absoluta interposta a toda troca, não somente com o objeto, mas também no próprio núcleo do ego, que fica sujeito ao processo de desligamento, com esvaziamento de sua capacidade de projetar. (GREEN, 1972/2008, p. 24, tradução nossa)

A partir do que foi exposto a respeito das contribuições de Rosenfeld e desta breve apreciação do pensamento de Green, podemos afirmar que os dois autores se aproximam no que concerne ao narcisismo libidinal e ao narcisismo de vida: ambos falam de uma sustentação narcísica de si à revelia do outro. A diferença incide no que concerne ao narcisismo destrutivo e ao narcisismo de morte: enquanto no primeiro o sujeito fica parado no desinvestimento do outro, no último o sujeito “progride” para a desobjetalização de si mesmo, numa aspiração ao Zero de investimento.

Assim como Rosenfeld, quanto às perversões, Green (1979/2004) irá sustentar que o ego do perverso conseguiu manter sua unidade narcísica através da erotização da pulsão de morte:

O perverso teria, em suma, procedido à narcisização de seu Eu para remediar um risco de desmembramento frente ao insuportável da diferença dos sexos, sacrificando a integração das pulsões sob a primazia da genitalidade. Ou seja, ele teria “escolhido” o narcisismo unificador do Eu contra a fusão das pulsões para com o objeto. Ameaçado pelas pulsões de destruição, teria conseguido ligá-las por meio da libido erótica (o que origina o sado-masoquismo), instaurando a primazia do falo (narcisista) contra a primazia da genitalidade (objetal). (GREEN, 1979/2004, p. 31-32)

Nas perversões, a função objetalizante das pulsões de vida é mantida atuante e, sendo assim, a força destrutiva da pulsão de morte é ligada, impedindo a desobjetalização das ligações internas, num movimento defensivo de sobrevivência narcísica. O narcisismo de vida permanece, portanto, atuante. Mas, para melhor esclarecer essas questões e avançar na elaboração de nossas hipóteses a respeito da articulação da questão do narcisismo às perversões, a contribuição de Roussillon poderá vir em nosso auxílio.

### 3.3.2 A sexualização nos sofrimentos narcísico-identitários

A articulação proposta por Rosenfeld e por Green entre dependência, onipotência e perversão será aprofundada por Roussillon (1999; 2004), o qual analisa o lugar da perversão e das “soluções perversas” na economia narcísica do sujeito. Sua proposição é que as respostas perversas devem ser compreendidas como uma “solução secundária”, que se organiza diante de certos traumatismos primários que afetaram as bases da constituição narcísica do sujeito.

De acordo com Roussillon (2004), qualquer processo psíquico pode encontrar vias de ligação através de um processo de “sexualização” – ideia presente no pensamento psicanalítico desde sua origem, cabe ressaltar. Dito de outra maneira, “potencialmente, a sexualização virá ‘perverter’ não importa qual processo do ego e, inversamente, qualquer processo poderá ser também dessexualizado” (p. 139).

Após 1920, com a postulação do segundo dualismo pulsional – bem como com os remanejamentos teóricos acerca da teoria do trauma em Freud –, a sexualização adquire importância incontornável, na medida em que o conflito central da vida psíquica desempenhar-se-á entre as pulsões de vida e sua função de ligação, por um lado, e as pulsões de morte e sua função de desligamento, por outro. Segundo o autor, as pulsões de vida utilizam a sexualização para assegurar seu controle sobre a vida psíquica, em especial no que concerne às experiências de tipo traumático.

Para dar conta das configurações psicopatológicas em que é a dimensão narcísica, bem como os entraves em sua constituição que põem em dificuldade a função subjetivante do ego, que Roussillon (1999) vai denominá-las de “sofrimentos narcísico-identitários”. Tais sofrimentos revelam uma organização defensiva radical contra os efeitos de um traumatismo primário clivado, e contra a ameaça que este provoca, submetido à compulsão à repetição, de retornar e exercer seus efeitos nocivos à organização do psiquismo e da subjetividade.

O traumatismo primário remete a experiências traumáticas muito precoces que provocaram no sujeito um transbordamento pelo desamparo, resultando em um desespero

essencial capaz de ameaçar a existência da subjetividade e da organização psíquica como um todo. Frente a essa configuração de base, as respostas perversas podem ser acionadas pelo ego como possível forma de sobrevivência psíquica, apesar da dimensão mortífera nelas implicada. Diante desses estados traumáticos, o que ganha destaque é o mecanismo de clivagem egoica. Entretanto, a clivagem é uma saída extrema e paradoxal, uma vez que, para sobreviver psiquicamente, o sujeito “mata” uma parte do próprio psiquismo.

O mecanismo de clivagem do ego (*Ichspaltung*) foi proposto por Freud em “A divisão do ego no processo de defesa” (1940[1938]/1996), em que descreve como o ego fica dividido entre duas cadeias representativas incompatíveis entre si – um lado que reconhece a realidade, frente a qual deve renunciar à satisfação pulsional, e outro lado que recusa a realidade, de modo a poder conservar a satisfação. Ambos os lados coexistem no seio do ego, mas ao preço de uma “fenda no ego, a qual nunca se cura, mas aumenta à medida que o tempo passa. As duas reações contrárias ao conflito persistem como ponto central de uma divisão (*splitting*) do ego” (p. 293).

Roussillon (1999), por sua vez, irá propor outro tipo de processo dissociativo, ancorado nesse, o qual denominou de “clivagem ao ego”. A clivagem ao ego divide o psiquismo entre uma parte representada e uma parte não representável, processo paradoxal através do qual o ego, para sobreviver à morte traumática, acaba por cortar de si próprio uma parte da experiência subjetiva, dando origem a uma zona traumática irrepresentável clivada, alheia ao ego, no interior do psiquismo. Ante a ameaça de aniquilamento traumático, de desintegração, o ego se extirpa de uma parte de si para salvaguardar-se como um todo (BORGES; CARDOSO, 2011).

Contudo, ao se clivar a experiência traumática, esta não desaparece; ao contrário, retorna a partir da reativação de traços perceptivos, submetidos à compulsão à repetição. Esses traços perceptivos, que seriam da ordem das marcas, serão reativados frente ao menor índice de percepção que se assemelhe à experiência traumática sofrida, de modo que o ego ver-se-á novamente ameaçado frente ao retorno da experiência traumática, a qual foi tão extrema a princípio que o fez clivar-se de uma parte de si próprio. O clivado ao ego tende a retornar em forma de ato.

A clivagem ao ego é um mecanismo de defesa precário, sendo necessárias outras defesas contra o retorno do clivado, defesas complementares, para tentar dominar esse retorno. Esse conjunto de defesas – o qual tem como ponto comum o empobrecimento do ego – é o que caracterizará o quadro clínico que Roussillon (1999) chamou de “sofrimentos narcísico-identitários”.

Dentre esse conjunto de defesas, encontram-se desde a “neutralização energética”, a qual tenta neutralizar (evitar, “gelar”, “petrificar”) o retorno do clivado, restringindo, tanto quanto possível, os investimentos de objeto e as relações que ameaçam reativar a zona traumática e o estado de desamparo que a acompanha; até a “solução delirante ou psicótica”, na qual o sujeito delira e tenta assim autorrepresentar secundariamente a experiência agonística primária, o que configura o delírio como modo de cicatrização; passando ainda pela “ligação primária não simbólica somática”, a qual diz respeito a uma afecção somática que funciona como tentativa de se ligar corporalmente aquilo que o psíquico não conseguiu dar conta por seus próprios meios, mas que, neste caso, acaba sacrificando o corpo em uma de suas partes para “ligar” o que ameaça o psiquismo.

A defesa que desejamos destacar, todavia, é a que o autor considera como *“ligação primária não simbólica que utiliza a sexualização”*. Trata-se aqui de duas modalidades não simbólicas de ligação primária que resultam de uma utilização perversa da sexualização, e não de sua organização fantasística – a “solução” masoquista e a “solução” fetichista. A ideia central é que as experiências traumáticas primárias não elaboradas vão tentar reintegrar-se ao ego, utilizando as possibilidades de ligação conferidas pela excitação sexual (“secundária”), para vir a se inscrever sob a dominação do princípio do prazer-desprazer.

No masoquismo, a experiência traumática seria dominada e retornaria como uma experiência produtora de prazer. Face ao retorno compulsivo da experiência traumática anterior, vivida passivamente, o ego se comporta como agente daquilo que o fez sofrer, como se pusesse nesse mal estar a fonte de seu bem. A salvaguarda narcísica é obtida através da “mistura” dos registros do prazer e do desprazer, em que “bom” e “mau” se confundem e se invertem, de modo que o ego, mesmo culpado, “prefere” sentir-se “responsável”, ativo, mestre, do que retornar à impotência e ao desamparo do vivido agonístico.

Já no fetichismo, o objeto-fetice é o que viria suturar a experiência catastrófica da descoberta da diferença dos sexos, fonte da clivagem ao ego; no entanto, a descoberta da diferença dos sexos só é catastrófica na medida em que vem reativar uma experiência agonística anterior, a qual se sexualiza para tentar assim ser representada. O fetiche configura-se então como objeto fixo, particular e singular, emblema narcísico que mascara a falha na organização representativa, mas ao preço de uma renúncia do caráter metaforizante da simbolização psíquica.

Como salienta Roussillon (2004), o fetiche assume valor de “salvaguarda psíquica”, evitando a percepção traumática do feminino encarnado. De fato, o fetiche tenta “cicatriz” a ferida narcísica provocada pela percepção do pênis materno ausente. O traumatismo

“secundário” provocado pela constatação da “castração” feminina – a qual o fetiche vem tentar “cicatrizá-lo” – funciona como possibilidade de “representação” do traumatismo primário que afetou a organização narcísica primária do sujeito.

As respostas perversas podem, portanto, ser compreendidas como defesas psíquicas extremas frente ao retorno do traumatismo primário clivado, frente ao retorno de uma alteridade interna inassimilável, que põe em dificuldade a função subjetivante do ego, perturbando as bases da constituição narcísica. Ao resgatarmos a face destrutiva do narcisismo nas perversões, sublinhamos como a afirmação narcísica de onipotência, a qual se exerce no campo intersubjetivo como domínio do objeto via desqualificação e manipulação, nos parece caracterizar um *modo perverso de funcionar, cuja base é de ordem narcísica*.

Supomos haver, na base de funcionamento narcísico dos sujeitos perversos, um objeto interno “indomável”, de modo que toda manobra do perverso se configura como movimento desesperado para dominá-lo, para exercer o controle onipotente sobre ele. No entanto, diante da impossibilidade de se dominar internamente este objeto “encravado”, o perverso acaba por tentar exercer o domínio ativo sobre o objeto externo, sua presa, seu cúmplice.

Aprisionado em uma relação de domínio com o outro, em que ambos permanecem petrificados nas posições de mestre e de escravo, sem possibilidade de troca, as relações objetais findam por ser desvitalizadas em função da necessidade de afirmação narcísica do perverso. O que prevalece no quadro é a necessidade adesiva, vital e imperiosa de dominar um objeto coisificado, imprescindível para o psiquismo do sujeito, para a conservação do sentimento de existência de si próprio. É no intuito de precisar esta questão fundamental do domínio, diretamente articulada com a dimensão narcísica, que iremos agora nos debruçar sobre ela, chamando atenção para o caráter perverso nela imbricado.

#### 4 DOMÍNIO, SEDUÇÃO E VINGANÇA NA PERVERSÃO

*“O outro me 'ocupa' – é insuportável! Para ele não é suficiente ser o outro; ainda é necessário que ele me implique nele, me ingira, me absorva na sua alteridade; que ele me vire e revire no seu próprio interior, para me jogar na cara uma imagem minha desconhecida por mim e com a qual me reveste.”*

R. Dadoun, “La violence” (1995)

A noção de domínio em psicanálise tem um estatuto impreciso: enquanto alguns autores reconhecem sua importância teórica e, sobretudo, clínica no pensamento freudiano, outros a consideram apenas um vestígio isolado de um determinado momento da metapsicologia que parece ter sido deixado de lado por seu próprio criador. De um modo ou de outro, observa-se um número relativamente reduzido de trabalhos dedicados a essa noção e que lhe fazem referência. Contudo, as questões por ela levantadas são de especial interesse para nossos propósitos, tendo em vista que, fundamentalmente, ela recobre o campo do poder – seja como “pulsão de domínio”, seja como “relação de domínio” –, o que nos permite revisitar a questão da relação com o outro (interno e externo), bem como sua articulação com a passividade, a atividade e, em seu extremo, com a violência própria às perversões (DOREY, 1981; DENIS, 1997).

Gantheret (1981) indica uma série de dimensões da noção de domínio, apontando sua importância na teoria psicanalítica, naquilo que ela tem de mais fundamental, que é a articulação do funcionamento intrapsíquico e intersubjetivo. No campo intrapsíquico, podemos dizer, por exemplo, que há um domínio do pulsional sobre o ego e também do/pelo superego, e que há um domínio da/na fantasia sobre o objeto diante da ameaça de sua perda. Já no campo intersubjetivo há exemplos ao longo da teoria psicanalítica que são mais evidentes, como é o caso do domínio do hipnotizador sobre o hipnotizado, do líder sobre a massa, do pai morto como lei sobre a coletividade dos filhos, na relação transferencial e contratransferencial que determinam o decorrer de uma análise e, certamente, na relação do perverso com seu parceiro. Todas essas dimensões conferem peso à noção de domínio e é sobre ela que pretendemos lançar luz no momento, resgatando determinados pontos que nos auxiliam a pensar as perversões.

Segundo Laplanche e Pontalis (1982/2001), a noção de domínio é introduzida na obra freudiana em 1905, nos “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade”, e remete, nesse momento, a uma pulsão específica, não sexual, inicialmente ligada à crueldade infantil – e

secundariamente ao sadomasoquismo – cuja meta é dominar o objeto pela força. Posteriormente, com a publicação de “Além do princípio do prazer” em 1920, a noção de domínio será subsumida à ação da pulsão de morte, tornando-se uma função desta e alterando seu estatuto. O domínio acaba por configurar-se como uma problemática complexa na obra freudiana, que só encontra em desenvolvimentos posteriores seu verdadeiro peso metapsicológico.

#### 4.1 A INVERSÃO PASSIVO-ATIVO NA RELAÇÃO DE DOMÍNIO

Deparamo-nos com uma primeira menção ao domínio em 1905, quando Freud está às voltas com a reflexão a respeito das origens do sadismo. Neste contexto inicial, a noção de domínio não tem conotação sexual, mas de agressividade, segundo a qual, para se dominar (sadicamente) o outro, é preciso que haja uma disputa com o desejo do objeto. A esta componente agressiva, Freud atribui um caráter biológico inicialmente, que será revisto posteriormente, quando o sadismo aparecer como resultado da fixação excessiva e da autonomização de tal componente agressiva. O domínio aqui tem estreito vínculo com as pulsões parciais sem, no entanto, lhe ser dada significação estritamente sexual, uma vez que é considerada independente da sexualidade, ligada à crueldade infantil (GANTHERET, 1981).

É a propósito da masturbação infantil nos “Três ensaios” que será abordada pela primeira vez a questão do domínio, enquanto pulsão, *Bemächtigungstrieb*, pulsão de domínio. A masturbação se apresenta como modelo precursor da crueldade, de modo que é no campo do autoerotismo que se pode tentar situar inicialmente o domínio enquanto pulsão. Apoiando-se nas contribuições de Gantheret (1981), Cardoso (2002/2010) esclarece que, antes de se intentar o domínio contra um objeto externo, a criança exerce autoeroticamente o domínio sobre o próprio corpo, sobre seus órgãos erógenos, sendo apenas posteriormente que esse domínio se desloca rumo ao objeto. Freud remete o impulso cruel da criança à atividade da pulsão de domínio, que surgiria na vida sexual infantil anteriormente à época em que os genitais assumem seu papel unificador, dominando a organização pré-genital infantil. O que se entrevê aqui é a possibilidade de se falar de uma primeira indexação da pulsão de domínio à polaridade ativo-passivo, sobre a qual o desenvolvimento da noção de domínio se desenrolará ao longo da obra de Freud.

Em “A predisposição à neurose obsessiva” (1913/2010), a pulsão de domínio é situada ao lado da atividade, em oposição ao caráter passivo do erotismo anal. Neste texto, então, retoma-se a questão do sadismo, uma vez que se supõe estreita relação entre ela e a pulsão de

domínio. Mas é em “Os instintos e seus destinos” (1915/2010) que a teoria sobre o sadomasoquismo encontrará sua primeira elaboração, segundo a qual o objetivo maior do sadismo é o domínio do objeto pela força, pelo exercício de poder através da violência, tendo o outro como objeto. Neste momento da teorização, o masoquismo é considerado como o retorno do sadismo contra a própria pessoa, de modo a se substituir a meta ativa de infligir dor a outrem por uma meta passiva de sofrer a dor.

A postulação da pulsão de morte, no entanto, irá provocar remanejamentos na teoria do domínio, uma vez que a pulsão de morte tornar-se-á suficiente para explicar o sadismo, podendo derivar em direção ao objeto, ao mesmo tempo em que entra a serviço da função sexual. A partir da publicação de “Além do princípio do prazer” (1920/2010), a pulsão de domínio sofreu uma série de remanejamentos teóricos, passando a ser remetida à ação propriamente dita da pulsão de morte. O que decorreu desses remanejamentos foi a perda da especificidade da pulsão de domínio na obra freudiana, já que a pulsão de morte englobou sua singularidade, tendo passado a pulsão de domínio a ser entendida como uma das formas que a pulsão de morte pode assumir.

O domínio passa a ser compreendido como uma função, ativa, que diz respeito ao exercício do poder da pulsão de morte – radicalizando-se, desse modo, a ideia de domínio como passagem a ativo que esteve presente desde o início no pensamento freudiano. O modelo do jogo do carretel (*fort-da*) constitui ilustração profícua desse movimento de inversão passividade-atividade implicado na função de domínio: ao jogar o carretel para longe repetidamente, a criança encena o movimento de separação da mãe, mas agora em posição de atividade, sendo ela quem se separa da mãe, uma vez já tendo vivenciado a separação passivamente. Neste jogo, além da inversão passividade-atividade no que se refere à vivência das excitações decorrentes da separação do objeto, está envolvido um movimento de “vingança” contra este objeto, ao poder se liberar da força transgressiva e excessiva de ter sido separado dele, agora se separando ativamente.

É possível perceber como o jogo do *fort-da* comporta em si a atividade da criança de uma dominação-controle da excitação, além da capacidade de tornar-se senhora do objeto. São esses dois sentidos – o de dominar o objeto pela força e o de tornar-se senhor das excitações, ligá-las – que se alternam constantemente na tentativa de Freud dar conta da noção de domínio e que a transformam em uma noção bastante complexa na teoria psicanalítica. Estão aí em jogo a indissociabilidade do domínio das excitações (objeto interno) e do domínio do objeto (objeto externo), remetendo-nos reiteradamente às fronteiras entre o domínio do outro e o processo de dominação da transgressão pulsional.

Dorey (1981) sublinha um aspecto essencial da noção de domínio, a qual, segundo ele, só encontra sua verdadeira fecundidade se a considerarmos como modo singular de interação entre dois sujeitos. O domínio corresponde a um agenciamento complexo da relação com o outro (interno e externo), tomando fundamentalmente seu sentido no campo da intersubjetividade e do intrapsíquico, devendo ser abordado, portanto, como relação de domínio. Esta seria composta por três ordens derivativas de significação, complementares entre si, mas que devem ser diferenciadas minuciosamente: (1) apropriação por desposseção, (2) dominação e (3) impressão de uma marca. Estas três dimensões aparecem de forma intrincada na relação de domínio, de modo que o autor buscou destrinchá-las, para mostrar a complexidade nela presente.

O primeiro sentido que o autor identifica, e que corresponde ao termo *Bemächtigung*, evoca a ideia de “tomada”, “captura”, “apreensão”. Esta significação encontra suas raízes na antiga palavra francesa “*emprise*”, a qual designava a ação de tomar terrenos por expropriação, na linguagem jurídica francesa do século XVII. O termo era utilizado para dar conta de uma violação cometida à propriedade privada, posteriormente a um ato administrativo ilegal, segundo o qual o poder público retiraria do dono sua propriedade de certo bem móvel ou imóvel, desapropriando-o compulsoriamente. No que concerne ao nível interpessoal, o termo “domínio” refere-se, derivativamente, a uma ação de apropriação por desposseção do outro, no sentido de uma tomada, confiscação que envolve uma violência infligida e sofrida que traz prejuízo a outrem por invasão e usurpação de seu domínio privado, em detrimento de sua liberdade individual.

A segunda ordem de significação, derivada da primeira e dela inseparável, no entanto, não idêntica, é aquela da dominação. É o sentido corrente e mais utilizado do termo “domínio”, que faz referência a um poder supremo, dominador, mesmo tirânico, pelo qual o outro se sente subjugado, controlado e manipulado, mantido em um estado de submissão e dependência mais ou menos inescapável. Esta significação deriva da expressão jurídica precedente, mas adquire sua própria especificidade ao focar na dimensão violenta e dessubjetivante do “domínio”.

A terceira e última acepção do termo que merece ser depreendida aparece como uma espécie de consequência ou resultante da dupla ação de apropriação-dominação descrita na primeira e na segunda acepções do termo. Neste sentido, o domínio não pode se exercer sem que resulte a inscrição de um traço, a impressão de uma marca sobre aquele em que o domínio é exercido. Aquele que exerce o domínio grava sua marca sobre o outro, nele desenhando sua

própria figura, de modo que o dominado aparece marcado pelo dominador e, em seu extremo, anulado subjetivamente por ele.

A partir destas ordens de significação do domínio descritas por Dorey (1981), é importante ressaltar como elas conferem à relação de domínio sua verdadeira singularidade e complexidade. O autor trabalha com a hipótese segundo a qual a relação de domínio remete sempre a uma transgressão feita ao outro como sujeito desejante – daí sua aceção de “apropriação por desposseção do outro”. O que seria visado no domínio seria o desejo do outro (interno e externo), posto que este seja avassaladoramente “estranho” e fugidio.

O domínio estaria referido a uma tendência muito arcaica do psiquismo de neutralização do desejo do outro, da abolição de toda especificidade e, mais fundamentalmente, da recusa de toda diferença. O domínio visaria à transformação do outro em um objeto inteiramente assimilável, tendo sido sua singularidade rechaçada – encontrando-se na aceção de “dominação” a expressão deste movimento. Conseqüentemente, ao negar a alteridade do outro, aquele que domina “marca” sobre o objeto sua própria singularidade.

Dorey (1981) afirma ainda que uma das vias de análise mais importantes no que se refere à relação de domínio – e o motivo pela qual ela nos interessa especialmente – trata-se da problemática perversa. Nesta, a relação de domínio tem inegável dimensão destrutiva e natureza essencialmente especular, dual e, portanto, não mediatizada, o que implica dizer que o outro, ao ter sua alteridade e a singularidade de seu desejo expropriadas, fica aprisionado na posição de “duplo” que lhe é designada pelo perverso, assumindo a imagem projetada de seu reflexo especular. Na cena, resta somente o desejo do perverso que é impresso no outro como marca indelével de seu assujeitamento. O estado de servidão e assujeitamento na aliança perversa (KHAN, 1973) fornecem ao sujeito perverso uma prova incontestável para si do domínio exercido sobre o outro, o qual, enquanto aprisionado na posição de duplo, pode ser pensado como receptáculo das projeções do perverso.

Nossa hipótese – e que será mais desenvolvida ao longo deste capítulo – é que esta relação de domínio encontra-se tingida por uma dimensão de hostilidade dirigida ao objeto. Ora, se o ego foi incapaz de dominar internamente determinados conteúdos “tóxicos”, tendo projetado-os sobre o objeto, este acaba se tornando o receptáculo daquilo que seria mais “estranho” e ameaçador ao ego. Ao expulsar projetivamente esses conteúdos “intraduzíveis”, o domínio pode então ser exercido sobre o objeto, duplo de si mesmo, através de sua manipulação, humilhação e desvalorização. Para melhor “fazer trabalhar” esta via de análise, vamos nos deter, brevemente, na obra do psiquiatra e psicanalista norte-americano Robert J.

Stoller, na qual encontramos indicações importantes a respeito da dinâmica da hostilidade na perversão, e é a elas que iremos nos dedicar a seguir, no intuito de precisar como esta dimensão se articula com a de sexual, articulação particularmente relevante na determinação das respostas perversas.

#### 4.2 A FORMA ERÓTICA DO ÓDIO

Stoller dedicou grande parte de sua obra ao tema da sexualidade – especialmente às perversões e à problemática da construção da identidade de gênero –, dando ênfase a seu aspecto contingencial, baseado na história das relações objetais. No que concerne à perversão, especificamente, ele ressalta em sua investigação clínica a presença da *hostilidade* em relação ao objeto, considerando-a como característica central do ato perverso, ao qual se refere como sendo “a forma erótica do ódio” (FERRAZ, 2001).

Como pontua Ferraz (2000/2008), três pontos essenciais se coadunam na concepção das perversões para o autor: (1) em primeiro lugar, a perversão seria o resultado de um interjogo entre hostilidade e desejo sexual, de modo que a erotização intrínseca ao ato perverso – seja ele de que natureza for – acaba por mascarar o ódio que lhe é subjacente; (2) o segundo ponto se refere à infundável sensação que acomete o perverso, de que ele é sujo, pecaminoso e anormal – sensação decorrente da angústia que sobrevém quando algo de sua montagem triunfante e onipotente se desfaz; (3) e, por último, o autor defende que haveria uma “necessidade social” da perversão, segundo a qual esta categoria psicopatológica serviria para que os indivíduos ditos “normais” projetassem sobre outros suas próprias tendências perversas a fim de se manter a moral sexual social, elegendo bodes expiatórios através da criação de uma categoria na qual se enquadrem os desviantes.

Segundo Stoller (1975/2014), a perversão toma a forma de uma fantasia de vingança posta em ato, cuja função é transformar um trauma efetivamente vivido de maneira passiva na infância em um triunfo de adulto ativamente buscado. Deste modo, o comportamento perverso estaria pautado fundamentalmente em uma inversão passivo-ativo, cuja função defensiva seria gradualmente erguida com o passar dos anos, permeada por reminiscências e destroços das relações objetais primárias do perverso, especialmente no âmbito de sua dinâmica familiar. A hostilidade é o que animaria tal fantasia de vingança, traduzindo-se no desejo de danificar o objeto, de feri-lo – mas não de destruí-lo, cabe sublinhar –, dimensão a ser diferenciada da agressividade, a qual, em geral, implicaria apenas o uso de uma força a ser escoada.

O autor defende, portanto, a primazia de uma etiologia traumática da perversão, sustentando que a história do sujeito perverso seria marcada pelo desmantelamento de seu desenvolvimento libidinal a partir da efetividade do trauma por ele sofrido.

[...] o trauma de infância, que mencionamos na definição, ocorreu efetivamente, e é rememorado nos detalhes da perversão. Minha hipótese é que uma perversão é uma revivescência de um trauma sexual verdadeiro, que visa precipuamente o sexo (em termos anatômicos) ou a identidade de gênero (masculinidade ou feminilidade), e que, no ato perverso, o passado se dissipa. Desta vez, o trauma é transformado em prazer, em orgasmo, em vitória. Mas a necessidade de repeti-lo – *ad infinitum*, sempre da mesma maneira – resulta da incapacidade de a pessoa se sentir completamente livre do perigo, do trauma. (STOLLER, 1975/2014, p. 55)

A montagem da cena perversa em toda sua rigidez e invariabilidade está diretamente relacionada ao trauma sexual infantil vivido, mas agora com os papéis invertidos, de modo que o trauma passivamente sofrido é transformado em prazer ativamente buscado. Acrescente-se ainda que a fixidez da fantasia posta em ato nos fornece indícios da violência do trauma que imobilizou o deslizamento representacional, exigindo uma repetição *ad infinitum*. Tal cena, apesar de seu engessamento que aprisiona o perverso em um roteiro em *loop* contínuo, já é uma possibilidade egoica de resposta defensiva frente à passividade imposta pelo trauma. Contudo, a repetição compulsiva e estereotipada da cena atesta a impossibilidade de o ato perverso colocar o sujeito a salvo do perigo.

[...] infelizmente ele precisa repetir a ação *ad infinitum*, pois de alguma forma ele sabe que a perversão é somente um construto, uma fantasia; ela não pode jamais provar que ele venceu. Ela só o faz momentaneamente; e a cada vez, no decorrer de sua vida, que emergem as circunstâncias que fazem eco à situação traumática original, ele pode aplacar sua ansiedade somente através da repetição do ato perverso, cuja função é assegurar-lhe, mais uma vez: ele é um vencedor e está ileso. (STOLLER, 1975/2014, p. 152)

O autor afirma que o perverso “refaz o mundo a sua maneira” em sua fantasia posta em ato e, com isso, o trauma pode ser desfeito infinitamente, de acordo com a necessidade. Além disso, ao fazê-lo, o sujeito garante um desfecho triunfante para si mesmo, no qual não apenas supera ativamente o trauma sofrido passivamente – ainda que fugazmente, necessitando repeti-lo compulsivamente –, mas ludibria ou até mesmo traumatiza os ofensores originais, garantindo a si mesmo um “final feliz”. Há, como pano de fundo desta criação perversa de mundo, uma dimensão de vingança na fantasia em questão.

Ao considerar a perversão como “a forma erótica do ódio”, Stoller assinala o desejo hostil do ato perverso, animado pela fantasia de vingança de danificar o outro. É a hostilidade

implicada nesta fantasia que proporciona a excitação sexual para o perverso, cujo parceiro de cena é fundamental, posto que o objeto escolhido desempenha o papel de criança vitimada – no caso, o próprio perverso. Deste modo, o estatuto da relação objetal é muito particular na dinâmica perversa, já que o objeto não pode ser completamente destruído – ainda que em formas extremas isto aconteça à revelia do perverso, por uma transgressão excessiva dos limites do outro. Este é fundamental para a montagem da cena, mas deve ser danificado, ferido, objeto do triunfo do perverso. Fala-se, portanto, de uma *desumanização do objeto* na perversão, o qual não pode ser encarado como objeto de investimento, mas apenas como fragmento descartável.

Um ponto fundamental em suas hipóteses sobre a perversão – e o que lhe confere originalidade no cenário psicanalítico – concerne à sua maneira particular de compreender o complexo de Édipo e sua relação à questão da constituição da identidade de gênero, construção que seria ameaçada no quadro da perversão. Isto porque, diferentemente de Freud, que privilegiava o investimento sexual primário como determinante para a construção da identidade de gênero, Stoller, a este respeito, privilegia a posição identificatória inicial.

Nos textos da década de 1920 sobre o complexo edípico, e em especial em “Algumas consequências psíquicas da diferença anatômica entre os sexos” (1925b/2011), Freud propõe a presença de uma série de diferenças nas configurações psíquicas que seriam próprias da vida sexual dos meninos e meninas, chamando atenção para o duplo aspecto identificatório e de investimento em relação às figuras parentais que permeiam as relações infantis. Para ele, a mãe seria o primeiro objeto de investimento, de modo que o menino encontrar-se-ia de partida em uma posição heterossexual, enquanto a menina estaria situada em uma posição homossexual. No pensamento freudiano, isto implicaria em um caminho mais tortuoso da menina na construção de sua identidade sexual feminina (heterossexual), uma vez que ela teria que abandonar o investimento inicial na figura materna para dirigi-lo a uma figura masculina, diferente do menino que, de início, já dirige seu investimento ao objeto do sexo oposto.

Ao contrário de Freud, Stoller (1975/2014) não privilegia o investimento sexual primário na determinação da posição sexual primária, mas enfatiza a posição identificatória inicial. Neste sentido, tanto o menino quanto a menina estariam de partida identificados com a figura materna, de modo que o caminho mais tortuoso a ser percorrido para a construção da identidade sexual seria o do menino que, para alcançar a masculinidade, precisaria romper com a unidade mãe-filho.

Tal processo de desidentificação do menino em relação à mãe seria profundamente

angustiante, e como se dá o rompimento dessa unidade é que irá determinar a formação da identidade masculina. Longe de ser uma problemática excluída do universo feminino, é inegável a maior incidência das perversões nos homens, de modo que o autor vê nesta desidentificação a raiz problemática das perversões. Para ele, os fatores etiológicos da perversão podem ser encontrados na modalidade da atitude da mãe diante da necessidade de separação que tem o seu filho, de modo que uma atitude materna contrária à separação do filho e, por conseguinte, contrária à sua desidentificação, constituiria um trauma efetivo sobre a identidade sexual do menino (FERRAZ, 2000/2008).

Para Stoller, portanto, a perversão masculina seria um transtorno de gênero construído sobre uma tríade de raiva, medo e vingança: “o menino tem raiva da identificação inicial com a mãe, tem medo de não conseguir escapar de sua órbita e almeja vingar-se dela porque sente que ela o colocou nessa condição” (FERRAZ, 2000/2008, p. 62). E a hostilidade é o que subjaz a esta tríade como ponto fundante da perversão. Ela tem o propósito de fazer com que o sujeito se sinta superior e triunfante sobre o outro.

Como bem aponta Eiguer (1989/2003), com quem estamos de acordo neste ponto, é como se as hipóteses de Stoller conduzissem-nos a uma concepção unificada das perversões, sejam elas de natureza sexual ou moral, aí inclusa a perversão narcísica, como discutimos no capítulo anterior. Em certo sentido, toda perversão é sexual e é este fator que fundamenta a interação perversa.

É como se Stoller colocasse o acento sobre o tronco comum a todas as perversões: a *mise en scène* que resulta da expressão do caráter perverso é o denominador comum aos perversos clínicos e aos perversos de caráter; o desencadeamento da excitação do parceiro será um elemento importante, ainda que secundário, em relação *ao triunfo e ao sadismo* do perverso. (EIGUER, 1989/2003, p. 45, tradução nossa, grifos do autor)

O que desejamos fundamentalmente sustentar a partir das contribuições de Stoller é que a hostilidade que ele defende como móvel das perversões se dá através da relação de domínio do objeto. A manifestação da hostilidade nas perversões pode ser encontrada, portanto, em suas diversas formas, seja no triunfo sádico, no sofrimento fraudulento do masoquista, na utilização vingativa do objeto no fetichismo e também na manipulação do outro nas perversões morais.

No sadismo, a hostilidade é facilmente percebida, seja em formas extremas, como o assassinato, a mutilação do outro ou o estupro que produzem excitação sexual; seja em uma economia sexual doméstica com suas punições físicas específicas, tais como chicotear ou

cortar, os jogos de acorrentar e amarrar, de defecar ou urinar em seu objeto; seja ainda em sua vertente não física, como no exibicionismo e no voyeurismo, no envio de cartas ou telefonemas obscenos, passando ainda por determinados usos da prostituição e por certas formas de promiscuidade. Como pontua Stoller (1975/2014, p. 121, grifos do autor), “todas essas modalidades expressam, numa escala diminutiva, uma raiva consciente direcionada para seu objeto, e cujo propósito essencial, para a pessoa, é o de se sentir superior, de machucar, de *triumfar sobre o outro*”.

Já no masoquismo, em que o agente da perversão parece ser a vítima, a hostilidade aparece disfarçada através da forja de um sofrimento fraudulento: como criador do ato, o masoquista nunca é efetivamente tornado vítima, uma vez que ele jamais abre mão do controle sobre a cena que monta. Seu prazer é buscado através de uma encenação, seja através da busca pela asfixia, sejam aqueles que precisam ser amarrados com cordas ou correntes ou imobilizados com vestes de látex excessivamente justas, sejam os que desejam ser espancados ou cortados, ou ainda os que se excitam ao receber sobre si urina ou excrementos. “Nesses casos”, indica Stoller (1975/2014, p. 124), “a hostilidade fica disfarçada no ato perverso, mas é secretamente mantida nas fantasias daquilo que se está causando ao parceiro, ao se fazer de ‘vítima’. Essas pessoas sentem a volúpia da gratificação dos mártires”, de modo que a vítima física é convertida em vencedora psicológica, que triunfa sobre seu algoz ao colocá-lo no papel de sádico, violento.

A hostilidade nos fetichismos aparece de modo mais silencioso e sub-reptício. Estes incluem a necrofilia, em que o agente escolhe um cadáver que não foi assassinado por ele próprio para obtenção do gozo sexual; passando pelo clássico uso de objetos inanimados, tais como peças de vestuário ou de partes do corpo, cujas ligações com o objeto humano foram reduzidas ao simbólico; indo até uma forma de fetichismo que consiste em tratar as pessoas como se elas fossem reduzidas a um órgão, como um par de seios ou um pênis, ou a uma função, como apanhar, maltratar, fazer de escravo etc. Nestas modalidades, Stoller (1975/2014) sublinha que a hostilidade está oculta no fetiche e que sua fonte – assim como para todas as perversões – reside na vitimização do fetichista durante sua infância, e que “Através da perversão, a raiva é transformada em vitória sobre seus abusadores; na perversão, o trauma se transforma em triunfo” (p. 127). O fetichista, portanto, se sente triunfante exatamente no ponto em que queriam que ele falhasse.

No que concerne à perversão moral, podemos identificar a presença da hostilidade na necessidade reiterada da humilhação, do deboche e do escárnio desqualificadores do outro, nos fomentos de alianças negativas, na incapacidade de dever qualquer coisa a qualquer um, e

na incapacidade de reconhecer o outro. Ainda que as transgressões dos perversos morais não estejam circunscritas diretamente ao campo das relações sexuais, percebemos a hostilidade neste conjunto de condutas perversas que se manifesta no plano relacional, das cenas familiares, sociais ou institucionais.

Ora, a partir deste contexto, desejamos destacar como Stoller chama atenção para a etiologia traumática das perversões, na qual a erotização da hostilidade desempenha um papel fundamental. O autor sustenta que o ápice do gozo do perverso coincide justamente com o momento em que a parte central do trauma efetivamente vivido na infância está sendo reencenada em sua fantasia posta em ato, mas agora com um desfecho triunfante. A efetividade do trauma defendida por ele chama nossa atenção para toda uma dimensão que articula a relação de domínio de caráter perverso à inversão passivo-ativo, implicada na erotização da hostilidade.

Ao se defender a ideia de uma inversão passivo-ativo que estaria subjacente ao funcionamento perverso, poder-se-ia cair em uma simplificação excessiva das questões aí implicadas. O esforço didático poderia ser tomado como uma explicação de tipo causa-efeito apressada e unívoca: estaríamos, neste caso, próximos de um determinismo equivocado, de acordo com o qual o perverso, seja qual for o comportamento que põe em ação no momento atual, o faria por haver sofrido tratamentos análogos em sua infância, sem ter encontrado meios mais elaborados de lidar com esse vivido subjetivo além de infligi-lo por sua vez a outrem. Ou seja, o adulto que agora encontra prazer ao se servir seu parceiro sexual teria sido supostamente uma criança exposta a surras e agressões físicas; que aquele que agora mente sem escrúpulos teria sido enganado repetidamente; que aquele que vem a manipular compulsivamente o outro teria sido vítima passiva do domínio do outro e assim por diante.

A teorização de Stoller acerca da perversão pode enveredar, regressivamente, por uma tendência “factualizante” ao resgatar o Freud pré-abandono da *neurotica*, uma vez que ele preconiza, de certo modo, a realidade do trauma na determinação da fantasia de hostilidade posta em ato na perversão, sustentando que os perversos reviveriam em seu cenário fixo um trauma sexual sofrido na vida infantil. Ora, aparte o determinismo de uma factualidade real em si que em pouco ou quase nada é apreensível em uma reflexão psicanalítica, não podemos descartar indiscriminadamente as importantes contribuições do referido autor para a temática da perversão. Não se trata, portanto, de endossar uma visão causal de que um trauma sexual sofrido na infância resultará *ipso facto* em uma perversão adulta. Contudo, por outro lado, não se pode negar a etiologia traumática envolvida nas respostas defensivas perversas.

Neste ponto, é o pensamento de Jean Laplanche que vem nos auxiliar nessa apreciação sobre a questão da realidade psíquica, remetendo-nos à questão da efetividade através do peso concedido por ele à realidade da mensagem, categoria esta central em sua proposta teórica assentada na questão do traumático. Ele foi um dos autores a retomar a teoria da sedução conforme pensada por Freud na década de 1890, mas para reinventá-la num movimento radicalmente transformador, complexificando-a e ressignificando-a a partir de seu interior. Sem pretender aqui analisar exaustivamente o escopo da obra de Laplanche, iremos ressaltar, contudo, alguns de seus pilares em torno dos quais seu pensamento se solidifica e que nos auxiliam a sustentar determinadas construções a respeito de nosso tema central. A primeira, e talvez a mais importante, é a primazia conferida por ele à alteridade na constituição do psiquismo, em sua dimensão originária.

#### 4.3 A DIMENSÃO DE SEDUÇÃO NA VIDA PSÍQUICA

##### 4.3.1 A situação antropológica fundamental

De acordo com Laplanche (1987/1990), o originário possui duas acepções distintas, porém intrincadas, que cabem ser precisadas: por um lado, o originário se refere àquilo que está presente concretamente no início da vida do ser humano, ou seja, tudo aquilo que mobiliza a vida do bebê, do *infans*; por outro, àquilo que, nesta situação inicial, é inelutável, inescapável e que está fora de qualquer tipo de contingência. Nesta dupla acepção, portanto, o originário não tem para o autor um sentido mítico nem transcendental, mas, muito pelo contrário, diz respeito a algo que está concretamente presente no momento inicial do ser humano, e do qual não se pode escapar nem evitar.

Ao se tratar do ser humano, o originário aparece marcado essencialmente pela prematuridade. Na condição de prematuridade originária, o bebê humano necessita obrigatoriamente de uma “assistência alheia” (*fremde Hilfe*), conforme já pontuado por Freud desde o “Projeto para uma psicologia científica” (1950[1895]/1996): deixado por si próprio em seu estado de desamparo (*Hilflosigkeit*), o bebê é incapaz de metabolizar as excitações que lhe transbordam, para isto precisando de uma ajuda estrangeira, vinda de fora, de um adulto que dele se ocupe. E é esta relação originária do bebê com o mundo adulto que Laplanche tratará em termos de “situação antropológica fundamental”: esta é caracterizada pela relação essencialmente assimétrica entre o bebê desamparado e o adulto do qual ele depende completamente.

Ora, o adulto que dispensa cuidados ao bebê – aquele que realiza a função materna – não apenas lhe garante a sobrevivência, dando conta de sua prematuridade adaptativa e satisfazendo suas necessidades vitais, mas também o excita e lhe introduz no mundo libidinal, carregado de sexualidade enigmática para ele, diante da qual sua prematuridade sexual se apresenta.

A relação originária se estabelece, deste fato, em um duplo registro: uma relação vital, aberta, recíproca, que se pode dizer interativa a justo título; e uma relação em que é implicado o sexual, em que a interação não tem mais curso porque a balança é desigual; no ser humano, não há sempre ação e reação iguais uma a outra, como quer a Física; aqui, há um sedutor e um seduzido, um desviante e um desviado [...]. (LAPLANCHE, 1987/1990, p. 103)

Ao elaborar uma “teoria da sedução generalizada”, Laplanche (1988) chama atenção para o caráter originário, constitutivo, inescapável e imprescindível da sedução, deslocando o foco da sedução do pai abusador perverso – tal como aparecia na teoria da sedução freudiana – para a mãe que cuida e, ao mesmo tempo, excita. Ele ressalta o caráter de efetividade presente na sedução materna – categoria que nos leva além da contingência, trazendo à tona o caráter incontornável da ação materna inscrita na sedução. A efetividade fala justamente de algo não acidental, mas constitutivo, que acontece de modo inconsciente, real e necessário.

A sedução não é uma relação contingente, patológica – apesar de poder sê-lo –, episódica. Ela se funda na situação da qual o ser humano não pode escapar, o que eu chamo de situação antropológica fundamental. Esta situação antropológica fundamental é a relação adulto-criança. (LAPLANCHE, 2002/2007, p. 97-8, tradução nossa)

Diferentemente da “confusão de línguas” proposta por Ferenczi (1933/2011), segundo a qual a criança possuiria uma linguagem da ternura ouvida pelo adulto através de sua própria linguagem da paixão, o caráter enigmático das mensagens para Laplanche reside no fato de que a criança não possui nenhuma linguagem, isto é, não possui o código tradutivo para dar conta das mensagens parasitadas pelo sexual inconsciente adulto. Neste ponto fica evidente o primado da alteridade presente no pensamento deste último autor, uma vez que ele o sustenta de maneira incontornável, defendendo que a “linguagem”, que as mensagens enigmáticas exclusivamente viriam de fora, do outro.

Levando as contribuições do referido autor ao seu limite, podemos afirmar junto a Bonnet (2008, p. 31), que “todo adulto é efetivamente sedutor para a criança, mesmo sem seu consentimento, uma vez que ele é habitado por desejos sexuais que são transmitidos, apesar dele, através de suas falas, gestos e atitudes, toda vez que ele se ocupa da criança”. Trata-se de

uma sedução efetiva, mesmo que ela não se exerça necessariamente a partir de atos ou gestos sexuais no sentido explícito do termo.

Além disso, a questão do enigma se coloca tão presente, uma vez que toda a comunicação existente entre adultos e crianças é inescapavelmente parasitada pela dimensão sexual do inconsciente do adulto frente à impossibilidade do ego da criança de dominar psiquicamente isto que irrompe, de modo que as mensagens trocadas são turvas, opacas, enigmáticas. Neste contexto, fala-se ainda da “impossibilidade de traduzir completamente uma mensagem em imagens ou qualquer outra forma de expressão sem que se produza algum resto não traduzido ou não traduzível” (RIBEIRO, 1996, p. 50).

Uma vez que a tradução é necessariamente incompleta e deixa sempre restos, uma das questões que se coloca é qual seria o destino destes restos. No quadro da teoria da sedução generalizada, Laplanche (1988) insiste que toda mensagem é parcialmente traduzida e parcialmente recalçada, sendo que o que escapa do movimento tradutivo vai constituir o campo do recalçado. Assim, Laplanche reformula o processo mesmo de recalçamento originário e da constituição do inconsciente.

Segundo ele, esta constituição se daria em dois tempos: no primeiro, o adulto, através dos cuidados despendidos, iniciaria o processo de implantação das mensagens enigmáticas no psiquismo em formação do pequeno ser humano; como já dito, estas mensagens exigirão ser traduzidas, no entanto, haverá sempre um resto dessa tradução que daria origem ao recalçado, justamente ao inconsciente. Em um segundo tempo, haveria a reativação desses significantes recalçados e as conseqüentes tentativas de simbolizá-los, isto é, de fazê-los mais uma vez ser traduzidos. Mas, como indica, é preciso atentar para o fato de o modelo de recalçamento supor duas modalidades no que se refere ao processo de tradução das mensagens enigmáticas – fracasso parcial e fracasso radical (CARDOSO, 1997).

O que é recalçado resulta de um resto da tradução parcial (fracasso parcial), enquanto aqueles conteúdos que não foram traduzidos, não conseguiram nem ao menos entrar no processo tradutivo (fracasso radical). Haveria, portanto, nesta configuração, uma diferença qualitativa significativa entre determinadas mensagens, de modo a se organizarem dois tipos de processos de transmissão, ainda que ambos sejam caracterizados pela dimensão traumática: por um lado, a implantação, que diz respeito à dimensão traumática, porém constitutiva e vivenciada por todos, da entrada no processo tradutivo das mensagens enigmáticas advindas do outro, e do resto que necessariamente dela decorre; e, por outro, a intromissão, que fala daquelas mensagens que, devido a seu caráter radical e disruptivo, veiculadoras de um excesso pulsional intraduzível, nem ao menos entraram no processo tradutivo, mas

permanecem no aparelho psíquico do sujeito, na forma de enclaves (CARDOSO, 1997; RIBEIRO, 1996).

Enquanto a implantação diria respeito às mensagens que não puderam ser completamente traduzidas e foram recalçadas, mas que são da ordem da representação, e cujos restos podem retornar mediante uma solução de compromisso; a intromissão, por sua vez, seria um processo que atravancaria o próprio trabalho tradutivo, produzindo um curto-circuito no psiquismo e colocando em seu interior um elemento estrangeiro não metabolizável. Estes elementos encravados são da ordem das marcas, daquilo que comporta caráter excessivo para o sujeito, caracterizando-se por uma resistência particular ao processo de recalçamento e se mostrando avessos a toda forma de tradução (RIBEIRO, 1996; GERNET, 2012).

Diante de tais elementos encravados, cujo recalçamento mostra-se impedido ou impossibilitado, ganha destaque no psiquismo o mecanismo da *clivagem*, como defesa radical frente ao traumático veiculado pelas mensagens intrusivas. Para sobreviver psiquicamente à intromissão, o mecanismo da clivagem divide o psiquismo entre uma parte representada e uma parte não representável, processo paradoxal através do qual o ego, para sobreviver psiquicamente à morte traumática, acaba por cortar de si próprio uma parte da experiência subjetiva, dando então origem a uma zona traumática irrepresentável clivada, alheia ao ego, no interior do psiquismo (ROUSSILLON, 1999).

O ego extirpa-se de uma parte de si para salvaguardar-se como um todo; no entanto, a parte extirpada não desaparece, mas retorna a partir da reativação de traços perceptivos, submetidos à compulsão à repetição. Esses traços perceptivos, da ordem das marcas, serão reativados frente ao menor índice de percepção que se assemelhe à experiência traumática sofrida, de modo que o ego sentir-se-á novamente ameaçado frente ao retorno da experiência traumática, a qual foi tão extrema a princípio que o fez clivar-se de uma parte de si próprio. Os elementos encravados tendem a retornar, e como não são de natureza representativa, esse retorno se dá em forma de ato: é atuando-se que o clivado ameaça manifestar seus efeitos, permanecendo constantemente na iminência de reproduzir o estado traumático anterior.

#### 4.3.2 Desmesuras da sedução materna e desejo de vingança na perversão

Recorremos à teoria da sedução generalizada por supormos que a história dos sujeitos sobre os quais nos debruçamos nesta tese encontra-se marcada por mensagens particularmente violentas e traumáticas, “intraduzíveis”. Nestes casos, a intrusão do outro vem exceder o

fracasso parcial de tradução, constitutivo do recalçado, e nos remete a um fracasso radical. Como afirma Cardoso (1997), tais mensagens, impossibilitadas de entrar no processo tradutivo, veiculam aspectos des-ligados que permanecem encravados na tópica psíquica, diante dos quais o ego se encontra incapacitado de promover sua integração, bem como de recalcar tal dimensão “estrangeira” interna.

O fracasso radical na tradução das mensagens enigmáticas encontra-se indissociavelmente ligado ao que Laplanche (1988) tematizou como *intromissão*, processo através do qual a dimensão “estrangeira” interna, advinda do outro, torna-se impossível de metabolizar. Isto se deve ao caráter singular do conteúdo de certas mensagens, bem como a uma eventual precariedade das condições de ligação dessas mensagens veiculadas pelo outro. O que aparece nessas mensagens “intraduzíveis” é a dimensão de excesso pulsional indomável, correlata à precariedade egoica em lidar com tal excesso.

É possível, no entanto, buscar “pistas” de investigação do funcionamento egoico diante destas mensagens que veiculam um excesso a traduzir através de certas respostas psicopatológicas que fazem uso de mecanismos arcaicos para procurar dominar, ainda que precariamente, esse excesso. Tal é o caso de determinadas respostas perversas, em que o ego, cristalizado na posição de domínio, procura transformar no contrário uma situação de passividade absoluta diante do outro em atividade. Nestes casos, a cena traumática de sedução será constante e compulsivamente reatualizada, mas com uma inversão nas posições daqueles que a compõem.

Como Dorey (1981) afirma, na história infantil de sujeitos perversos, poderia haver um “dado” que recorrentemente se encontra, podendo-se até mesmo dizer que nunca está ausente: o autor chama a atenção para a “existência de condutas sedutoras sofridas pela criança por parte da mãe ou de seu substituto privilegiado. Isto não deve ser banalizado; trata-se, na realidade, de uma sedução efetiva, geralmente muito cedo, massiva, intensa, repetitiva e polimorfa” (p. 122, tradução nossa). O caráter intrusivo da relação objetal primária nestes casos parece apontar para o estabelecimento de um laço de prazer erótico entre a mãe e a criança, desenvolvido a partir de uma cumplicidade arcaica e primária em um nível carnal.

Importante pontuar que a sedução originária, protótipo da relação de domínio perversa, é exercida através dos cuidados do corpo da criança. Tal manipulação do corpo suscita, no adulto, uma série de fantasias e afetos, podendo até mesmo desencadear angústia. Em certos casos, esta excitação nascida no corpo a corpo com a criança pode assumir contornos insuportáveis para ele, que procuraria dominá-la, mesmo acabar com ela, em casos extremos, de forma mais ou menos brutal (GERNET, 2012). E isto porque, como dissemos

acima, a sexualidade infantil permanece presente no adulto, de modo que o adulto diante da criança será levado a revisitar a criança que ele mesmo foi, levado a retraduzir as mensagens que nele ficaram recalcadas ou, mais radicalmente, a tentar integrar aquelas que permanecem alheias ao processo tradutivo.

A relação de domínio de caráter perverso tem lugar quando os elementos intraduzíveis do próprio adulto são transmitidos de maneira atuada por ele em relação à criança. Se a sedução pode ser considerada como protótipo de toda relação de domínio, sua dimensão perversa aparece quando há um abuso do poder sobre outrem, que implica o caráter unilateral do exercício do domínio. Sobretudo, é quando a mãe procura “eternizar” esta relação de poder através da sedução que a violência do domínio aparece em sua face perversa, quando ela pretende, em última instância, não somente que o filho dependa exclusivamente dela, mas que permaneça parte integrante dela mesma.

Baseando-se nas proposições de Laplanche a respeito da teoria da sedução generalizada, Bonnet (2008) irá sustentar que o funcionamento perverso seria, em seu arcabouço, animado por um desejo de vingança como uma forma de sobrevivência. Diz ele que o que o perverso põe em causa não é a sedução enquanto tal – em sua dimensão constitutiva, implantada –, mas uma “sedução de morte”, caracterizada pela fixação que ela implica. Trata-se de uma sedução “que permaneceu atravessada em sua garganta” (p. 38, tradução nossa), e da qual o sujeito crê poder se liberar ao colocar o outro na posição que ele ocupara. O perverso estaria, desta forma, “possuído por maus objetos internos, restos intraduzíveis da sedução que o habitam, e cegado pela lógica de inversão no pior que o anima profundamente” (p. 38, tradução nossa), de tal modo que ele confunde as vítimas que lhe provocam excitação com estes objetos internos. Tudo se passa como se, ao dominar os objetos externos, ele pudesse suprimir os objetos internos encravados; mas, como isso não acontece, como o domínio do outro externo não dá conta do “estrangeiro” que está dentro de si, o sujeito fica condenado a recomençar o mesmo processo repetidamente.

Quando o perverso monta seu roteiro, não se trata apenas de “dominar” o outro, mas de transmitir uma mensagem, sempre a mesma:

Não se trata apenas de uma repetição do passado, é também e ao mesmo tempo uma repetição do presente inconsciente, uma repetição teimosa, insistente, para colocar em cena certo número de significantes que esses sujeitos não conseguem exprimir ou formular de outra maneira. [...] Percebe-se, então que, se ele apresenta seu ato como uma resposta à sedução do adulto, como uma maneira de caricaturar uma sedução excessiva ou de invertê-la em algo pior, trata-se, de fato, de uma invenção desesperada para exercer a sedução a sua maneira, e reviver em profundidade aquela

que foi travada, tentando uma passagem a força em direção aos outros. (BONNET, 2008, p. 40-41)

Muito se fala sobre a “frieza” do perverso, como se a ele não fosse creditada a possibilidade do afeto, tendo em vista o efeito que ele causa em suas vítimas. Na contramão deste discurso, Bonnet (1999) defende que em nenhum lugar o afeto aparece de maneira tão evidente quanto na perversão, só que de maneira pervertida, isto é, utilizado e investido de maneira exclusiva, por ele próprio, para a satisfação particular que ele adquire ao pôr em ato seu roteiro: “Se o perverso chega a perverter o afeto, não é porque ele lhe atribui menos importância – ao contrário, tudo está centrado sobre ele –, é mais porque ele busca circunscrevê-lo, fixá-lo, para se assegurar de seu domínio” (p. 27, tradução nossa). Ou seja, o afeto também está inserido na lógica de domínio que o perverso estabelece com o mundo – seja ele interno, seja ele externo.

Há na perversão um circuito de inversão-retorno do afeto em que é o outro que deve reagir, sofrer, ser afetado o mais profundamente possível, enquanto o sujeito consegue sair da relação que ele estabelece de forma ílesa, incólume: “No caso da perversão, o afeto se faz objeto e o objeto se faz humano, real” (BONNET, 2008, p. 76, tradução nossa). Tudo se passa como se o perverso não suportasse o peso do afeto, de modo que suas práticas consistem em uma estratégia defensiva para colocá-lo à distância, desembaraçando-se dele e, ainda por cima, gozando desta “injeção projetiva” (WAGNER, 2012), como mencionamos no capítulo anterior.

A persistência da relação de domínio de caráter perverso nos remete, assim, à violência dos objetos encravados no psiquismo, que permanecem tão presentes, tão pouco integrados e tão ameaçadores, restos não metabolizáveis da sedução originária. Estamos aqui diante de um adulto excessivamente excitante, que desperta na criança uma série de afetos, sem a eles dar um destino. O que Bonnet (2002) sustenta, em relação à perversão, é que o ataque (do adulto) dá lugar ao contra-ataque (da criança), cujo caráter de vingança se focaliza justamente no personagem sedutor – a mãe ou aquele que toma seu lugar. A vingança, deste modo, se realiza por dois caminhos: por um lado, o perverso busca repetir na relação com o outro, um “substituto” materno, o que supõe lhe ter sido feito por esta figura, daí a tentar lhe infligir todo o sofrimento que fora seu; por outro lado, ele visa a fazer desaparecer a mensagem que ele encarnou ao projetar sobre o outro os efeitos dessa mensagem, na tentativa de fazer desaparecer a subjetividade do outro, acachapando sua alteridade.

Quando o perverso inverte o sofrimento que ele próprio sentiu em sofrimento infligido ao outro, tornando-o condição para o seu próprio gozo, ele estaria reconstituindo o cenário da

sedução originária, fazendo o outro sentir o mal que ele próprio experienciou, na tentativa extrema de se livrar da intromissão do outro primário. Como pontua Bonnet (2002, p. 1052, tradução nossa), “Seu ato se apresenta assim como uma consequência e uma ilustração da recusa desta alteridade e como um desafio àquele que a encarna”.

Neste circuito elementar de inversão no oposto e retorno sobre si mesmo que assume aqui a primazia da cena, a relação do sujeito perverso com o objeto materno e com as desmesuras de sua sedução assumem um papel fundamental, como procuramos demonstrar. Mas qual seria o teor da resposta do sujeito diante dessa mensagem intraduzível veiculada pelo outro originário? Quando se trata de uma resposta de caráter perverso, esse circuito elementar constitui-se como espécie de “vingança” contra o ataque intrusivo sofrido pelo sujeito. O objeto seria agora colocado na posição que o próprio sujeito fora colocado primariamente pela mãe e, se antes era dominado de forma passiva, agora é ele quem exerce o domínio ativamente.

Neste jogo de inversão de posições subjetivas, é a dimensão identificatória que parece estar a ele subjacente. Abre-se, então, a partir daí, outra via de análise da problemática perversa a ser aprofundada e que vem se articular estreitamente a estas hipóteses: trata-se da questão da identificação com o agressor e é a este tópico que iremos agora nos dedicar.

#### 4.4 A IDENTIFICAÇÃO COM O SEDUTOR

Como temos sustentado, a dinâmica perversa implica a repetição compulsiva da matriz forjada na relação com o objeto primário, no plano das relações objetais. No entanto, no estabelecimento do quadro da perversão, a posição de passividade infantil diante da mãe tenderá a ser invertida na relação objetal adulta: “Vítima de uma dominação tirânica que sofria passivamente, por um mecanismo certamente assimilável ao que foi descrito como identificação com o agressor, ele se torna ativo e exerce, por sua vez, seu domínio sobre o outro, lhe impondo seu desejo” (DOREY, 1981, p. 123, tradução nossa).

No nosso entender, a questão da identificação com o agressor vem se articular estreitamente a estas hipóteses, uma vez que a cena que se estabelece nas passagens ao ato de caráter perverso, desempenhada sempre entre um dominador e um dominado, fala fundamentalmente de um jogo identificatório marcado pela inversão passivo-ativo, em que a posição do sujeito outrora dominado passivamente se fixou em uma de domínio ativo. Ao defendermos que é no âmago da relação com o objeto primário que se encontra o protótipo daquilo que está em jogo nas atuações perversas como não reconhecimento do desejo do outro

através da negação de sua singularidade, de sua diferença, percebemos como será esse o movimento buscado no segundo tempo no plano das relações objetais.

O aprisionamento em uma relação de manipulação e coisificação nos leva, portanto, a sublinhar aqui o mecanismo de identificação com o agressor presente na perversão e, ademais, poderíamos aqui desdobrá-la e falar de “*identificação com o sedutor*” (VALE; CARDOSO, 2015) – no caso, com a figura materna. Isto se dá uma vez que o surgimento do outro acaba por reativar no sujeito a matriz traumática forjada originalmente no encontro intrusivo mãe-bebê, no qual a dimensão de passividade, em sua dimensão radical, ocupou lugar determinante. Contra a reatualização dessa posição extrema que a relação eu-outro evoca, o sujeito erigiria formações defensivas cuja função essencial seria reverter a passividade em atividade.

A expressão “identificação com o agressor” não aparece enquanto tal na obra freudiana, contudo, há quem tenha notado que o seu conceito fora, de fato, descrito por ele, em especial no que concerne ao jogo do *fort-da*, tal como figura em “Além do princípio de prazer” (1920/2010). Enquanto mecanismo de defesa do ego, a identificação com o agressor foi isolada por Anna Freud em 1936, como apontam Laplanche e Pontalis (1982/2001), mas seu funcionamento já havia sido trabalhado por Ferenczi em 1933 em um contexto específico. Estes dois autores, porém, têm concepções distintas do mecanismo em questão.

Segundo Anna Freud (1946/1974), a identificação com o agressor diz respeito a um mecanismo de defesa do ego que se estabelece diante da confrontação do sujeito com um perigo exterior que lhe causa ansiedade. Tipicamente, este perigo exterior é representado pelas críticas ao seu comportamento e a ameaças de punição advindas de adultos, figuras de autoridade. Frente a tais críticas, o sujeito identificar-se-ia com o seu agressor, podendo assumir para si os atributos físicos e/ou morais e certos símbolos de poder que caracterizam o agressor, ou ainda imitar a sua agressão, agora a dirigindo a outrem: “Ao personificar o agressor, ao assumir os seus atributos ou imitar a sua agressão, a criança transforma-se de pessoa ameaçada na pessoa que ameaça” (FREUD, A., 1946/1974, p. 96).

De acordo com a autora, reconheceríamos neste mecanismo uma fase preliminar na construção do superego, em que o sujeito introjeta as críticas ao seu comportamento por parte das pessoas responsáveis por sua criação, mas sua violência mantém-se dirigida ao exterior, sem ter se voltado ainda contra o próprio sujeito sob a forma de autocrítica. À internalização da crítica segue-se, mediante novo processo defensivo, um ataque ativo ao mundo exterior, de natureza projetiva: “No momento em que a crítica é internalizada, a ofensa é externalizada. Isto significa que o mecanismo de identificação com o agressor é suplementado por uma outra

medida defensiva, ou seja, a projeção da culpa” (FREUD, A., 1946/1974, p. 101). Para Anna Freud, neste estágio do desenvolvimento do superego, a intolerância diante das outras pessoas é anterior à severidade para consigo mesmo, configurando-se como fase preliminar da construção da moralidade, em que o ego do sujeito protege-se de suas próprias falhas ao projetar a própria culpa e indignar-se veementemente com as faltas dos outros.

Já quanto a Ferenczi (1933/2011), a identificação com o agressor é utilizada em um contexto, a princípio, específico: a agressão considerada, que evoca este mecanismo de defesa, seria o atentado sexual cometido por um adulto que abusa de uma criança. Pontua o autor que, após uma agressão sexual sofrida, as crianças se sentem física e moralmente sem defesa, incapazes de protestar contra a autoridade esmagadora daquele adulto, cuja força as emudece. Então, o medo que sentem, “quando atinge seu ponto culminante, obriga-as a submeter-se automaticamente à vontade do agressor, a adivinhar o menor de seus desejos, a obedecer esquecendo-se de si mesmas, e a identificar-se totalmente com o agressor” (p. 117).

Ao identificar-se com o agressor – e estaríamos sendo mais precisos se falássemos em uma “incorporação do agressor” – este desaparece enquanto realidade exterior e torna-se intrapsíquico, passando a habitar o psiquismo da criança. Entretanto, a complicação maior deste movimento decorre do fato de que, devido a seu caráter traumático desestruturante, tal incorporação seja acompanhada de uma clivagem narcísica, a qual almeja salvaguardar uma parte do ego:

No horizonte da identificação com o agressor se encontram o risco de desintegração psíquica e a urgência de preservar uma parte do ego. Quando o objeto (o agressor) torna-se intrapsíquico, ele não é mais um objeto propriamente dito, mas uma parte do ego. A diferenciação entre o sujeito e o objeto é abolida. A identificação com o agressor ignora o outro como outro, ela constitui um corpo estrangeiro interno-externo. (BERTRAND, 2009, p. 12-13, tradução nossa)

Depois da catástrofe narcísica provocada pelo traumatismo, efetua-se uma série de transformações psíquicas para dele dar conta e salvaguardar o aparelho como um todo. Em primeiro lugar, a clivagem pós-traumática permitiria ao sujeito se ausentar da experiência sofrida passivamente através de uma divisão em seu próprio psiquismo. No que concerne à identificação com o agressor, este permanece incrustado no ego, como uma parte intrusa que o coloniza, espécie de “corpo estrangeiro interno-externo”.

No entanto, trata-se de um mecanismo defensivo de incorporação, ainda que sacrificial – posto que o ego passe a funcionar sob os imperativos desse “corpo estranho” –, que possui em sua base a inversão de opostos: nas pessoas que vivenciaram experiências extremas

passivamente, a identificação com o agressor pode aparecer como uma modalidade de transformação psíquica que corresponderia a uma maneira de reverter a impotência em que foram colocadas em onipotência. O sujeito identificar-se-ia, portanto, com a onipotência do agressor, sendo que, ao incorporar a onipotência do outro, esta se torna, por conseguinte, sua própria, de modo que uma parte do ego irá se refugiar nesta (ilusória, mas protetora) onipotência narcísica.

Se Anna Freud situa a identificação com o agressor como fase preliminar na construção do superego, Ferenczi nos leva a pensar neste mecanismo como desempenhando papel fundamental na construção do ego ideal, conforme reiterado pelas contribuições de Lagache (1961[1958]/1968; 1962/1973). Ao situar a identificação com o agressor na origem da formação do ego ideal, este autor chama atenção para o fato desse mecanismo estar situado geralmente no quadro de uma relação não triangular, dual, prioritariamente pré-edípica. No quadro do conflito de demandas entre o adulto e a criança, esta acabaria por se identificar com o adulto dotado de onipotência, a qual implica, em seu extremo, a recusa do desejo do outro e a submissão ao desejo daquele que domina.

Na identificação com o agressor, a criança se identifica com o adulto na medida em que o adulto lhe aparece como dominante; o que ela procura é dominar o adulto. O “estádio preliminar do superego” [do qual fala Anna Freud] corresponde muito exatamente à formação do “ego ideal”, isto é, a uma formação em que o sujeito faz corpo com seus desejos e se identifica com o adulto na medida em que este adulto lhe aparece dotado de onipotência. (LAGACHE, 1962/1973, p. 80, tradução nossa)

No que concerne às perversões, o sujeito permanece fixado a uma identificação primária com a mãe investida de onipotência. Ao falarmos de identificação com o agressor como estando presente na constituição do ego ideal, nossa hipótese é que a relação mãe-bebê nestes casos vê-se marcada pela fixação nesta posição de submissão ao domínio do outro, posição que vem a se inverter no campo das relações objetais do perverso. E, considerando-se que a “agressão” cometida pela mãe ao bebê se dá sob a forma intrusiva da sedução, desempenhada através de seus cuidados corporais que ultrapassam o limite constitutivo, podemos supor que o mecanismo de “identificação com o sedutor” estaria presente na base destes casos.

Nas perversões, o sujeito parece ter permanecido aprisionado em uma relação em que ele foi transformado em instrumento do objeto sedutor, como seu utensílio, sua propriedade, de tal modo que vem a encontrar uma particular dificuldade em aceder plenamente à organização da diferença entre o ego e o não-ego, o dentro e o fora. O sujeito, preso nesta

ligação, enquanto presa do objeto, acaba por identificar-se, em um primeiro tempo, à sua onipotência, onipotência materna. Como sublinham Balier e Prodoliet (2009, p. 74, tradução nossa), “uma das finalidades visadas na relação perversa mãe-bebê é de secar o desejo que o objeto poderia imediatamente experimentar, inspirar e representar, porque este desejo colocaria a mãe face à violência de seus próprios movimentos sexuais internos”.

Aulagnier (1975/1979) afirma que o discurso materno projeta uma sombra sobre o corpo do *infans*, “sombra falante de um solilóquio a duas vozes, executado pela mãe” (p. 111). Neste contexto, a sombra remete a uma série de enunciados que testemunham o desejo materno referente à criança, que se efetiva por meio da relação de corpo-a-corpo que esta “dupla unitária” forma. É esta sombra projetada que constituirá uma imagem identificatória idealizada, necessária para o início do processo de constituição egoica da criança. Sombra que contém em si os desejos narcísicos onipotentes renunciados outrora pela mãe e que serão agora projetados em “Sua Majestade, o bebê”.

Ao assumir o lugar de instância identificatória idealizada, a mãe é alçada pelo *infans* à posição de onipotência, expressão da relação especular na qual ambos estão intrincados. No que concerne ao perverso, a assunção da mãe a este lugar idealizado não poderá ser descartada, uma vez que sua idealização é o que vai salvaguardar o mito da onipotência que o constitui. Tudo se passa como se o perverso preservasse a figura materna como instância suprema, cujo objeto de desejo é única e inequivocamente ele mesmo.

A criança seria vítima passiva de uma agressão perverso-narcísica, intromissão físico-psíquica maternal, percebida, em seu universo psíquico, como efração de seu ego em formação. Para salvaguardar o ego como um todo, advém em um primeiro tempo a identificação com aquela que agride ao extrapolar os limites da sedução, submetendo-se à onipotência materna. Já o segundo tempo se daria sob uma forma ativa em que, diante da repetição do traumatismo sofrido no *a posteriori*, o mecanismo da identificação com o sedutor se expressaria como forma de vingança contra o objeto materno intrusivo, utilizando-se da onipotência narcísica para dominar o objeto.

Ao sustentarmos neste capítulo como a relação de domínio exercida pelo perverso possui um caráter de vingança contra o objeto materno sedutor, com o qual o sujeito se identifica em sua dimensão onipotente, neste contexto, é a questão da onipotência enquanto afirmação narcísica de si que ganha espaço em nossa argumentação. No que concerne aos mecanismos defensivos de caráter perverso, parece estarmos diante de um funcionamento do tipo “tudo ou nada”, em que ou há o domínio onipotente do objeto, ou o ego do sujeito depara-se com uma angústia extrema de despedaçamento. Aprisionado em um modelo

relacional primário marcado pelo domínio do outro, a vingança que o sujeito pode estabelecer é a inversão deste domínio sobre o objeto, na tentativa de triunfar narcisicamente em um cenário forjado por ele.

## 5 “SUA MAJESTADE, O PERVERSO”: AFIRMAÇÃO DE SI E DESQUALIFICAÇÃO DO OUTRO

*“I was a king under your control”*

Years & Years (RALPH et. al.), “King” (2015)

A palavra “onipotente” vem da junção dos vocábulos em latim *omni*, que quer dizer “todo, completo”, e *potens*, “poderoso”. O que está no cerne da onipotência, e a partir do que ela deriva, é o conceito de poder. Originário do indo-europeu, *poti* era o vocábulo aplicado para o chefe de um grupo social – seja da família, do clã, ou de uma tribo. Daí derivou-se o grego *pótis*, referindo-se a “marido” e também *despotés*, termo inicialmente aplicado a “senhor, chefe da casa” e, mais tarde, reservado aos tiranos de todo gênero – sentido que é conservado até hoje. Em latim, *potis* significa “poderoso, capaz de”. Deste modo, etimologicamente, *omnipotens* faz referência àquele que é todo-poderoso, detentor de um poder ilimitado.

A palavra aparece frequentemente associada aos contextos religioso e político. No primeiro, é usualmente utilizada para qualificar alguma divindade, especialmente nas religiões monoteístas abraâmicas – judaísmo, cristianismo e islamismo. Todas estas concebem Deus na figura sobre-humana de um criador onipotente, que tudo pode (seja criar, seja destruir); onisciente, que detém todo o conhecimento do mundo; e onipresente, que está em todos os lugares. Já no contexto político, a onipotência encontra-se diretamente associada aos regimes despóticos de governo – sendo o nazismo alemão e o fascismo italiano os exemplos mais contumazes –, cuja figura do líder déspota concentra todo o poder de maneira isolada e arbitrária, utilizando-o para tiranizar e submeter à sua vontade aqueles sob seu comando.

No contexto psicanalítico, a onipotência aparece ao longo de toda a obra freudiana, sendo tematizada de maneira sistemática por Freud em seu tratado antropológico “Totem e tabu” (1912-1913/2012). Apresentada como forma de pensamento mágico, diretamente relacionada ao quadro da neurose obsessiva, a “onipotência das ideias ou dos pensamentos” pretende controlar a realidade e evitar o desprazer, chegando mesmo ao extremo de ser entendida como a negação de tudo o que seria próprio da realidade, como superação de quaisquer obstáculos que viriam impedir a realização dos desejos.

É somente, contudo, em 1914, que à onipotência será auferido o lugar de ponto chave para o desenvolvimento do conceito de narcisismo, a ele vindo se imbricar. Entendida como

um traço de megalomania próprio à constituição egoica, a onipotência narcísica diria respeito a um superinvestimento libidinal do ego que estaria na base do funcionamento psíquico infantil e dos povos primitivos. Se em relação a estes últimos, Freud já avançara consideravelmente em “Totem e tabu”, no que tange à superestimação do ego infantil apresentavam-se lacunas. Freud apresenta, então, uma nova nuance para a questão da onipotência narcísica que estaria em jogo no funcionamento psíquico infantil ao chegar à construção da figura de “Sua Majestade, o bebê”, depositária das projeções das fantasias onipotentes dos pais, de tal modo que a transmissão destas dá forma ao projeto de um narcisismo revivido de maneira idealizada, somente a partir do qual o próprio narcisismo da criança poderá constituir-se.

O tema da onipotência, e a questão do poder absoluto que lhe é subjacente, permanecem pungentes no pensamento psicanalítico. Além de seu aspecto constitutivo do narcisismo de todos os seres humanos, a onipotência também ganha o status de mecanismo de defesa narcísico, relacionado à (des)regulação da autoestima e da autoimagem, podendo ser caracterizada a partir da predominância do senso de grandiosidade de si mesmo, que incorre na desvalorização dos outros (CHABROL, 2005). Este aspecto nos parece de especial relevância para o estudo das perversões, como adiantamos nos capítulos anteriores e desejamos aprofundar aqui.

Nosso objetivo neste capítulo constrói-se primariamente em torno da articulação entre a perversão e a onipotência narcísica, no intuito de resgatar a genealogia da onipotência na teoria psicanalítica, ressaltando sua importância para a introdução do conceito de narcisismo. Ao nos debruçarmos sobre os pormenores desta articulação, a questão das instâncias ideais assume a frente da cena. Se em Freud as instâncias do ego ideal, do ideal do ego e do superego aparecem de maneira sobreposta e inespecífica muitas vezes, autores como D. Lagache, J. Chasseguet-Smirgel e H. Bleichmar vêm apresentar suas filigranas, possibilitando maior precisão às articulações que pretendemos desenvolver com a perversão.

## 5.1 A ONIPOTÊNCIA NARCÍSICA NO PENSAMENTO FREUDIANO

Como apontam Strachey e Richards (1973/1996), a primeira menção explícita à onipotência na obra de Freud é feita muito rapidamente em um artigo de 1908, intitulado “Moral sexual ‘civilizada’ e doença nervosa moderna”, apesar de uma apreciação sobre essa dimensão já estar presente anteriormente em seus escritos – como é o caso da comparação dos atos obsessivos com os cerimoniais religiosos, por exemplo. Neste artigo, contudo, ao discutir

o antagonismo entre os interditos necessários à manutenção da civilização e os imperativos pulsionais próprios dos desejos inconscientes – tema reiteradamente trabalhado ao longo de sua obra –, Freud declara o seguinte:

Nossa civilização repousa, falando de modo geral, sobre a supressão dos instintos [pulsões]. Cada indivíduo renuncia a uma parte dos seus atributos: a uma parcela do seu *sentimento de onipotência* ou ainda das inclinações vingativas ou agressivas de sua personalidade. Dessas contribuições resulta o acervo cultural comum de bens materiais e ideais. (FREUD, 1908, p. 173, grifos nossos)

No contexto em questão, o “sentimento de onipotência” aparece, junto às inclinações vingativas e agressivas, como imperativo pulsional a ser renunciado (*Unterdrückung*) para a conservação da civilização, sendo aqueles que sucumbem ao caráter indomável da pulsão, sem a ele conseguir renunciar, rapidamente qualificados como “*outlaws*”, “foras da lei”. A onipotência é considerada, então, parte dos imperativos pulsionais que deve ser renunciada para a manutenção da civilização, e cuja transgressão qualificaria o infrator como proscrito do conjunto de leis morais que a sustenta.

É, no entanto, vinculado ao quadro clínico da neurose obsessiva que o tema da onipotência encontra amplo terreno de desenvolvimento na obra freudiana, ora como “onipotência dos desejos”, ora como “onipotência das ideias ou dos pensamentos”. Em “Atos obsessivos e práticas religiosas” (1907/2015), a dimensão onipotente aparece através da sacralidade dos cerimoniais neuróticos que funcionam como ato de defesa e medida de proteção contra um sentimento de culpa inconsciente. Mas é, entretanto, no relato clínico do “Homem dos Ratos” (FREUD, 1909/2013) que esta dimensão assume especial relevância. Ao realizar algumas considerações teóricas a respeito do funcionamento psíquico do neurótico obsessivo, Freud chama atenção para a “onipotência que ele atribuiu a seus pensamentos e sentimentos, a seus bons e maus desejos” (p. 95).

A onipotência se refere a uma superestimação dos efeitos dos pensamentos, sentimentos e desejos – sejam eles amorosos ou hostis – sobre o mundo exterior, como se o mero fato de o neurótico obsessivo pensar, sentir ou desejar algo afetasse diretamente a realidade que o cerca. Freud supõe que estaríamos diante de um traço reminescente da megalomania infantil – traço que já aparece aqui como importante, mas que ganhará seu estatuto pleno somente em 1914 –, propulsora dessa onipotência dos desejos, de modo que o amor ou o ódio do obsessivo seriam extremamente poderosos. Tão poderosos a ponto de criarem os pensamentos obsessivos, contra os quais ele se defende compulsivamente.

A articulação da onipotência à neurose obsessiva retorna em “Totem e tabu” (1912-1913/2012), no qual ele dedica todo um capítulo para pensar os prolegômenos e as implicações do pensamento mágico para o desenrolar da história libidinal do ser humano. Nesse capítulo específico, a onipotência refere-se ao princípio que fundamenta o modo de pensar animista dos povos primitivos. A partir de diversas incursões em estudos etno e antropológicos – com referências a E. B. Tylor, H. Spencer, J. G. Frazer e W. Wundt –, Freud sustenta a ideia de que a onipotência dos pensamentos traz em seu arcabouço a superestimação dos processos psíquicos em relação à realidade – princípio, como já adiantado anteriormente, que estaria na base da formação sintomática dos neuróticos obsessivos e, mais do que isso, presente no psiquismo, ainda que de forma latente, de todo ser humano.

A onipotência dos pensamentos diria respeito a um estado de cristalização do pensamento mágico, sendo esta expressão “utilizada para descrever a crença segundo a qual certos pensamentos levariam não apenas à realização de desejos, mas também à prevenção de eventos problemáticos ou desagradáveis” (LINDENMEYER; CECCARELLI, 2012, p. 45). Freud descreve o pensamento mágico como característico dos povos primitivos, cujo modo de pensar animista tinha como função prever, controlar, explicar e até mesmo modificar a realidade. Contudo, tal modo de pensar, tão antigo quanto o ser humano, não se restringe aos povos primitivos, encontrando-se na atitude das crianças, em certas crenças supersticiosas, bem como nas formações sintomáticas psiconeuróticas, dando-se especial ênfase à neurose obsessiva. Como sublinha Farias (2013, p. 40), “O obsessivo acredita que seus pensamentos inevitavelmente se tornarão realidade, ou seja, o pensamento é logo considerado suscetível de se realizar pelo simples fato de ter sido pensado”.

Seja em relação aos povos primitivos, seja aos psiconeuróticos, haveria a crença de que o controle, ou aparente controle, que se tem sobre os pensamentos, permitiria exercer um controle correspondente sobre o mundo externo, de forma tal que tanto os rituais mágicos quanto os rituais obsessivos teriam como fundamento a supervalorização do mundo fantástico em detrimento da realidade.

Na discussão empreendida por Freud em “Totem e tabu” (1912-1913/2012) a respeito da comparação da onipotência entre os rituais mágicos e os rituais obsessivos, na qual aprofunda certos aspectos abordados anteriormente, três pontos em particular nos interessam: a crença de que a onipotência é atributo do próprio homem, a evitação (mágica) da morte e, o mais fundamental, a importância do sentimento de onipotência para a construção do conceito de narcisismo.

Quanto ao primeiro ponto, Freud afirma que, se seguirmos o curso das concepções de mundo na história da humanidade, perceberemos três grandes visões que buscam compreendê-lo: a animista (mitológica), a religiosa e a científica. Cada uma estaria marcada por uma vicissitude diferente a respeito da onipotência dos pensamentos: na fase animista, o homem atribui a si mesmo a onipotência, influenciando diretamente o mundo através de seus processos mentais; na fase religiosa, ele atribui a onipotência às divindades, apesar de não abandoná-la inteiramente, posto que possa exercer influências sobre elas; e, na fase científica, ele abre mão da onipotência, reconhecendo sua pequenez diante do mundo e submetendo-se resignadamente à morte. A passagem de uma fase para a outra corresponderia à passagem progressiva do princípio do prazer para o princípio de realidade, dos processos primários para os processos secundários e, sublinhamos, do narcisismo para o enfrentamento do complexo edípico (ZIMERMAN, 2001/2008).

Neste ponto, Freud faz alusão ao que desenvolverá logo em seguida no artigo metapsicológico de 1914: faz parte da constituição psíquica do ser humano este estado megalomaniaco onipotente do ego infantil, em que ainda não há limites impostos pela realidade externa, em que os processos primários imperam de maneira repetitiva e imediata. Nesse estado, basta que a criança deseje para que a satisfação logo sobrevenha, isto é, trata-se de uma fase muito inicial do psiquismo, em que é suficiente que a criança deseje o seio para que ele se materialize. É somente com a entrada do princípio de realidade e a passagem dos processos primários para os secundários, que a regulação e a mediação da onipotência se construirão a partir do referencial externo.

A questão da morte é o que move o segundo ponto de interesse. Ele chega à conclusão de que a onipotência dos pensamentos – tanto nos povos primitivos quanto nos psiconeuróticos – estaria a serviço da evitação (mágica) da morte. Analogamente, a crença animista em almas, espíritos e demônios – e, portanto, na vida eterna, seja no ideário paradisiaco, seja na fantasmagoria – seria comparável à ideação obsessiva de que, ao realizar determinado ato, se estaria afastando o infortúnio. Cabe aqui a menção ao artigo “O inquietante” (1919b/2010), em que Freud retoma esta articulação. Por sua dimensão mágica e onipotente, os pensamentos tornam-se perigosos, pois podem matar ou ressuscitar, podem se transformar regressivamente em ato (ABDELOUAHED; LAUFER, 2012).

Este segundo ponto, cuja relação com a onipotência tomaria forma na evitação da morte, apresenta em seu arcabouço o destino pulsional arcaico da inversão passivo-ativo (FREUD, 1915/2010). Ora, se a morte configura-se como experiência princeps de inevitável impotência, frente à qual não há destino possível além da submissão, há uma urgente

necessidade de o ego a ela não sucumbir. Daí a transformação regressiva do pensamento em ato – característica da neurose obsessiva –, daí o retorno ao princípio, em que a ação suplantara o pensamento. Diante da passividade que a experiência da morte veicula, a atividade buscava evitá-la, escamoteá-la, como se o engodo fosse crível e, assim, o ego narcisicamente investido pudesse sustentar-se.

Por último, Freud sublinha a importância da noção de onipotência dos pensamentos para a construção do conceito de narcisismo. Segundo ele, a elevada estima que os povos primitivos e os psiconeuróticos atribuem aos atos psíquicos, a inabalável confiança na possibilidade de controlar o mundo e a impermeabilidade à realidade seriam evidências em favor desta associação entre onipotência e narcisismo. Se em “Totem e tabu” (1912-1913/2012) tal associação tem caráter hipotético, com a publicação de “Introdução ao narcisismo” (1914/2010), a onipotência dos pensamentos ganha consolidação como elemento essencial para se pensar o narcisismo, especialmente no que concerne à distinção entre as instâncias que compoem o ego.

## 5.2 O DISCURSO TOTALIZANTE DO EGO IDEAL

Ao nos debruçarmos sobre a questão das instâncias que compoem o ego, encontramos em Freud uma sobreposição de ideias no que diz respeito à terminologia aplicada ao que concebe como ego ideal (*Idealich*), ideal do ego (*Ichideal*) e superego (*Überich*) – especialmente quanto aos dois últimos, por vezes usados indistintamente. Lagache (1961[1958]/1968), bem como Laplanche e Pontalis (1982/2001), pontuam que a terminologia freudiana a respeito desses três termos passou por diferentes etapas:

(1) Em “Introdução ao narcisismo” (1914/2010), Freud apresenta pela primeira vez as expressões ego ideal e ideal do ego, apesar de não fazer distinção conceitual entre elas. *Ichideal* designa uma formação intrapsíquica relativamente autônoma, cujas funções são a consciência moral, a observação de si e a censura; sua origem é principalmente narcísica, na convergência do narcisismo primário e das identificações com os pais, seus substitutos e os ideais coletivos.

(2) Em “O eu e o id” (1923a/2013), Freud introduz o termo superego, utilizado como sinônimo do ideal do ego. Trata-se de uma só instância, formada pela identificação com os pais, correlativa à dissolução do complexo edípico, e que reúne as funções de interdição e de ideal.

(3) Na conferência XXXI, “A dissecação da personalidade psíquica” (1933[1932]/2010), apesar de persistir a indefinição conceitual, aparece uma precisão: Freud fala do superego como uma instância englobante, cujas funções seriam a auto-observação, a consciência moral e a função de ideal, de tal modo que o ideal do ego é colocado como uma função do superego.

A inespecificidade terminológica permaneceu na literatura psicanalítica pós-freudiana, apesar de alguns autores, como H. Nunberg, O. Fenichel e P. Federn, terem se ocupado em precisar as distinções. No conjunto dos textos, são duas as questões principais que aparecem: a primeira – aparentemente mais fácil de ser abordada – diz respeito à relação entre o ego ideal e o ideal do ego; a segunda abarca a relação entre o ideal do ego e o superego, que aparecem como noções próximas, mas não idênticas e, no pensamento de alguns autores, mesmo opostas.

Circunscrever a onipotência e a mediação desta pela realidade unicamente na instância do ideal do ego nos parece confuso e impreciso. Estamos de acordo com os autores que reconhecem no ego ideal uma formação relativamente autônoma em relação ao sistema superego-ideal do ego – apesar de o próprio Freud nele incluir o ego ideal (o sentimento de valor do ego). Bleichmar (1981) sustenta, contudo, que a questão não se esgota em identificar o que definiria o ego ideal e qual seria sua diferença em relação ao sistema superego-ideal do ego, mas que se trata muito mais de descrever os tipos de discurso que criam estas entidades ideais.

Ao final da segunda parte de “Introdução ao narcisismo”, acerca da atitude de alguns pais em relação a seus filhos, Freud diz o seguinte:

Quando vemos a atitude terna de muitos pais para com seus filhos, temos de reconhecê-la como revivescência e reprodução do seu próprio narcisismo há muito abandonado. Como todos sabem, a nítida marca da superestimação, que já na escolha de objeto apreciamos como estigma narcísico, domina essa relação afetiva. Os pais são levados a atribuir à criança todas as perfeições – que um observador neutro nelas não encontraria – e a ocultar e esquecer todos os defeitos [...]. (FREUD, 1914/2010, p. 36)

O que se destaca nesta passagem é que a medida do valor da criança, a superestimação conferida por seus pais, não remete a valores externos, mas tão somente ao que ela é, de modo que ela mesma torna-se o modelo a partir do qual fica definida a perfeição: seu rosto, seu sorriso, seus gestos, seus sons – até mesmo seus excrementos – são valorizados como “proporção áurea” da perfeição. Estamos aqui no campo discursivo do ego ideal, em que se

consolida a imagem de “Sua Majestade, o bebê”, estado onipotente do ego infantil que Freud atribui à revivência do narcisismo primário dos pais.

A representação de si será construída com base nessa criança imaginária que, amada incondicionalmente pelo objeto parental, esforçar-se-á por ser segundo suas esperanças, respondendo aos seus desejos insatisfeitos nela projetados como um ideal de perfeição. A imagem de si, formada sobre este modelo de onipotência infantil, corresponde ao Eu ideal, aquele que deverá dar lugar, no curso da evolução da criança e por força das exigências da realidade, à “forma nova do Ideal do eu”. (NOGUEIRA, 1999, p. 257)

Bleichmar (1981) defende que o ego ideal é caracterizado pela incondicionalidade da admiração do outro, posto que sua perfeição esteja fora de qualquer discussão, e cujo único critério a ser reconhecido é ser meu filho. Esta incondicionalidade que constrói o ego ideal está referida ao deslocamento da valoração de um atributo idealizado até a totalidade da representação do sujeito, de modo que o juízo e a reação afetiva que merece determinado atributo passam a ser patrimônio do sujeito como um todo. Para que se consolide o ego ideal, é preciso passar do exame do traço à pessoa total, de maneira tal que se entenda o ego ideal como uma representação unificada, considerada modelo de perfeição.

O ego ideal é, portanto, constituído por este conjunto de representações dotadas, *a priori*, de um juízo de valor que se estende de um atributo parcial para o todo. Trata-se de um discurso autossustentado, em que tudo está decidido de antemão: um discurso totalizante, que corrobora e mantém a existência de um ideal de perfeição encarnado no próprio ego.

Estamos aqui próximos do “eu-de-prazer original”, conforme descrito por Freud em “Os instintos e seus destinos” (1915/2010) e retomado em “A negação” (1925a/2011), cujo funcionamento implica em introjetar tudo o que é bom e expulsar de si tudo o que é mau, de modo que o ego aparece como detentor de todas as bondades, enquanto tudo o que é mau é atribuído ao mundo externo. Quando Freud sustenta que o ego ideal representa a tentativa de recuperar o narcisismo infantil perdido, o sentimento de perfeição absoluta, não se trata somente de uma questão de psicogênese, mas de um modelo de funcionamento que atribui a si mesmo, ao próprio ego, tudo o que é bom, eximindo-se do que é mau ao projetá-lo para o mundo externo.

Importante salientar que até este momento é o princípio de prazer que impera no psiquismo do sujeito, sustentando um modo de funcionamento em que aquilo que é bom vai ser equiparado ao que produz prazer, e o que é mau ao que provoca desprazer. Até o surgimento do princípio de realidade, não há juízo imparcial, não há critério externo, apenas o critério solipsista do próprio prazer. Somente com a introdução de um critério exterior ao

próprio ego, que julga seus atributos ao compará-lo com algo de fora, que estamos próximos do ideal do ego.

O ideal do ego resulta, portanto, de critérios valorativos externos a cada pessoa, referindo-se sempre a um aspecto parcial, a um traço do todo. Neste sentido, não estamos diante de um discurso totalizante – que atribui o valor do traço ao todo – mas de um discurso discriminante – em que não se trata mais da incondicionalidade da admiração do outro, mas de sua inserção no mundo de valores compartilhados; em que o juízo sobre cada aspecto não deriva para o todo, mas permanece relacionado ao critério exterior segundo o qual foi avaliado.

Bleichmar (1981) aponta que, enquanto o ego ideal representaria uma unidade total sem fendas, o ideal do ego nunca o poderia fazê-lo, posto que, diferentemente do primeiro, que atribui a máxima perfeição a um sujeito, o ideal do ego não admite que alguém ocupe esse lugar de completude, que seja a soma de todas as perfeições. Se o discurso que sustenta o ego ideal é um em que os valores são dados sempre *a priori*, o discurso do ideal do ego é sempre aberto, imprevisível, cujos valores são mutáveis e não determinados, podendo o sujeito se adaptar ou não, se identificar ou não.

Após ter feito esta distinção entre os tipos de discursos que sustentam a formação do ego ideal e do ideal do ego, cabe nos dedicarmos neste momento à análise do segundo eixo problemático no que concerne às instâncias que compoem o ego: se destacamos como o ego ideal é radicalmente distinto do ideal do ego, no que concerne ao ideal do ego e ao superego, a distinção por vezes não é explicitada, especialmente pelo próprio Freud, que em vários momentos os utiliza indistintamente como sinônimos. É no intuito de marcar a diferença entre estes dois polos – diferença que traz contribuições importantes para nossos objetivos – que iremos nos debruçar agora ao estudo do superego.

### 5.3 A DIMENSÃO PULSIONAL DO SUPEREGO

O superego só aparece nomeado como tal em 1923, mas está presente nas entrelinhas da teoria psicanalítica durante toda a década anterior, sobretudo a partir da violência psíquica presente nos quadros clínicos da neurose obsessiva, da paranoia e da melancolia. Ele desempenha um papel importante no artigo sobre o narcisismo, onde se encontra designado como “instância de censura” ou ainda como “consciência moral” (*Gewissen*).

No artigo de 1914, Freud enfatiza o realismo da consciência moral, convertendo-a em uma instância de observação, responsável por exprimir alucinatoriamente uma descrição e um

comentário dos atos e pensamentos do sujeito. Trata-se de uma voz judicativa que se expressa sempre com uma tonalidade crítica, medindo os desempenhos efetivos do indivíduo – de seu “ego real” – pelo ideal. Neste sentido, a consciência moral funcionaria como uma guardiã do ideal do ego, sempre a ele associada. Sua gênese decorreria da influência crítica dos pais, transmitida ao sujeito por meio de seus “ditos” – posto que seja de uma voz que se trata (LAPLANCHE, 1980[1973]/1987).

Ao ser formalmente introduzido em “O ego e o id” (FREUD, 1923a/2011), o superego mantém sua vinculação estreita com a consciência moral, sendo tratado por Freud como sinônimo do ideal do ego, tal como atesta o título da terceira parte do artigo, “O ego e o superego (ideal do ego)”. Tratar-se-ia de uma instância única – Bleichmar (1981) a chamou, inclusive, de “sistema superego-ideal do ego” –, formada a partir da transformação do investimento libidinal sobre os objetos parentais em identificação a eles, no momento da dissolução do complexo edípico. Ao renunciar a satisfação (incestuosa) de seus desejos, a criança interiorizaria a interdição exterior, de modo que o “sistema superego-ideal do ego” seria o herdeiro do complexo de Édipo. Proposição que, apesar de sua aparente coerência, traz em si consideráveis problemas metapsicológicos, em especial no que concerne a certa negligência da articulação do superego com a dimensão mortífera da pulsão, priorizando-se a dimensão interditora.

Gerez-Ambertín (1993/2003) pontua como, em decorrência da introdução do conceito de superego por Freud, seguiram-se dois movimentos distintos no pensamento psicanalítico: por um lado, há aqueles que buscaram “purificar” o texto freudiano da pulsão de morte, tomando o superego unicamente como representante da lei parental e sinônimo do ideal do ego; por outro, há aqueles que não se intimidaram pelas contradições e rodeios presentes no texto freudiano, acompanhando os diferentes elementos que participaram na formação do superego, sem pretender “resolver” os problemas intrínsecos à formulação deste conceito tão complexo. Isto, contudo, não implica em negligenciar os problemas na articulação teórica freudiana em torno do superego, mas, muito mais, ver neles brechas que se prestam a desenvolvimentos e precisões. São os autores deste “segundo grupo” que nos interessam particularmente aqui, pois eles fazem trabalhar a teoria no que ela tem de abertura a proposições mais complexas.

Tais autores apontam a dupla polaridade do superego que se encontra presente no texto freudiano: de um lado, ele apresenta-se como uma instância de proibição – moral, legislativa e interditora –, porta-voz da linguagem da lei, altamente simbólica e moralizante, representante dos interditos parentais e culturais, da “realidade”; de outro, como uma

instância pulsional – violenta, demoníaca e mortífera –, a “face na sombra”, apresentando-se como gozador, cruel, torturante e implacável, a própria imagem da pulsão de morte, de onde proviria sua força de ataque. Como sustenta Cardoso (2002), baseando-se em numerosas observações clínicas marcadas pela violência superegoica, essa dupla polaridade comportaria uma contradição interna, uma vez que a tirania demonstrada pelo superego não seria proporcional às interdições parentais e socioculturais, apesar de grande parte da teoria psicanalítica ter subsumido o aspecto demoníaco e perseguidor do superego ao privilégio concedido ao complexo edípico e à castração.

A contradição reside justamente no fato de que Freud realiza uma transposição direta do registro do ataque pulsional ao registro das interdições morais (via consciência moral e autocensura) e dos ideais (via narcisismo e identificações), sem demorar-se nesta passagem nem analisar as particularidades das questões subjacentes a ela. “O que vai ser determinante”, escreve Cardoso (2016, p. 122), “não é a proibição externa, mas sim a reivindicação pulsional em si mesma, em seus aspectos pulsionais des-ligados, que para o ego têm caráter de ataque”. Torna-se difícil sustentar uma concepção do superego segundo a qual este seria uma instância egoica constituída por identificação. Trata-se, muito mais, de levar em consideração o polo pulsional – em seu caráter fundamentalmente mortífero – para se analisar a genealogia do superego, num plano distinto daquele das interdições morais e dos ideais.

Ao se considerar o superego como um sinônimo do ideal do ego, tende-se a obscurecer, por um lado, a dimensão de ataque e de desligamento próprias ao superego, bem como, por outro, as funções de ligação, em seus diferentes graus de elaboração, próprias das instâncias ideais (CARDOSO, 2002). Delimitar melhor as relações entre as instâncias ideais – o ego ideal e o ideal do ego – e o superego seria um caminho para recuperar articulações mais finas pouco sistematizadas no texto freudiano (RUDGE, 1999). Este é um ponto que, no estudo das perversões, muito vem a nos acrescentar – e para o qual desejamos chamar a atenção.

Como vimos anteriormente, a questão dos ideais é bastante complexa em Freud, tendo sido aprofundada por autores pós-freudianos que dela se ocuparam, distinguindo aí duas instâncias: o ego ideal – vinculado à idealização da onipotência do ego – e o ideal do ego – porta-voz da lei e da moral, cujos valores se colocam ao ego como ideal. Freud estabelece uma estreita ligação entre o superego e o ideal do ego – vindo, inclusive, a tratá-los como instâncias equivalentes –, mesmo que fiquem implícitas certas ambiguidades. A questão que desejamos marcar é que, entre o superego e o ideal do ego não parece haver equivalência em nenhuma ordem, mas uma relação de contraponto.

Como defende Cardoso (2002), tal contraponto reside justamente no entendimento de que o ideal do ego, devido a seu caráter intrinsecamente secundário, estaria muito mais relacionado a uma dimensão de simbolização, enquanto o superego estaria associado primariamente a uma dimensão de ataque pulsional. O ideal do ego seria, portanto, a instância representante das interdições morais e socioculturais e, enquanto tal, o verdadeiro herdeiro do complexo de Édipo. Já o superego, extraindo suas forças das raízes fincadas no id, desempenharia na tópica um papel muito mais violento, tirânico e demoníaco, originariamente pulsional. Somente no tempo secundário do complexo edípico, o superego seria revestido pelo ideal do ego, de modo que sua força pulsional possa ser enquadrada em um roteiro com personagens bem delimitadas, obedecendo à dimensão legisladora, carregada de moral e de culpa, da instância ideal.

É evidente que a dimensão do interdito, da lei, não deve ser afastada numa reflexão que trata das questões do superego e do ideal. Ao contrário, ela é absolutamente essencial aí e trata-se de colocá-la em evidência também, mas destacando sua função simbolizante. É preciso não perder de vista que essa dimensão se refere a um registro secundário de trabalho psíquico. Se esquecermos essa perspectiva, correremos o risco de um inevitável apagamento da questão do perigo pulsional, que é a dimensão mais originária. (CARDOSO, 2016, p. 143)

Neste tempo secundário, edípico, o ego já narcisicamente unificado seria capaz de erguer defesas muito mais sofisticadas contra a violência categórica do superego. A internalização da dimensão da lei, do limite, trazida pelo ideal do ego via moral e culpa configurar-se-ia, neste sentido, como uma resposta – e, portanto, de caráter defensivo – ao ataque pulsional superegoico.

Introduzem-se para nós, neste momento, algumas questões: se neste tempo secundário, edípico, constitui-se uma via de abertura possível para efetuar certa “transformação” da relação do ego com o superego, em que o ideal do ego tem uma função simbolizante essencial, como pensar a problemática da perversão neste sistema? Como viemos sustentando até aqui, o funcionamento perverso nos dá evidências de estar ancorado no modelo do ego ideal, isto é, na cristalização da idealização da onipotência narcísica do ego. Quais são os desdobramentos metapsicológicos de se sustentar tal cristalização do ego ideal na problemática perversa? A passagem do ego ideal para o ideal do ego parece ter sido feita de maneira muito precária. Como, então, ego ideal e superego se articulariam na perversão? Estamos diante de um superego tirânico, não “arrefecido” pelo ideal do ego, cuja força pulsional sem limites funcionaria a serviço de um *imperativo do gozo*.

#### 5.4 O EGO IDEAL COMO VASSALO DO SUPEREGO TIRÂNICO

As manobras perversas, em quaisquer de suas manifestações, revelam em seu arcabouço a questão do poder – que precisa ser reiteradamente afirmado na relação com o outro, via assujeitamento da alteridade. Estabelece-se entre o perverso e o objeto um jogo de troca de posições em que, frente ao ataque interno – ataque eminentemente pulsional –, vivido passivamente, o ego do sujeito busca recobrar a atividade, então passando ao ato, dominando o objeto externo e afirmando-se onipotentemente, numa tentativa de superar a situação de passividade. Tentativa fadada ao fracasso, entretanto, posto que repetida incessantemente, mas que se configura como a melhor resposta – aquela que foi possível – para o sujeito.

Ora, o que se apresenta para nós como hipótese neste ponto é que tal ataque interno, eminentemente pulsional, ao qual o ego estaria exposto adviria de um superego tirânico (CARDOSO, 2002), frente ao qual o ego, na perversão, parece responder de uma maneira muito singular. Tudo se passa como se, ao afirmar radicalmente sua onipotência narcísica, o ego do perverso estivesse funcionando de maneira identificada às exigências deste superego violento. Neste sentido, o superego tenta tiranizar o ego ao submetê-lo à sua violência, humilhá-lo diante de suas exigências e manipulá-lo através de seu poder; entretanto, o ego do perverso parece conseguir sair desta submissão e passar a ativo, agora submetendo, humilhando e manipulando o objeto externo. A partir desta construção, a relação de inversão passivo-ativo parece ganhar em densidade: diante do ataque pulsional do superego, vivido passivamente pelo ego, este busca recuperar a atividade ao tentar dominar o objeto externo.

Nesta relação de poder, está em jogo a instauração de uma lei arbitrária, cujo exercício é a verdadeira prova da extensão do poder daquele que a exerce. Sendo o ego, em sua faceta ideal de onipotência narcísica, a instância responsável por atuar como executora de tal lei arbitrária, o faz em resposta à esfera superegoica e seu poder tirânico. Como pontua Cardoso (2002), a arbitrariedade da lei, que traz em si o assujeitamento dos objetos aos quais se dirige e a proclamação da onipotência daquele que a exerce, é marcada pelo imperativo do gozo absoluto, afirmado como lei categórica. Se o prazer é “uma satisfação real, passageira, limitada, uma baixa da tensão desejante”, como coloca Bonnet (2008, p. 27, tradução nossa), “o gozo é outra coisa: corresponde a uma excitação intensa, sem limites, em positivo ou negativo, e que busca sempre mais”. O imperativo de gozo absoluto fala de um automatismo repetitivo e compulsivo que implica em si a transgressão de um interdito.

A relação que se estabelece entre o superego e o ego assume a forma de uma relação de vassalagem, na qual o ego identifica-se ao poder tirânico do superego, “jurando-lhe”

absoluta fidelidade, em troca de não ser por ele destruído. Nesta cena, é o superego quem goza, sendo o ego seu instrumento de exercício de poder. Como sublinha Eiguer (2008, p. 197, tradução nossa), “Em todo conhecimento de causa, a ação deletéria [do perverso] sobre sua vítima/cúmplice visa mais precisamente a penetrá-la e a dirigi-la do interior, como o faz naturalmente o superego em seu aparelho psíquico”.

Frente ao imperativo categórico de gozo absoluto instaurado pelo superego tirânico, “cultura pura de pulsão de morte”, o ego não sucumbe tal como o faria na melancolia. Autores como Neau (2005) e Pommier (2015) apontam para a presença de uma espécie de triunfo maníaco do ego sobre o objeto na perversão, o que se configuraria como tentativa de defesa do ego contra os efeitos deletérios do superego. Haveria, portanto, um paralelo existente entre as configurações perversas e a celebração maníaca, apesar de se guardarem as devidas especificidades de cada quadro clínico.

Muito brevemente, podemos dizer, a partir de Freud (1917c[1915]/2010), que na melancolia há um triunfo do superego sobre o ego, que fica submisso a toda violência dirigida a ele pela instância superegoica, posto que o ego se identifique ao objeto perdido, recebendo todo o ódio dirigido a ele. No que concerne à mania, Freud (1923a/2013) a concebe como uma tentativa de luta antimelancólica, na qual não há submissão do ego ao superego, mas um triunfo do ego sobre o superego. “Contra o reino do superego tirânico, cultura pura da pulsão de morte, [...] o ego só pode se defender pela ‘reversão na mania’” (NEAU, 2005, p. 49).

A questão é que este triunfo maníaco do ego se dá de uma forma reativa, como se o ego precisasse “revidar” a violência do superego para se afirmar onipotentemente. Já na perversão, o ego afirma seu triunfo, mas o faz com a voz do superego, cuja força e violência provêm da dimensão pulsional que o anima. Não se trata, portanto, de “revidar” ou de lutar contra o ataque pulsional superegoico, mas de estabelecer uma relação de conluio identificatório com ele para que o ataque seja direcionado para o objeto externo<sup>4</sup>.

O superego tirânico retira suas forças da pulsionalidade mortífera que lhe subjaz. Como veículo da força pulsional, funciona segundo seu próprio imperativo de gozo: não há limite para a avassaladora exigência pulsional, para a qual todos os objetos de investimento estão a seu serviço. Aqui parece residir o fundamento da complexa relação que o perverso estabelece com a alteridade e com a realidade: se não há limite para o gozo, não se trata de

---

<sup>4</sup> Esta relação entre as configurações perversas e a celebração maníaca permanece como um campo aberto a ser explorado. A relação das instâncias egoicas – ego ideal e ideal do ego – com o superego, a complexa relação com os objetos – interno e externo –, bem como a relação passividade-atividade, por exemplo, são questões que merecem desenvolvimento mais profundo a respeito deste paralelo – e gostaríamos de deixá-las indicadas aqui para futuras apreciações.

algo mediado ou secundarizado – edípico, se quisermos acrescentar –, mas sim de uma força pulsional transgressora, que funciona apenas sob a própria lei.

## 5.5 A IDEALIZAÇÃO DA PULSÃO NAS MANOBRAS PERVERSAS

Ao seguir em nossa via de argumentação, o ponto que desejamos privilegiar neste momento se conforma em torno da questão da lei da pulsão que rege as passagens ao ato de natureza perversa: nestes casos, o mundo interno parece ser regido por uma exigência imperativa de afirmação pura e bruta da pulsão, a qual parece ser idealizada. Foi Assoun (1983) quem trouxe à tona a questão da idealização da pulsão inicialmente, ao retomar uma passagem de Freud nos “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade” (1905/1996), na qual, ao debruçar-se sobre a perversão, diz o seguinte:

Talvez justamente nas perversões mais abjetas é que devemos reconhecer a mais abundante participação psíquica na transformação da pulsão sexual. Eis aí a obra de um trabalho anímico ao qual não se pode negar, a despeito de seu resultado atroz, o valor de uma *idealização da pulsão*. A onipotência do amor talvez nunca se mostre com maior intensidade do que nessas aberrações. (FREUD, 1905/1996, p. 153, grifos nossos)

Como sublinha Assoun (1983), esta é uma das únicas vezes em que Freud emprega o termo “idealização” antes de sua introdução formal em 1914, no contexto do ideal do ego no narcisismo. Além disso, se ulteriormente é sobre o objeto da pulsão que recairá a idealização, em 1905, Freud faz incidir sobre a “materialidade” bruta da própria pulsão o mecanismo de idealização (*Idealisierung des Triebes*). A singularidade da idealização na perversão residiria justamente aí: se em seu registro narcísico, a idealização recai sobre o objeto, e se na sublimação, recai sobre seu objetivo, na perversão é idealizada a própria pulsão.

E a relevância desta afirmação está longe de ser puramente retórica, mas chama nossa atenção para a impossibilidade de se compreender qualquer manifestação perversa sem postular esse movimento de idealização da pulsão, e isto porque o perverso pode ser considerado o “idealista por excelência”: toda e qualquer possibilidade de gozo do perverso está, necessariamente, sob o jugo da lei da pulsão, sob o imperativo de gozo absoluto, através da qual ele conjuga o mais elevado e o mais abjeto:

Através disso, ele faz comunicar o Céu e o Inferno. Tal seria a “moralidade” da perversão, que atesta que “o mais elevado e o mais baixo dependem, na sexualidade, o mais intimamente um do outro” (“do céu, através do mundo, até o inferno”). Este destino idealizante da pulsão que exhibe o perverso denuncia a oposição de uma

sexualidade real ou bruta ou corporal e de um psiquismo externo: é no *Trieb* que trabalha o psíquico, e é dele que a idealização seria um dos efeitos maiores. (ASSOUN, 1983, p. 105)

Chamamos a atenção para esta idealização da pulsão manifesta pelo sujeito perverso, de modo que é a própria força pulsional bruta, em seu caráter de com-pulsão, que assume o caráter de lei a ser enunciada. É, portanto, nas perversões, que a exigência pulsional de gozo – em sua vertente mais radical e diruptiva – torna-se, em si mesma, objeto de idealização:

[...] revelam uma insistência “demoníaca” do excesso, excesso de energia sexual, manifesto na própria repetição compulsiva do ato perverso, em suas múltiplas modalidades. Nessa dinâmica, a força pulsional – ordem do sexual – afirma-se e reafirma-se, sob o modo des-ligado, sem que seja possível mediá-la ou simbolizá-la. Há apenas atuação dessa força, o sujeito passando, portanto, a ativo, mas sem dela poder se apropriar, sem poder ligá-la, ou recalá-la. (CARDOSO, 2002, p. 201)

O ego é exigido compulsivamente em sua face onipotente e triunfal, de tal modo que a repetição incessante de sua tentativa de dominar aquilo que permanece des-ligado seria organizada em torno de uma transformação no oposto, agora o objeto externo sofrendo o ataque. Assim como o superego massacra o ego, o ego perverso massacra o objeto, num deslocamento que busca a todo custo salvaguardar o gozo.

Uma vez que a dinâmica perversa é organizada em torno do excesso – que se torna, portanto, medida do gozo –, a única coisa de que o perverso sentiria culpa seria da própria virtude, do comedimento, “de não ter feito ainda mais”, como fica evidente na obra do Marquês de Sade. A frustração do gozo, a restrição, o limite é que são fontes dessa “estranha culpabilidade que advém da própria exigência pulsional” (CARDOSO, 2002, p. 203). Através do ato perverso, os sujeitos buscam o triunfo sobre algo da ordem do insuportável, do irrepresentável, do traumático desestruturante. “Poder possuir essa força maléfica no interior de si, exercê-la a partir de seu mundo interno, pode constituir uma tentativa de se apropriar dela” (CARDOSO, 2002, p. 206).

Estão aqui em jogo dois registros da lei: por um lado, a lei moral, compartilhada pelos homens, ordem da norma; por outro, a lei da pulsão, solipsista e arbitrária, cuja condição essencial é ultrapassar todos os limites, transgredi-los. O perverso *sabe* da lei moral, *mas mesmo assim* a transgide, pois não funciona sob seu registro, mas sim deste outro, de afirmação compulsiva e categórica da soberania radical da pulsão.

Como bem destaca Neau (2015), o perverso estaria submetido a uma

pulsão anárquica, que não conhece outro deus nem outro mestre além dela. Necessidade de ninguém, fome de gozo (ou de prazer, seria necessário entrar nesse debate). Este perverso em majestade, *Sua Majestade, O Perverso* é o herdeiro direto, e autoengendrado, de *Sua Majestade, O Bebê*, a admiração do círculo familiar ao menos. Seu corpo em majestade é um corpo de pequeno perverso polimorfo que se tornou grande, mas permaneceu o mesmo, alguns prazeres da genitalidade a mais – uma genitalidade sem primado. (p. 91-92, tradução nossa)

“*Sua Majestade, o perverso*” afirma-se narcisicamente em sua relação com o objeto externo através da face onipotente do ego ideal. Por sua vez, o ego ideal configura-se como uma reposta possível ao imperativo de gozo de um superego tirânico – o que faz à custa do ideal do ego, cuja função secundarizante de mediação, de herdeiro do complexo edípico e representante da lei moral e da cultura fica entravada. E a tirania superegoica seria a porta-voz do pulsional não ligado, do excesso, o qual se apresenta como lei última a ser obedecida. Tudo se passa como se o ego ideal do perverso, na verdade, se erigisse no lugar do superego, ditando a sua lei, exercendo-a em seu nome. Tal como “*Sua Majestade, o bebê*” se identificava com o narcisismo absoluto revivido dos pais e projetado sobre ele, “*Sua Majestade, o perverso*” veicula a suposta e ilusória invulnerabilidade aí em questão, que chama atenção para a onipotência narcísica que está em seu arcabouço, como se “*Sua Majestade, o bebê*” nunca tivesse sido destronado. A sombra do superego caiu aqui sobre o próprio ego.

O desejo de ser um ego ideal existe em todo sujeito, mas o que varia é a medida em que esse desejo domina a vida mental. Com o desejo de ser um ego ideal acontece igual ao desejo erótico: não há ninguém que escape a ele, mas o grau de fixação, a modalidade do vínculo, o nível de recalque, o de sublimação, mudam de um sujeito a outro. (BLEICHMAR, 1981, p. 112, tradução nossa)

O funcionamento do ego ideal tende a excluir o outro, excluir o terceiro, que permanece fora da demanda de reconhecimento narcísico, enquanto no que se refere ao ideal do ego, este tende a dirigir seu olhar de demanda de amor para fora, reconhecendo a impossibilidade da completude e a necessidade do outro para dela se aproximar (apesar de nunca alcançá-la, posto que ideal). Ora, o ego ideal e a onipotência sobre o qual ele é erigido são partes constitutivas e inescapáveis do narcisismo do sujeito. A questão que desejamos destacar no que concerne à perversão é a *cristalização* do sujeito nesta posição de ego ideal, de tal modo que a função secundarizante do ideal do ego fica entravada. Como Freud já avançara em 1914, a perversão pode ser entendida como fixação no amor narcísico, que se daria quando o ideal do ego não se desenvolveu – permanecendo o indivíduo fixado no ego ideal – e não fez recusar pela consciência moral o que a satisfação libidinal objetual poderia ter

de inconciliável com as representações do ego.

Trata-se de ser novamente como na infância, e igualmente no que concerne às tendências sexuais, seu próprio ideal, em uma espécie de subversão do ideal do ego em nome de um ego ideal megalomaniaco e onipotente, cujo imperativo de gozo é uma resposta à tirania superegoica e à pulsionalidade mortífera que lhe subjaz. A reiterada necessidade do perverso de se afirmar onipotentemente, de triunfar e desqualificar o objeto, se nutre do amor narcísico por sua própria imagem ideal. Deste modo, a relação de domínio exercida pelo sujeito é testemunho paradoxal do poder e da fragilidade do ego do perverso.

## 5.6 UMA TENTATIVA DE MANUTENÇÃO DAS ILUSÕES NARCÍCAS

Balier e Prodolliet (2009) afirmam que, muito mais do que um desvio da libido, muito mais do que uma modalidade de obtenção de prazer sexual, estaria em primeiro plano na perversão o desejo de posse total do outro, colocando em evidência a necessidade absoluta e inexorável de dominá-lo, assujeitá-lo, em resposta a uma angústia insuportável de aniquilação. Diante da ameaça de ser aniquilado, o sujeito afirmaria sua onipotência narcísica ao dominar o outro – construção que consiste na afirmação onipotente de si mesmo via ato de desqualificação do outro, expressão radical da inversão passivo-ativo, na tentativa de evitação da própria morte psíquica.

Balier (2005) retoma a frase final de “Totem e tabu”, onde Freud afirma a primazia do ato sobre o pensamento ao anunciar que “no princípio foi o Ato”. Ele chama atenção para o fascínio que esta frase “enigmática” provoca, uma vez que nos convida a questionar a problemática da origem, do princípio – especialmente em relação àqueles sujeitos cujo funcionamento psíquico está marcado pela passagem ao ato:

Nossos sujeitos teriam regressado a este “início”, sob o efeito de um traumatismo irrepresentável, ao qual eles irresistivelmente retornam em um “Além do princípio do prazer”. *O ato de poder lhes salva de um colapso insuportável de viver e lhes reconferre existência.* Todo pensamento é curto-circuitado, porque ele reanimaria o terror. De fato, depois do ato, tudo é esquecido. Até que uma nova confrontação à inexistência provoque um novo ato. O recurso a uma antinomia aniquilação-onipotência parece repousar sobre um funcionamento puramente econômico, repetitivo. (BALIER, 2005, p. 301-302, tradução e grifos nossos)

A antinomia aniquilação-onipotência trazida aqui fala de um funcionamento psíquico que repousa sobre uma dinâmica antagônica cujo objetivo maior é permitir que o sujeito evite sua própria aniquilação psíquica afirmando sua onipotência narcísica a qualquer preço,

ruidosamente, pela força. Nessa dinâmica, não há espaço transitório, apenas extremos: estamos na lógica do um ou outro, tudo ou nada, sem vias intermediárias, sem transitoriedade.

O que está aí em questão é a complexa relação eu-outro, seja em sua dimensão interna, seja em sua dimensão externa. Por um lado, diante da violência do outro interno, que ameaça as fronteiras egoicas, o sujeito perverso pretenderia afirmar sua onipotência narcísica, numa defesa extrema e radical. Está aqui em jogo o destino pulsional arcaico da inversão no oposto: na busca de sair do vivido de passividade diante da violência do outro interno, o ego a inverte em atividade. Nesta inversão passivo-ativo, a violência sofrida passa a ser exercida sobre o outro externo. Ao afirmar-se onipotentemente, não há espaço para outro sujeito na cena do perverso. O outro externo precisa ser relegado ao papel de coisa a ser manipulada, dominada.

O autor sustenta que, nas defesas perversas, a lógica da onipotência narcísica se estabeleceria contra a reatualização de uma ameaça maior, de modo que o ato funcionaria como evitação da própria morte psíquica. Só é possível para o sujeito se sentir existindo ao desqualificar o outro, transformando-o em coisa a ser manipulada. O autor remete-nos aos traumatismos sofridos nos momentos arcaicos de constituição do psiquismo do sujeito, ao nível das primeiras relações com o objeto, cuja implicação seria da ordem da descontinuidade na formação do eu.

A ruptura da mônada narcísica inicial, formada entre mãe e bebê, é representada pela consolidação do ideal do ego e a conseqüente abertura para o mundo externo, processo através do qual o ego iria progressivamente renunciar a uma parte de seu narcisismo, deslocando a libido narcísica em direção aos objetos externos, os quais assumiriam a forma de ideal. Tal deslocamento, contudo, não é feito sem os protestos do próprio ego, na medida em que no desenrolar do processo constituir-se-ia uma lacuna insuperável entre o ego e seu ideal, a qual, entretanto, o ego promove um vigoroso esforço para suturar e, assim, recuperar a perfeição narcísica inicial.

Chasseguet-Smirgel (1992) atribui ao ideal do ego o profundo desejo humano de retornar ao ventre materno, como se estivéssemos constantemente “*à la recherche du temps perdu*” para, assim, superar esta separação, esta quebra da onipotência infantil, suturando a falha narcísica inerente à constituição egoica. Implacável anseio que estaria na base das mais sublimes realizações, bem como das mais degradantes formas de loucura. E a perversão, neste contexto, seria uma estratégia para a manutenção das ilusões narcísicas: por um lado, a perversão evidenciaria a recusa da diferença sexual anatômica, a recusa da castração, à qual se justaporia, por outro lado, a recusa da diferença geracional, recusa da primazia da genitalidade, da potência do falo paterno sobre a sexualidade pré-genital infantil.

É na articulação indissociável entre estes dois pontos que sua teorização irá centrar-se. Tudo se passa como se o perverso se mantivesse anacronicamente preso ao cenário incestuoso – dual, portanto –, de modo que suas atividades sexuais encenariam uma não adesão ao pacto que prevê a renúncia libidinal ao objeto materno e a decorrente entrada na triangulação edípica (FERRAZ, 2005).

O modelo da onipotência infantil que parece estar na base do funcionamento perverso ancora-se numa “imagem cristalizada de si mesmo, a qual não admite mudanças e exige que tudo permaneça estático, sem a menor alteração” (SOPENA, 1991, p. 198, tradução nossa). Neste sentido, a satisfação por ele exigida estaria na cristalização e fixidez do registro do tudo ou nada, do agora ou nunca – portanto, fora do tempo, recusando-se os limites da experiência real. Reconhece-se nesta descrição o modo de funcionamento do processo primário, cujas exigências de satisfação não levam em conta a realidade, o tempo nem o espaço.

É a passagem do ego ideal para o ideal do ego que permitiria ao psiquismo reconhecer a temporalidade da existência, a espera, não mais ficando aderido a uma imagem estática, nem a um funcionamento do tipo tudo ou nada, agora ou nunca. O narcisismo tornar-se-ia, por conseguinte, dominado pelo processo secundário, em que a satisfação pode ser adiada, obtida de diversas maneiras que levam em conta o caráter constantemente mutável da realidade.

Uma das ilusões narcísicas do perverso é pretender manter tudo imóvel, referido a uma lógica infantil e pré-genital. A perversão envolveria a ilusão de que o menino seria o parceiro perfeito para sua mãe, a quem ele dota de um falo fetichizado – através do qual se manifesta a recusa da diferença sexual –, justamente para negar a necessidade que ela teria da figura paterna, por parte da qual não há intervenção alguma. A negação do papel paterno reitera ainda a recusa da diferença geracional, posto que a mãe não tenha necessidade (sexual) de um adulto, apenas da presença de um filho. Ao invés de o perverso superar a angústia de separação – que é própria a todos os seres humanos –, ele engenhosamente recusa sua existência.

De acordo com Caillot (2003), as “manobras perversas” caracterizar-se-iam como ações cujo objetivo principal seria criar uma indiferenciação idealizada ou uma inversão geracional, fonte de uma satisfação triunfante de autoengendramento. No centro da criação da fantasia de autoengendramento estaria a evitação do conflito edípico, naquilo que institui a respeito da diferença sexual e da diferença geracional: o sujeito perverso não teria nascido do encontro sexual entre um pai e uma mãe, mas seria o seu próprio autor; ao mesmo tempo, portanto, recusaria a diferença sexual e geracional necessária para seu nascimento, equiparando-se aos próprios pais no ato da criação.

O objetivo capital subjacente às manobras perversas seria recusar os poderes genitais do pai por meio da idealização da dimensão pré-genital da analidade, à qual ele estaria fixado. Ao idealizá-la, transgride assim a lógica libidinal do primado da genitalidade, subvertendo-a em nome do universo sádico-anal, que seria, deste modo, superior ao universo genital do pai. O perverso visaria, com isso, criar uma indiferenciação sexual, geracional e entre os seres, mantendo as ilusões narcísicas de que ele é o único objeto de desejo materno, que não tem nada a invejar de seu pai, que não tem necessidade de um pênis genital e que pode, outrossim, escapar ao conflito edípico e à correlativa angústia de castração.

Articula-se, deste modo, a questão narcísica com a questão edípica – tão dicotomizada nas teorizações psicanalíticas clássicas a respeito da perversão.

O que me parece importante para nosso tema é que tudo se passa como se a mãe tivesse conduzido seu filho a se enganar, fazendo-lhe crer que ele, com sua sexualidade infantil, era para ela um parceiro perfeito, que não teria, pois, nada a invejar a seu pai, detendo-o assim em sua evolução. Seu Ideal do Ego, em lugar de investir no pai genital e seu pênis, ficará, desde então, ligado a um modelo pré-genital. (CHASSEGUET-SMIRGEL, 1992, p. 18-19)

A autora aponta para a existência de um obstáculo à idealização do pai na perversão. Este, incapaz de instaurar a diferença, a quebra da mônada mãe-bebê, permanece relegado a segundo plano, recusado. E, neste contexto, é a sexualidade pré-genital da criança, em toda sua parcialidade, que deverá ser submetida a um processo de idealização, de modo que a idealização no perverso não incide sobre os objetos adultos, mas, sobretudo, sobre os objetos parciais (alimento, fezes, urina, zonas erógenas), especialmente aqueles objetos relacionados à analidade.

Analogamente à digestão, cujo processo consiste em um fracionamento progressivo dos alimentos ingeridos até sua degradação em unidades cada vez menos diferenciadas, resultando na homogeneidade do bolo fecal e em sua consequente ejeção, tal seria o modelo de relação objetal prevalente no funcionamento perverso, cujo propósito revolveria em torno de dessubjetivar o objeto até o ponto de transformá-lo em coisa manipulável, indiferenciada e, em última medida, descartável. Vemos, por conseguinte, como a fixação e a regressão a um estágio infantil da sexualidade, conforme pontuado por Freud já em 1905, não pode ser descartado da reflexão teórica a respeito das perversões. Aqui, é um modelo de relação de objeto em que predomina a recusa do reconhecimento da alteridade.

## 5.7 A RECUSA NARCÍSICA DE RECONHECIMENTO DA ALTERIDADE

### 5.7.1 O narcisismo como polo de oposição ao reconhecimento da diferença

No exercício da onipotência, só há espaço para o Um, de modo que o não reconhecimento do outro está baseado num mecanismo radical de recusa – não recusa da castração, como discutimos em outro lugar, mas fundamentalmente *recusa da alteridade*. O aforismo de O. Mannoni a respeito do mecanismo da recusa (*Verleugnung*) na perversão, “eu sei, mas mesmo assim”, pode então ser parafraseado desta forma: “eu sei que o outro existe, mas... mesmo assim eu não o reconheço” (SZPACENKOPF, 2011, p. 82).

Aqui encontramos novamente o eco do papel do narcisismo como guardião da unidade egoica, cuja defesa se dá via hostilidade frente à alteridade: “É a situação criada pelo narcisismo: só podemos amar a nós mesmos ao anular a alteridade, a própria possibilidade de que o mundo existe” (EIGUER, 1997, p. 48). Para evitar que o objeto deseje ou pense, é preciso que se deseje e pense por ele. Está em obra uma atividade mortífera que visa a todo custo à anulação da alteridade: “Em resumo, é um objeto cuja autonomia narcísica é ativamente recusada” (RACAMIER, 1987-1992/2012, p. 37).

Como procuramos sustentar até aqui, é o não reconhecimento da diferença que se apresenta como expressão particular do funcionamento perverso. Entretanto, e este é o ponto que desejamos sublinhar agora, esta articulação está longe de ser inédita, mas já figura na obra freudiana como um desdobramento da introdução metapsicológica do conceito de narcisismo. Neste ponto, portanto, cabe a retomada de um ponto específico da metapsicologia freudiana, de especial relevância para sustentar a recusa narcísica de reconhecimento da alteridade como mecanismo fundamental na dinâmica perversa.

É a partir de uma curiosa expressão cunhada por Freud que encontramos um terreno pouco explorado para articular o narcisismo às perversões. Trata-se do narcisismo das pequenas diferenças, que aparece pela primeira vez em “O tabu da virgindade” (1917d/2013) e reúne em sua composição termos semanticamente antagônicos: por um lado, há o “narcisismo”, por outro, a “diferença”. Se o narcisismo for concebido como a ação psíquica que dotará o ego de uma integridade e entendermos a diferença como signo da alteridade, do outro, tal oposição não passa despercebida. Como indicam Reino e Endo (2011),

[...] a aceitação imediata da alteridade é metapsicologicamente impossível. Há uma série de obstáculos que se opõem ao reconhecimento do outro. Nesse sentido e antes, a questão que devemos responder é por que a alteridade é vivida como uma

ameaça? E uma resposta possível está nessa oposição entre narcisismo e diferença. (p. 17)

Ora, estes autores sustentam que, enquanto amor a si mesmo, o narcisismo é de tal modo rígido e conservador que acaba por se configurar diversas vezes nos escritos freudianos como o polo de oposição ao reconhecimento da diferença, sendo todo desvio trazido pelo outro sentido como ameaça à integridade narcísica do ego. Na mesma linha de argumentação, Costa (1988) já pontuava que o narcisismo vai conferir ao aparelho psíquico uma instância especializada em evitar mudanças, que tem como tendência resistir às alterações na estrutura psíquica, mantendo a integridade da representação da unicidade, continuidade e ipseidade do sujeito. O autor fala de um mecanismo de “compulsão à síntese” no ego narcísico, que tem como função manter o *status quo* e a imagem do ego de unificação.

O reconhecimento do diferente se opõe ao narcisismo, e para que o outro seja reconhecido como tal, há de ocorrer necessariamente uma mudança psíquica. Nunca há um acesso à alteridade que não passe por alterações no psiquismo. (REINO; ENDO, 2011, p. 18)

As bases para a compreensão desta operação de reconhecimento da alteridade, contudo, encontram-se colocadas desde 1915, em um artigo metapsicológico no qual a presença do narcisismo fica por vezes em segundo plano, mas é de especial relevância para nosso desenvolvimento. Trata-se de “Os instintos e seus destinos” (1915/2010), particularmente no que diz respeito à constituição psíquica da ambivalência afetiva, calcada na relação complexa entre o amor e o ódio articulada às polaridades sujeito (ego) – objeto (mundo externo) e prazer – desprazer. Freud pontua como estas polaridades antitéticas não se confundem entre si, mas estabelecem conexões significativas umas com as outras.

Segundo ele, “dentro” e “fora” se encontram originalmente com seus contornos imprecisamente definidos, uma vez que ainda não houve um processo de unificação narcísica que diferenciasse o ego do mundo externo. Conforme esta diferenciação vai sendo progressivamente forjada, efetua-se uma operação narcísica de acordo com a qual o ego, sob a regência do princípio de prazer, introjeta em seu interior os objetos oferecidos pelo mundo externo, na medida em que são fontes de prazer, e expulsa de si aqueles que são motivo de desprazer. Esta operação de distinção sujeito (ego) – objeto (mundo externo) é realizada, portanto, a partir do critério do prazer – desprazer, de modo a se forjar um “purificado ego-desprazer”, que põe o atributo do prazer acima de qualquer outro:

O mundo externo se divide para ele em uma parte prazerosa, que incorporou em si, e um resto que lhe é estranho. Ele segregou uma parte integrante do próprio Eu, que lança ao mundo externo e percebe como inimiga. Após esta reordenação, restabelece-se a coincidência das duas polaridades: eu-sujeito – com o prazer; mundo externo – com o desprazer. (FREUD, 1915/2010, p. 75)

Através da conceituação de um “purificado ego-de-prazer”, mostra Freud que, inicialmente, o que fica expulso do ego é alvo de ódio, de modo que o que está fora precisa ser atacado para manter o ego coeso. Ora, o que Freud acaba por concluir é que os modelos da relação de ódio em direção ao objeto, à alteridade e à diferença seriam, desta maneira, provenientes da luta do ego por sua conservação e afirmação narcísicas, de modo a sublinharmos como a destrutividade é inerente ao funcionamento narcísico. Segundo ele, “Enquanto relação com o objeto, o ódio é mais antigo que o amor, surge da primordial rejeição do mundo externo dispensador de estímulos, por parte do Eu narcísico” (FREUD, 1915/2010, p. 79).

É neste sentido que toma forma a estranheza da expressão “narcisismo das pequenas diferenças”, a qual compreende um narcisismo que não se opõe à diferença, mas, ao contrário, está a ela atrelado. Em “O tabu da virgindade” (1917d/2013), a expressão aparece no seguinte trecho:

Em palavras que pouco se diferenciam da terminologia habitual da psicanálise, Crawley afirma que cada indivíduo separa-se dos outros mediante um “*taboo of personal isolation*”, e que justamente as pequeninas diferenças, dentro da semelhança geral, motivam os sentimentos de estranheza e hostilidade entre eles. Seria tentador perseguir essa ideia e derivar desse “narcisismo das pequenas diferenças” a hostilidade que em todas as relações humanas combate vitoriosamente os sentimentos de solidariedade e sobrepuja o mandamento de amor ao próximo. (p. 374)

Nesta passagem, cabe ressaltar como Freud se aproxima da ideia de que tal narcisismo das pequenas diferenças – derivado da expressão “*taboo of personal isolation*”, do antropólogo social A. E. Crawley – poderia ser a chave de entendimento para a hostilidade inerente a todos os vínculos humanos, oposta à solidariedade e à obediência ao mandamento cristão de “amar o próximo como a si mesmo”. Nesta acepção, depreende-se que o narcisismo está colocado como guardião da unidade egoica, cuja defesa se dá via hostilidade frente à alteridade.

Este será um tema desenvolvido por Freud de maneira privilegiada no que concerne à formação de grupos, apesar de a ela não se restringir. Em “Psicologia das massas e análise do eu” (1921/2011), o narcisismo das pequenas diferenças precisa ser suspenso temporariamente

em um primeiro momento para que os membros no interior da massa possam suportar a especificidade do outro e, assim, supondo-se todos os membros como indiferenciados, perfazer um grupo coeso.

Mas toda essa intolerância desaparece, temporariamente ou de maneira duradoura, por meio da formação da massa e dentro da massa. Enquanto perdura a formação de massa, ou até onde se estende, os indivíduos se conduzem como se fossem homogêneos, suportam a especificidade do outro, igualam-se a ele e não sentem repulsa por ele. Segundo nossas concepções teóricas, tal limitação do narcisismo pode ser produzida apenas por um fator, pela ligação libidinal a outras pessoas. O amor a si encontra limite apenas no amor ao outro, amor aos objetos. (FREUD, 1921/2011, p. 58)

O narcisismo das pequenas diferenças não se restringe ao campo das massas, mas diz respeito a toda e qualquer relação humana. Na última frase destacada por nós, Freud afirma que “o amor a si encontra limite apenas no amor ao outro”, o que pode ser transcrito da seguinte forma: para que se possa investir libidinalmente nos objetos, é preciso que o investimento no próprio ego seja limitado; mais ainda, para que se estabeleça uma relação autêntica com o outro, é necessário suspender o amor por si mesmo e reconhecer a alteridade do outro.

Após ter postulado o segundo dualismo pulsional e já mais perto do fim de sua obra, Freud irá retornar ao narcisismo das pequenas diferenças em “O mal-estar na civilização” (1930/2010). Um dos argumentos fundamentais defendidos por ele neste texto refere-se à dupla renúncia a que estão submetidos os seres humanos na vida em sociedade: por um lado, a renúncia à satisfação imediata das pulsões de vida, tendo em vista o efeito regulador do princípio de realidade; por outro, a renúncia ao pendor destrutivo do homem veiculado através de sua pulsão de morte. O resultado final disso é a dificuldade de se viver em sociedade, tendo em vista que a cultura imponha limites tanto à sexualidade quanto à hostilidade de seus membros.

Entretanto, Freud aponta como ainda há lugares no interior da cultura em que é possível satisfazer a destrutividade da pulsão de morte em pequenas doses, e é aí que entra o narcisismo das pequenas diferenças:

Sempre é possível ligar um grande número de pessoas pelo amor, desde que restem outras para que se exteriorize a agressividade. Certa vez discuti o fenômeno de justamente comunidades vizinhas, e também próximas em outros aspectos, andarem às turras e zombarem uma da outra, como os espanhóis e os portugueses, os alemães do norte e os do sul, os ingleses e os escoceses etc. Dei a isso o nome de “narcisismo das pequenas diferenças”, que não chega a contribuir muito para seu esclarecimento. Percebe-se nele uma cômoda e relativamente inócua satisfação da agressividade,

através da qual é facilitada a coesão entre os membros da comunidade. (FREUD, 1930/2010, p. 80-81)

A citação retoma o que ele já apresentara no texto de 1921, mas a ênfase não é mais colocada nos fatores de união do grupo, e sim sutilmente deslocada, o que é digno de nota. O que aparece aqui é que a união e a coesão de um grupo podem ser feitas através da eleição de um objeto ao qual se destina a pulsão de morte, sobre o qual se satisfaça a agressividade. Neste sentido, “a ênfase freudiana não já recai sobre a unificação de um grupo, o acento agora está do outro lado, o da exclusão, da rejeição do outro e da pulsão que é a ele destinada. [...] O outro passa a ser receptáculo da pulsão de morte” (REINO; ENDO, 2011, p. 23-24), de modo tal que um grupo pode se unir porque há outro a quem se pode odiar e hostilizar.

O narcisismo das pequenas diferenças constitui-se, assim, em uma noção multifacetada e complexa na teoria psicanalítica. Ela está intrinsecamente relacionada ao narcisismo, tendo em vista que se refere a como se forma e se mantém coesa uma unidade – seja do ego, seja da massa –, mas também está relacionada à pulsão de morte, ponto por vezes negligenciado na metapsicologia freudiana. Sua relevância para nossa discussão é que a unidade egoica só pode ser mantida se houver um outro ao qual se destine a destrutividade da pulsão de morte.

### **5.7.2 A transgressão dos limites do outro na perversão**

Na perversão, a recusa da alteridade que se expressa via relação de domínio tem como propósito abolir as diferenças para lhes substituir por um gradiente de poder. A problemática perversa aponta, portanto, não apenas para uma recusa da castração em que se desempenha um conflito insustentável entre a posse e a falta do objeto fálico, nem mesmo entre as posições masculina e feminina, mas, mais fundamentalmente, para uma dimensão mais arcaica, em que é o par de opostos ativo e passivo que assume a primazia da cena. O sujeito afirma onipotentemente a detenção de um poder absoluto sobre o outro, como se ele pudesse transgredir todas as leis universais e escapar ileso. Na impossibilidade desta afirmação ser feita, o sujeito estaria confrontado às suas próprias falhas, à sua impotência, à sua passividade diante do outro, ao seu desamparo originário, narcisicamente insuportáveis.

As manobras perversas – quaisquer que sejam seus conteúdos – pretendem sustentar a ilusão narcísica de onipotência do sujeito, em detrimento do reconhecimento da alteridade, a qual passa a ser recusada. Ao afirmar-se narcisicamente, o amor voltado ao próprio ego do sujeito sustenta a ilusão de que ele é mestre e centro do mundo, de modo a não haver espaço

para o outro em uma relação. Além disso, parece-nos que o perverso almejaria destruir a própria realidade, criada a partir das diferenças, para instaurar uma autoengendrada, autocentrada, em que as diferenças seriam abolidas – assumindo, assim, o lugar do Criador, narcisicamente onipotente, desafiador das leis divinas.

Como sustentamos até aqui, o perverso estabelece com o mundo que o cerca um modelo de relação objetal conformado em torno da polaridade ativo-passivo, cuja característica essencial reside no domínio do objeto, de modo que o par sujeito-objeto encontraria sua expressão ideal na dupla mestre-escravo: “você é meu objeto, eu faço de você o que eu quero e você não tem nenhuma possibilidade de se opor” (GRUNBERGER, 1959/1960, p. 143, tradução nossa). O essencial para o sujeito fixado neste modo de funcionamento é ocupar uma posição de superioridade face ao objeto, de afirmação de poder – posição que buscará salvaguardar a todo preço, compulsivamente:

O objetivo final é o triunfo total do sujeito sobre o objeto, o que implica ao objeto ser atacado e gradualmente degradado para ser finalmente despojado de todas suas características essenciais que o individualizam e tornar-se uma substância anônima sem existência própria, um dejetivo. (GRUNBERGER, 1959/1960, p. 150, tradução nossa)

De fato, ao triunfar narcisicamente sobre o objeto e, por conseguinte, moldar a realidade a seu bel prazer, o perverso acaba por se propor como “profeta de uma nova lei”. “Sua Majestade, o perverso” é autoproclamado senhor e mestre de um mundo criado por ele próprio, no qual os outros seriam apenas joguetes descartáveis para satisfazê-lo em seu narcisismo. Não há espaço para identificações e investimentos edípicos, não há terceiro, pois é o tempo “auto” que predomina. O sujeito permanece fixado a este modo de relação entre um dominante e um dominado, reflexo de sua relação primária com o objeto materno, mas agora em uma oposição invertida, tingida pela vingança.

Evidencia-se, deste modo, o que toda perversão – seja ela sexual ou não – tem de fundamentalmente sádico, cujo modo de relação objetal aparece marcado pela redução da subjetividade do outro a um magma indiferenciado. Esta mistura – ausência de limites – é a essência do sadismo, no que se poderia chamar de “*transgressão*” – nada é mais prazeroso para o perverso do que a transgressão dos limites do outro, do que a destruição da realidade e a criação de uma nova, em que as diferenças foram abolidas.

A própria etimologia da palavra nos incita a pensar neste sentido: proveniente do latim *transgressio*, de *trans*, “através” e *gradi*, “passar”, transgredir implica em um “passar para o outro lado”, “atravessar”, “ultrapassar”. Em geologia, a expressão “transgressão marinha” diz

respeito a um movimento do mar que transborda nas áreas continentais vizinhas, invadindo o continente e levando tudo com ele, sem que se possa mais ver o limite entre o mar e a costa, ultrapassado e excedido (CARDOSO, 2002/2010; MARTY, 2006; LIPPI, 2009).

Como metáfora de um atravessamento pulsional no território egoico, Cardoso (2002/2010) fala de uma “transgressão pulsional”, expressão que invoca a noção de fronteira, de limite. Nestas situações singulares em questão, tal transgressão traduz a invasão pulsional do ego do sujeito, destarte passivo e submetido aos imperativos da lei da pulsão, frente à qual se erige uma formação defensiva radical, marcada pela inversão passivo-ativo e pela afirmação de onipotência. Como resposta psíquica extrema, o ego do sujeito se defende da transgressão de seus limites e da ameaça de suas fronteiras através do domínio do outro, da transgressão dos limites do outro.

A relação narcísico-objetal instaurada entre o perverso e sua vítima aparece, portanto, marcada pela cristalização do domínio, que traduz uma tendência muito fundamental de recusa da alteridade, *recusa narcísica de reconhecimento da diferença*:

Através da recusa da alteridade, e a conseqüente transgressão das fronteiras do outro [...], tenta-se uma dominação-limite por apropriação, último recurso para inscrever, ainda que no corpo do outro, a marca traumática, marca de um ataque, de uma transgressão pulsional, além do princípio do prazer, além do representável. (CARDOSO, 2002/2010, p. 112)

A recusa da diferença está, portanto, na base da problemática perversa, como resposta defensiva extrema de um ego ilusoriamente onipotente, na tentativa de dominar a transgressão pulsional via domínio do outro por apropriação violenta, mas que permanece, entretanto, dominado pelo objeto interno, em um estado de servidão ao outro, passividade radical (CARDOSO, 2014).

A transgressão aqui em causa não diz respeito, por conseguinte, apenas à infração da lei edípica e da castração, à confrontação com a lei paterna e com os limites impostos ao sujeito pela cultura, mas aponta, mais fundamentalmente, para a impossibilidade de interiorizar esta lei diante da violência de um objeto interno ameaçador da integridade narcísica do sujeito. Em resposta, o perverso pretende, assim, através da destruição, assumir o lugar do Criador – mas um Criador marcado pela desmesura e pelo desafio que lança constantemente ao deus-Pai. Se a atividade criadora do Pai estaria explicitamente circunscrita a diferenciar as coisas, separá-las e dividi-las, colocando cada uma em seu lugar, desfazendo o caos e separando a luz das trevas, o dia da noite, a terra dos mares, e assim por diante; o mundo da perversão seria aquele da violência, do excesso, do exagero, da desmesura –, no

qual está em jogo a transgressão dos limites do outro, sua inteira subversão. Se a lei do deus-Pai é construída em torno da diferença, seja ela diferença dos sexos, diferença geracional, diferença das zonas erógenas etc., o perverso, diante do desejo de roubar de deus-Pai seu poder, cria um mundo de indiferenciação, na tentativa de voltar ao caos original, ao mundo indiferenciado em que reina sua identificação com a onipotência materna.

Neste sentido, pretendemos sustentar como a restrição das perversões ao mecanismo da recusa da castração é insuficiente para dar conta de uma série de questões narcísicas que lhe antecedem logicamente e lhe prefiguram. No momento de passagem pelo complexo de Édipo, toda a dinâmica interna irá se reconfigurar de maneira fundamental, mas tal reconfiguração só pode ser feita a partir das bases narcísicas do psiquismo do sujeito. Ao sustentarmos a existência de fraturas e entraves na constituição narcísica na perversão, estamos chamando a atenção para todo este arcabouço que será determinante para sua passagem.

Se o conflito edípico vem para organizar o caos simbólico no qual o sujeito se encontra, a qualidade de seu estabelecimento vai estar referida às suas condições prévias: toda a violência intrusiva da sedução envolvida na relação objetal primária; a precaridade da mediação do imperativo de gozo de um superego tirânico, cuja força do ataque pulsional tem trânsito livre; os desafios impostos à consolidação da qualidade das fronteiras narcísicas pela cristalização do ego ideal à custa do ideal do ego; e a fixação e a regressão aos estádios pré-edípicos de organização da libido, dentre outros, são marcos essenciais que precisam ser levados em consideração. Nas perversões, como pretendemos demonstrar, não apenas devemos ir contra a negligência da dimensão narcísica, mas, mais fundamentalmente, reconhecer seu papel inescapável na compreensão teórico-clínica desta problemática.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“Todos os três segmentos: gozo, não-reconhecimento e onipotência estão em pleno exercício na atualidade. Seja do ponto de vista político, social, cultural, seja do individual, os três estão dirigidos à eliminação do outro. Outro que não serve mais, que não tem função, que não representa limite, que não tem limite que o proteja; o outro que é cada um de nós.”*

M. I. O. Szpacenkopf, “Perversão social e reconhecimento na atualidade” (2011)

Se o objetivo principal desta tese foi precisar as bases metapsicológicas para perscrutar o que, na história da construção subjetiva de certos sujeitos, os levaria a se organizar em um funcionamento marcadamente perverso, sustentamos ao longo de nosso percurso que, para “aquém” da problemática edípica incontornável, é preciso lançar luz em igual medida sobre o processo de constituição narcísica destes sujeitos, o qual possui reverberações fundamentais em sua conformação e em seu atravessamento.

As bases narcísicas da perversão apontam para um fechamento destrutivo no amor de si mesmo, em que não há espaço para o reconhecimento do outro. Estamos, portanto, no campo da *recusa radical da diferença*, da desqualificação do outro enquanto sujeito, a qual se configura como resposta defensiva de um ego fraturado, precariamente integrado e invadido por uma torrente pulsional violenta que o ultrapassa e transgride, pondo seus limites e suas capacidades de elaboração em xeque. A problemática perversa tem em seu fundamento um ego narcisicamente ferido, que precisa manter-se ilusoriamente unificado, afirmando-se em sua onipotência infantil. As manobras de domínio do objeto externo por apropriação violenta representam uma tentativa extrema do ego de sobrepujar a transgressão pulsional, mas permanecendo, entretanto, submetido ao domínio do objeto interno, em um estado de servidão ao outro, passividade radical.

Vimos como a recusa de reconhecimento da diferença na perversão está calcada em uma prerrogativa do narcisismo, segundo a qual os modelos da relação de ódio em direção ao objeto, à alteridade e à diferença seriam provenientes da destrutividade inerente a uma faceta do funcionamento narcísico, que se organiza como guardião da unidade egoica através da hostilidade frente à alteridade. A recusa da diferença é, neste sentido, a contrapartida da afirmação da onipotência narcísica: “Sua Majestade, o perverso” afirma-se narcisicamente em sua relação com o objeto externo através da face onipotente do ego ideal.

Afirmamos com Balier e Prodolliet (2009) e Bouchet-Kervella (2016) que, nas perversões, o domínio e uso da vítima não implicam em uma busca de prazer sexual, mas na

afirmação de onipotência narcísica, combatendo assim a todo custo o ressurgimento repentino de uma angústia de passivação aterrorizante vivenciada bem no início da vida com o objeto materno. Isto porque ao longo do processo de constituição narcísica, estes sujeitos parecem ter estabelecido com o objeto primário uma relação muito precária. Como pontuamos, baseando-nos, sobretudo, no pensamento de J. Laplanche, neste caso, a criança teria sido vítima passiva de uma agressão perverso-narcísica, intromissão físico-psíquica da sexualidade materna, percebida, em seu universo psíquico, como objeto interno “indomável” que provoca efração de seu ego em formação, transgredindo seus limites.

Esta relação inicial implicou na transmissão intrusiva de marcas irrepresentáveis que não puderam ser inscritas psiquicamente em termos de representações, mas permaneceram como enclaves. Nessas condições, tais enclaves não foram suprimidos, mas mantiveram-se ativos em sua dor irrepresentável e não recalçável, restando ao psiquismo utilizar-se de um mecanismo defensivo primário de recusa – “recusa ao ego”, como a chama Roussillon (1999) –, com o intuito de ejetar os afetos aterrorizantes para fora do espaço intrapsíquico e, assim, dissociá-los do ego em formação. Como aquilo que foi clivado permanece presente inconscientemente, estes objetos encravados vão ser constantemente reativados alucinatoriamente no momento do encontro com a vítima. A dominação desta implicará na “injeção projetiva” (WAGNER, 2012) da angústia de passivação que fora expulsa do sujeito, em proveito da afirmação narcísica do ego do perverso.

As relações com o outro são muito pobres, mal diferenciadas, antes de tudo marcadas por um terror generalizado da passividade, esta remetendo ao horror da situação de dependência absoluta do bebê. A representação identitária se agarra a um ego ideal onipotente, espécie de “fiador da existência”, destinado a negar a amplidão do desamparo infantil e a exorcizar o terror da passividade. (BOUCHET-KERVILLA, 2016, p. 702, tradução e grifo nossos)

A ideia do ego ideal como “fiador da existência” aponta para a cristalização da imagem de “Sua Majestade, o perverso”, a qual precisa ser reiteradamente afirmada em sua onipotência na relação com o outro. Estabelece-se entre o perverso e o objeto um jogo de troca de posições em que, frente ao ataque interno, eminentemente pulsional, vivido passivamente, o ego do sujeito busca recobrar a atividade, então passando ao ato, dominando o objeto externo e afirmando-se onipotentemente, numa tentativa de superar a situação de passividade.

O que vimos ao longo de nosso percurso é que este ataque pulsional interno adviria de um superego tirânico (CARDOSO, 2002), frente ao qual o ego, nas perversões, parece

responder de maneira muito singular, identificado às exigências deste superego violento. Os imperativos superegoicos tentam tyrannizar o ego ao submetê-lo à sua violência, humilhá-lo diante de suas exigências e manipulá-lo através de seu poder; entretanto, o ego do perverso acaba por realizar uma manobra de inversão em que parece conseguir sair desta submissão e passar a ativo, agora submetendo, humilhando e manipulando o objeto externo.

O superego estabelece com o ego uma relação de vassalagem, na qual o ego identifica-se com o poder tirânico do superego, “jurando-lhe” absoluta fidelidade, em troca de não ser por ele destruído. No cenário perverso, é o superego tirânico, violento e sádico quem goza, sendo o ego seu instrumento de exercício de poder. Nesta relação, o superego é veículo da força pulsional mortífera e do imperativo categórico de gozo absoluto que lhe subjaz, frente ao qual não há limite. Aqui reside o fundamento da complexa relação que o perverso estabelece com a alteridade e com a realidade: se não há limite para o gozo, não se trata de algo mediado ou secundarizado – edípico, se quisermos acrescentar –, mas sim de uma força pulsional transgressora, que funciona apenas sob a própria lei, *lei da pulsão*.

Para chegarmos a esta construção, foi-nos necessário analisar os meandros da sedução materna, bem como sua imbricação na relação de domínio, que, nestes casos, encontra-se marcada por um caráter violento e traumático “intraduzível” (LAPLANCHE, 1988). Isto porque o superego tirânico seria forjado justamente pelos elementos encravados advindos da intromissão violenta e não traduzível da sexualidade alteritária na tópica psíquica. O caráter intrusivo da relação objetal primária constitui-se como modelo da relação de domínio de caráter perverso, a qual tem lugar quando os elementos intraduzíveis do próprio adulto são transmitidos de maneira atuada por ele em relação à criança. Se a sedução pode ser considerada como protótipo de toda relação de domínio, sua dimensão perversa aparece quando há um abuso do poder sobre outrem, que implica o caráter unilateral do exercício do domínio. Sobretudo, é quando a mãe procura “eternizar” esta relação de poder através da sedução que a violência do domínio aparece em sua face perversa.

Estamos diante de um adulto excessivamente excitante, cuja sedução é vivenciada como ataque, que desperta na criança uma série de afetos não manejáveis, sem a eles dar um destino. Vimos ainda como, na problemática perversa, o ataque do adulto dá lugar ao contra-ataque da criança, cujo caráter de vingança se focaliza justamente no personagem sedutor – a mãe ou aquele que toma seu lugar (BONNET, 2008; STOLLER, 1975/2014). A vingança, deste modo, se realiza por dois caminhos: por um lado, o perverso busca repetir na relação com o outro, um “substituto” materno, o que supõe lhe ter sido feito por esta figura, daí a tentar lhe infligir todo o sofrimento que fora seu; por outro lado, ele visa a fazer desaparecer a

mensagem que ele encarnou ao projetar sobre o outro os efeitos dessa mensagem, na tentativa de fazer desaparecer a subjetividade do outro, acachapando sua alteridade. Quando o perverso inverte o sofrimento que ele próprio sentiu em sofrimento infligido ao outro, tornando-o condição para o seu próprio gozo, ele estaria reconstituindo o cenário da sedução originária, colocando o outro na posição passiva, por inversão, na tentativa extrema de se livrar da intromissão do outro primário.

Como sublinhamos, o caráter de vingança contra o objeto materno intrusivo convoca o mecanismo denominado por nós de “identificação com o sedutor”, o qual se configura como uma modalidade de transformação psíquica que corresponderia a uma maneira de reverter a impotência em que tais sujeitos foram colocados em sua relação primária em onipotência. O sujeito identifica-se com a onipotência do sedutor, sendo que, ao incorporar a onipotência do outro, esta se torna, por conseguinte, sua própria. Aprisionado em um modelo relacional primário marcado pelo domínio do outro, a vingança que o sujeito pôde estabelecer é a inversão deste domínio sobre o objeto, na tentativa de triunfar narcisicamente em um cenário forjado por ele.

Ao transformar o passivo em ativo, em que infligir é prioritário ao sofrer, o sujeito cristaliza em sua vítima a angústia de passivação experimentada inicialmente. O outro será sadicamente tratado, invadido, aviltado e atacado, para dar sustentação à ilusão de triunfo narcísico do perverso. As manobras perversas se configuram como movimento psíquico extremo para dominar o objeto interno “encravado”, para exercer o controle onipotente sobre ele. Aprisionado nesta relação de domínio com o outro, em que ambos permanecem petrificados nas posições de mestre e de escravo, sem possibilidade de troca, as relações objetais findam por ser desvitalizadas em função da necessidade de afirmação narcísica do perverso.

Para dar sustentação a estas ideias, foi-nos necessário recuperar uma série de indicações deixadas por Freud a partir da introdução do narcisismo em sua metapsicologia, mas que por vezes foram deixadas de lado nas considerações sobre as perversões. Ao resgatarmos a face destrutiva do narcisismo, a partir das perspectivas de H. Rosenfeld, A. Green e R. Roussillon, mostramos como, para além de seus aspectos libidinais evidentes, o narcisismo pode também implicar uma resposta destrutiva e absolutamente perigosa que, em seu limite, conduz o sujeito a um fechamento no amor de si mesmo – em que não há lugar para o outro – até o extremo de sua própria destruição. A dualidade do narcisismo nos serviu para sustentar metapsicologicamente o modo perverso de funcionar, calcado, como sustentamos, na afirmação da onipotência e na recusa da diferença.

Dentro deste campo de articulação entre o narcisismo e a perversão, uma configuração clínica particular chamou nossa atenção. Descrito inicialmente por P.-C. Racamier e A. Eiguer, a “perversão narcísica” se caracteriza pela necessidade e prazer prevalentes de um indivíduo se fazer valer narcisicamente a expensas do narcisismo de outrem. Trata-se de sujeitos profundamente feridos em seu narcisismo, e cujo valor próprio só é reencontrado através da desvalorização do outro. Através de manobras e condutas pragmaticamente organizadas, o perverso narcísico está em busca de um prazer específico, somente obtido ao destituir o outro de seu valor subjetivo. O domínio do perverso narcísico se faz de tal modo que os traços narcísicos de suas vítimas, ligados à construção da estima de si e de uma moral própria, ficam comprometidos em detrimento do seu domínio.

Entretanto, sublinhamos que a perversão narcísica poderia ser um constructo teórico muito mais abrangente se o considerássemos não apenas como mais uma categoria psicopatológica específica, mas sim como modelo de funcionamento da própria perversão. A perversão narcísica aponta para características que, de acordo com a nossa leitura, não estariam restritas a uma entidade clínica específica dentro do espectro das perversões, mas seriam próprias de todas as respostas perversas.

A importância da dimensão narcísica para a consideração das perversões foi introduzida por nós a partir do resgate de determinadas indicações presentes já na obra freudiana. No entanto, não se encontra em Freud uma teorização unificada dos processos psicopatológicos envolvidos na perversão. Ao longo do desenvolvimento e dos remanejamentos da metapsicologia, esses processos se organizam a partir de diferentes modelos sucessivos – mas não necessariamente inter-relacionados –, que conferem à perversão um caráter instável em sua obra.

Discernimos, então, três “tempos” da perversão ao longo da teorização freudiana. Sem pretender fazer uma análise exaustiva, mas acompanhar os desdobramentos desses tempos na análise de Freud das perversões, retomamos seu contraponto com a neurose, como seu negativo; a importância da teorização a respeito do complexo de Édipo para a gênese das perversões sexuais; e, por último, o peso dado ao modelo do fetichismo para a compreensão das perversões, bem como aos mecanismos defensivos específicos da perversão, como a recusa da castração e a clivagem do ego.

Nossa crítica feita à leitura de Freud por seus comentadores nas produções psicanalíticas foi o centramento – insuficiente, por um lado, e, de certa forma, não efetivamente absoluto no próprio pensamento de Freud, como demonstramos – na conceituação teórica acerca deste terceiro “tempo”, calcado no fetichismo, na recusa da

castração e na clivagem do ego. Apesar de o modelo do fetichismo, e seus mecanismos correlatos diante da angústia de castração, ser incontestavelmente imprescindível na consideração das organizações psíquicas perversas, não se pode negligenciar toda uma série de construções metapsicológicas que não se confinam à problemática edípica e que vêm, igualmente, iluminar o entendimento das perversões, nem desconsiderar as contribuições de autores que se dedicaram exaustivamente às expansões teórico-clínicas do campo das perversões.

A importância do retorno que fizemos a Freud se consolidou em torno do fato de que o próprio autor não se restringiu a analisar a perversão unicamente a partir da dimensão edípica e de sua recusa. A leitura clássica de Freud pelos analistas conferiu ao modelo do fetichismo uma amarração teórica que não necessariamente se encontra presente no pensamento freudiano, marcado por uma polimorfia e polifonia correlatas ao seu próprio objeto de estudo. A perversão marca as grandes reviravoltas do percurso freudiano – mesmo que a ela não seja dada a devida relevância – e é no campo da teoria da sexualidade e da definição da pulsão que ela assume sua mais reconhecida importância.

Estando diretamente imbricada na constituição do que o discurso psicanalítico definiu como a sexualidade humana, perversamente polimorfa, foi-nos de grande interesse resgatar as raízes arqueogenealógicas e epistemológicas deste discurso, a partir das leituras de M. Foucault e G. Lantéri-Laura, que apontam para o desvio subversivo feito por Freud ao discurso médico-científico no qual estava inserido. Desde seu nascimento, a Psicanálise redefiniu completamente a sexualidade, desvinculando-a da limitação à sua concepção biologizante, o que provocou significativo abalo à estrutura moral vigente de sua época.

Se até então o discurso médico-científico, por mais que se pretendesse neutro e asséptico, mantinha suas raízes na moral judaico-cristã e nas práticas jurídicas a ela associadas, a “descoberta” freudiana veio revolucionar a compreensão da subjetividade humana, cuja constituição psíquica não pode ser separada da sexualidade e, por conseguinte, da própria perversão. Como sustenta a subversão freudiana, as perversões não fazem parte apenas de uma bizarrice no campo das práticas sexuais, mas é a dimensão inescapável da própria sexualidade. A dimensão perversa evidencia que é a singularidade de uma história – em suas fixações e regressões, transgressões e limites –, e não uma suposta natureza, que a conforma.

Sustentamos ao longo desta tese que o narcisismo domina o quadro de maneira tirânica nas perversões, recusando tudo aquilo que não diz respeito ao amor de si mesmo e impossibilitando o investimento do outro tomado em sua dimensão subjetiva. Entretanto, cabe

pontuar que nossa tese não se constituiu em deixarmos de lado a importância classicamente dada ao mecanismo de recusa da castração em relação ao conflito edípico e substituí-la pela prevalência da recusa da alteridade e de reconhecimento da diferença e a problemática narcísica a elas subjacente. O registro do narcisismo por si só não é suficiente para dar conta do que fundamenta a resposta da perversão – nem o registro edípico. É justamente o modo como os registros primário, narcísico e secundário, edípico, se articulam entre si que determina o funcionamento e as organizações defensivas prevalentes no psiquismo. Não se tratou, portanto, de ignorar a dimensão edípica, mas de chamar atenção para a problemática narcísica que a antecede logicamente e está intimamente a ela ligada.

Uma análise como a nossa abre vias de investigação de uma série de fenômenos próprios à contemporaneidade, nos quais está envolvida a retomada da questão do domínio do outro e do poder implicado nesta relação; a especificidade do funcionamento das instâncias ideais; os pontos de entrecruzamento e de separação entre a perversão e as adições, por exemplo. Estes são apenas alguns dos desdobramentos que nossa análise pode suscitar.

É, no entanto, no que concerne à clínica psicanalítica contemporânea que encontramos um campo profícuo para a consideração da articulação do narcisismo com as perversões. Atualmente, temos visto como a problemática do vínculo com o outro é algo que se apresenta cada vez mais de maneira precária. Se a prevalência do operador analítico dos fenômenos psíquicos tem progressivamente se deslocado da organização do conflito edípico para as particularidades do processo de constituição narcísica, vemos como a questão do vínculo nas relações humanas, especialmente no nível primário, merece especial atenção na clínica contemporânea.

Esta se depara frequentemente com casos marcados pela problemática perversa, desafiando a técnica clássica em sua dimensão ética, como também trazem questionamentos para a metapsicologia. São casos em que os dispositivos técnicos são insuficientes, em certa medida, posto que baseados em constructos teóricos ainda muito pouco desenvolvidos. Se levarmos em consideração que a clínica é responsável pelos remanejamentos da teoria psicanalítica como um todo, temos na perversão um campo riquíssimo de potencialidades teóricas a serem exploradas.

Se a relação narcísico-objetal do perverso aparece caracterizada pela recusa do reconhecimento da diferença, pela recusa da alteridade, a alteração do estatuto do outro na tópica psíquica engendra a possibilidade terapêutica mais viável para estes casos, permitindo um movimento do ego que ofereça a possibilidade de apropriação da alteridade radical interna e o advento de uma nova posição subjetiva, agenciada pela “afirmação da alteridade”

(CARDOSO, 2002). Tal movimento teria como função progressivamente “des-cristalizar” a fixidez e a inércia implicadas no funcionamento perverso – tarefa extremamente complexa e de difícil manejo clínico.

O perverso está sempre à procura de um objeto que nunca teve, ou que nunca foi “suficientemente bom” para lidar com o delicado equilíbrio narcísico-objetual em sua conformação, de modo tal que seu narcisismo parece ter sido prejudicado pelas manobras deletérias e desqualificadoras de seus objetos primários. Assim, “se recusamo-nos a acolher o apelo que ele nos lança, nós perderemos provavelmente uma ocasião para lhe permitir encontrar outra via que não a utilitária a fim de satisfazer seu apetite relacional” (EIGUER, 1989/2003, p. XIV, tradução nossa). E, ainda, “nada é mais importante do que ajudá-los a reconstituir – a constituir – a pele despedaçada de seu ego” (RACAMIER, 1987-1992/2012, p. 41, tradução nossa).

## REFERÊNCIAS

- ABDELOUAHED, H.; LAUFER, L. Argument. *Cliniques Méditerranéennes*, n. 85, p. 5-6, 2012.
- ABDO, C. H. N. A evolução do conceito de parafilias. *Revista Debates em Psiquiatria*, ano 6, n. 4, p. 36-41, jul./ago. 2016.
- ANDRÉ, J. Les destructions de Narcisse. *Revue Française de Psychanalyse*, v. 78, p. 61-67, 2014.
- \_\_\_\_\_. Lettres de sang. In: ANDRÉ, J.; CHABERT, C.; GUYOMARD, P. (Orgs.). *La perversion, encore*. Paris: PUF, 2015. p. 11-14.
- ASSOUN, P.-L. Freud aux prises avec l'idéal. *Nouvelle revue de psychanalyse*, n. 27, p. 85-123, 1983.
- AULAGNIER, P. O espaço no qual o eu pode constituir-se (1975). In: \_\_\_\_\_. *A violência da interpretação*. Rio de Janeiro: Imago, 1979. p. 105-169.
- BALIER, C. L'antinomie anéantissement – toute-puissance et la phobie originaire. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *La violence en Abyme*. Paris: PUF, 2005. p. 301-314.
- \_\_\_\_\_.; PRODOLLIET, B. Du sacrifice à la toute-puissance. Les préalables de la relation à l'objet. *Revue Française de Psychanalyse*, v. 73, n. 1, p. 69-80, 2009.
- BARROS, E. M. R. Prefácio à edição brasileira. In: ROSENFELD, H. *Impasse e interpretação: fatores terapêuticos e antiterapêuticos no tratamento psicanalítico de pacientes neuróticos, psicóticos e fronteiriços*. Rio de Janeiro: Imago, 1988. p. 9-30.
- BENEVIDES, P. S. Verdade, liberdade e sexualidade em *A vontade de saber*. *Política & Trabalho – Revista de Ciências Sociais*, n. 38, p. 233-250, 2013.
- BERTRAND, M. L'identification à l'agresseur chez Ferenczi : masochisme, narcissisme. *Revue Française de Psychanalyse*, v. 73, n. 1, p. 11-20, 2009.
- BIRMAN, J. A perversão no social. In: PEIXOTO JR., C. A. *Metamorfoses entre o sexual e o social: uma leitura da teoria psicanalítica sobre a perversão*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- BLEICHMAR, H. *El narcisismo: estudio sobre la enunciación y la gramática inconsciente*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1981.

\_\_\_\_\_. *Introducción al estudio de las perversiones: la teoría del Edipo en Freud y Lacan* (1976). 2ª ed. El Salvador, Argentina: Helguero, 1978.

BONNET, G. *La perversion: se venger pour survivre*. Paris: PUF, 2008.

BORGES, G. M.; CARDOSO, M. R. Clivagem mortífera e guardiã e Eros. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, São Paulo, v. 14, n. 4, p. 599-610, dez. 2011.

BONNET, G. *La perversion: se venger pour survivre*. Paris: PUF, 2008.

\_\_\_\_\_. Perversion affective et perversion sexuelle. Les quatre états de l'affect. *Revue Française de Psychanalyse*, v. 63, n. 1, p. 27-41, 1999.

\_\_\_\_\_. Quand le sadisme devient une perversion. *Revue Française de Psychanalyse*, v. 66, n. 4, p. 1043-1053, 2002.

BOUCHET-KERVELLA, D. Pluralité des organisations mentales dites « perverses ». *Revue Française de Psychanalyse*, v. 80, n. 3, p. 700-721, 2016.

CAILLOT, J.-P. Envie, sacrifice et manœuvres perverses narcissiques. *Revue Française de Psychanalyse*, v. 67, n. 3, p. 819-838, 2003.

CARDOSO, M. R. Dependência e adolescência: a recusa da diferença. *Ágora*, Rio de Janeiro, v. 17, n. esp., p. 63-74, ago. 2014.

\_\_\_\_\_. Os destinos das mensagens “intraduzíveis”. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 49, n. 4, p. 72-78, out.-dez. 1997.

\_\_\_\_\_. O superego nas fronteiras do excesso pulsional. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *Excesso e trauma em Freud: algumas figuras*. Curitiba: Appris, 2016. p. 121-184.

\_\_\_\_\_. *Superego*. São Paulo: Escuta, 2002.

\_\_\_\_\_. Violência, domínio e transgressão (2002). In: CARDOSO, M. R.; GARCIA, C. A. (Orgs.). *Entre o eu e o outro: espaços fronteiriços*. Curitiba: Juruá, 2010. p. 103-11.

CHABROL, H. Les mécanismes de défense. *Recherche en soins infirmiers*, v. 82, n. 3, p. 31-42, 2005. Disponível em : <<http://www.cairn.info/revue-recherche-en-soins-infirmiers-2005-3-page-31.htm>>. Acesso em: 03 dez. 2016.

CHASSEGUET-SMIRGEL, J. *Éthique et esthétique de la perversion*. Seyssel (França): Champ Vallon, 1984.

\_\_\_\_\_. *O ideal do ego*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

CIRINO, O. O desejo, os corpos e os prazeres em Michel Foucault. *Mental*, Barbacena, ano V, n. 8, p. 77-89, 2007.

COSTA, J. F. Narcisismo em tempos sombrios. In: BIRMAN, J. *Percursos na história da psicanálise*. Rio de Janeiro: Taurus, 1988. p. 151-174.

DADOUN, R. *La violence: essai sur l'“homo violens”*. Paris: Hatier, 1995.

DENIS, P. *Emprise et satisfaction: les deux formants de la pulsion*. Paris: PUF, 1997.

DOREY, R. La relation d'emprise. *Nouvelle Revue de Psychanalyse*, n. 24, “L'emprise”, p. 117-139, 1981.

DORON, C.-O. La formation du concept psychiatrique de perversion au XIXe siècle en France. *L'information psychiatrique*, v. 88, n. 1, p. 39-49, 2012.

EIGUER, A. Croyance et narcissisme dans la relation perverse: le problème narcissique des perversions et la perversion narcissique. *Études psychothérapiques*, n. 42, p. 271-278, dez. 1980.

\_\_\_\_\_. La perversion narcissique, un concept en évolution. *L'information psychiatrique*, v. 84, p. 193-199, 2008.

\_\_\_\_\_. *Le pervers narcissique et son complice* (1989). 3ª ed. Paris: Dunod, 2003.

\_\_\_\_\_. Outrage à l'intimité. *Revue française de psychanalyse*, v. 67, p. 857-871, 2003.

\_\_\_\_\_. *Petit traité des perversions morales*. Paris: Bayard, 1997.

FARIAS, C. P. *Domínio e culpa na neurose obsessiva: marcas da destrutividade*. Rio de Janeiro, 2013. Tese (Doutorado em Teoria Psicanalítica) – Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

FERENCZI, S. Confusão de língua entre os adultos e a criança (A linguagem da ternura e da paixão)(1933). In: \_\_\_\_\_. *Psicanálise IV*. (Obras completas, Vol. 4). 2ª Ed. Tradução: Álvaro Cabral. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011. p. 111-121.

FERRAZ, F. C. A erotização do ódio na perversão. Resenha de Robert J. Stoller, *Perversion: the erotic form of hatred*, London, Karnax Books, 1986, 240 p. (edição Americana original de 1975). *Percurso*, n. 26, p. 121-124, 2001.

\_\_\_\_\_. *Perversão* (2000). 5ª ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

\_\_\_\_\_. *Tempo e ato na perversão*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

FIGUEIREDO, L. C. De “Introdução ao narcisismo” aos transtornos narcísico-identitários: notas sobre os cem anos de pensamento psicanalítico. Curso ministrado na Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

\_\_\_\_\_. *Verleugnung*. A desautorização do processo perceptivo. In: \_\_\_\_\_. *Psicanálise: elementos para a clínica contemporânea*. São Paulo: Escuta, 2008. p. 57-75.

\_\_\_\_\_.; CINTRA, E. M. U. Lendo André Green: o trabalho do negativo e o paciente limite. In: CARDOSO, M. R. (Org.). *Limites*. São Paulo: Escuta, 2004. p. 13-58.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: a vontade de saber* (1976). Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque; J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

\_\_\_\_\_. Sobre a história da sexualidade. In: \_\_\_\_\_. *Microfísica do poder* (1979). Rio de Janeiro: Graal, 2010.

FRANÇA, C. P. Emanações da caixa de Pandora. In: \_\_\_\_\_. *Perversão: as engrenagens da violência sexual infantojuvenil*. Rio de Janeiro: Imago, 2010. p. 39-48.

FREUD, A. Identificação com o agressor. In: \_\_\_\_\_. *O ego e os mecanismos de defesa* (1946). 3ª ed. Tradução: Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974. p. 93-103.

FREUD, S. Carta 52 (06 de dezembro de 1896). In: \_\_\_\_\_. *Publicações pré-psicanalíticas e esboços inéditos*. (Edição *standard* brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Vol. 1). Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 281-287.

\_\_\_\_\_. Carta 57 (24 de janeiro de 1897). In: \_\_\_\_\_. *Publicações pré-psicanalíticas e esboços inéditos*. (Edição *standard* brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Vol. 1). Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 291-293.

\_\_\_\_\_. Fragmento da análise de um caso de histeria (1905[1901]). In: \_\_\_\_\_. *Um caso de histeria, três ensaios sobre sexualidade e outros trabalhos*. (Edição *standard* brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Vol. 7). Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 13-116.

\_\_\_\_\_. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade (1905). In: \_\_\_\_\_. *Um caso de histeria, três ensaios sobre sexualidade e outros trabalhos*. (Edição *standard* brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Vol. 7). Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 117-231.

\_\_\_\_\_. Atos obsessivos e práticas religiosas (1907). In: \_\_\_\_\_. O delírio e o sonho na *Gradiva*, análise da fobia de um garoto de cinco anos e outros textos. (Obras completas, Vol. 8). Tradução: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010-2016. p. 300-313.

\_\_\_\_\_. Moral sexual “civilizada” e doença nervosa moderna (1908). In: \_\_\_\_\_. “*Gradiva*” de *Jensen e outros trabalhos*. (Edição *standard* brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, Vol. 9). Tradução: Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 165-186.

\_\_\_\_\_. Observações sobre um caso de neurose obsessiva (“O homem dos ratos”)(1909). In: \_\_\_\_\_. *Observações sobre um caso de neurose obsessiva (“O homem dos ratos”), uma recordação de infância de Leonardo da Vinci e outros textos*. (Obras completas, Vol. 9). Tradução: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010-2016. p. 13-112.

\_\_\_\_\_. Concepção psicanalítica do transtorno psicanalítico da visão” (1910a). In: \_\_\_\_\_. *Observações sobre um caso de neurose obsessiva (“O homem dos ratos”), uma recordação de infância de Leonardo da Vinci e outros textos*. (Obras completas, Vol. 9). Tradução: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010-2016. p. 313-323.

\_\_\_\_\_. Uma recordação de infância de Leonardo da Vinci (1910b). In: \_\_\_\_\_. *Observações sobre um caso de neurose obsessiva (“O homem dos ratos”), uma recordação de infância de Leonardo da Vinci e outros textos*. (Obras completas, Vol. 9). Tradução: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010-2016. p. 113-219.

\_\_\_\_\_. Formulações sobre os dois princípios do funcionamento psíquico (1911a). In: \_\_\_\_\_. *Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia relatado em autobiografia (“O caso Schreber”), artigos sobre técnica e outros textos*. (Obras completas, Vol. 10). Tradução: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010-2016. p. 108-121.

\_\_\_\_\_. Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia (*dementia paranoides*) relatado em autobiografia (“O caso Schreber”)(1911b). In: \_\_\_\_\_. *Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia relatado em autobiografia (“O caso Schreber”), artigos sobre técnica e outros textos*. (Obras completas, Vol. 10). Tradução: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010-2016. p. 13-107.

\_\_\_\_\_. Totem e tabu (1912-1913). In: \_\_\_\_\_. *Totem e tabu, contribuição à história do movimento psicanalítico e outros textos*. (Obras completas, Vol. 11). Tradução: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010-2016. p. 13-244.

\_\_\_\_\_. A predisposição à neurose obsessiva (1913). In: \_\_\_\_\_. *Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia relatado em autobiografia (“O caso Schreber”), artigos sobre*

*técnica e outros textos*. (Obras completas, Vol. 10). Tradução: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010-2016. p. 324-337.

\_\_\_\_\_. Introdução ao narcisismo (1914). In: \_\_\_\_\_. *Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos*. (Obras completas, Vol. 12). Tradução: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010-2016. p. 13-50.

\_\_\_\_\_. Os instintos e seus destinos (1915). In: \_\_\_\_\_. *Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos*. (Obras completas, Vol. 12). Tradução: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010-2016. p. 51-81.

\_\_\_\_\_. A vida sexual humana (1917a[1916-1917]). In: \_\_\_\_\_. *Conferências introdutórias à psicanálise*. (Obras completas, Vol. 13). Tradução: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010-2016. p. 401-424.

\_\_\_\_\_. O desenvolvimento da libido e as organizações sexuais (1917b[1916-1917]). In: \_\_\_\_\_. *Conferências introdutórias à psicanálise*. (Obras completas, Vol. 13). Tradução: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010-2016. p. 424-450.

\_\_\_\_\_. Luto e melancolia (1917c[1915]). In: \_\_\_\_\_. *Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos* (Obras completas, Vol. 12). Tradução: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010-2016. p. 170-194.

\_\_\_\_\_. O tabu da virgindade (Contribuições à psicologia do amor III)(1917d). In: \_\_\_\_\_. *Observações sobre um caso de neurose obsessiva (“O homem dos ratos”), uma recordação de infância de Leonardo da Vinci e outros textos*. (Obras completas, Vol. 9). Tradução: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010-2016. p. 364-387.

\_\_\_\_\_. “Batem numa criança”: contribuição ao conhecimento da gênese das perversões sexuais (1919a). In: \_\_\_\_\_. *História de uma neurose infantil (“O homem dos lobos”), além do princípio do prazer e outros textos*. (Obras completas, Vol. 14). Tradução: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010-2016. p. 293-327.

\_\_\_\_\_. O inquietante (1919b). In: \_\_\_\_\_. *História de uma neurose infantil (“O homem dos lobos”), além do princípio do prazer e outros textos*. (Obras completas, Vol. 14). Tradução: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010-2016. p. 328-376.

\_\_\_\_\_. Além do princípio do prazer (1920). In: \_\_\_\_\_. *História de uma neurose infantil (“O homem dos lobos”), além do princípio do prazer e outros textos*. (Obras completas, Vol. 14). Tradução: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010-2016. p. 161-239.

\_\_\_\_\_. Psicologia das massas e análise do eu (1921). In: \_\_\_\_\_. *Psicologia das massas e análise do eu e outros textos*. (Obras completas, Vol. 15). Tradução: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010-2016. p. 13-113.

\_\_\_\_\_. O eu e o id (1923a). In: \_\_\_\_\_. *O eu e o id, "autobiografia" e outros textos*. (Obras completas, Vol. 16). Tradução: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010-2016. p. 13-74.

\_\_\_\_\_. A organização genital infantil (1923b). In: \_\_\_\_\_. *O eu e o id, "autobiografia" e outros textos*. (Obras completas, Vol. 16). Tradução: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010-2016. p. 168-175.

\_\_\_\_\_. A dissolução do complexo de Édipo (1924). In: \_\_\_\_\_. *O eu e o id, "autobiografia" e outros textos*. (Obras completas, Vol. 16). Tradução: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010-2016. p. 203-213.

\_\_\_\_\_. A negação (1925a). In: \_\_\_\_\_. *O eu e o id, "autobiografia" e outros textos*. (Obras completas, Vol. 16). Tradução: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010-2016. p. 275-282.

\_\_\_\_\_. Algumas consequências psíquicas da diferença anatômica entre os sexos (1925b). In: \_\_\_\_\_. *O eu e o id, "autobiografia" e outros textos*. (Obras completas, Vol. 16). Tradução: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010-2016. p. 283-299.

\_\_\_\_\_. Fetichismo (1927). In: \_\_\_\_\_. *O futuro de uma ilusão, o mal-estar na civilização e outros trabalhos*. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Vol. 23). Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 149-160.

\_\_\_\_\_. O mal-estar na civilização (1930). In: \_\_\_\_\_. *O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos*. (Obras completas, Vol. 18). Tradução: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010-2016. p. 13-122.

\_\_\_\_\_. Conferência XXXI: A dissecação da personalidade psíquica (1933[1932]). In: \_\_\_\_\_. *O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos*. (Obras completas, Vol. 18). Tradução: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010-2016. p. 192-223.

\_\_\_\_\_. Esboço de psicanálise (1940a[1938]). In: \_\_\_\_\_. *Moisés e o monoteísmo, esboço de psicanálise e outros trabalhos*. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Vol. 23). Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 151-221.

\_\_\_\_\_. A divisão do ego no processo de defesa (1940b[1938]). In: \_\_\_\_\_. *Moisés e o monoteísmo, esboço de psicanálise e outros trabalhos*. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Vol. 23). Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 289-296.

\_\_\_\_\_. Projeto para uma psicologia científica (1950[1895]). In: \_\_\_\_\_. *Extratos dos documentos enviados a Fliess*. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, Vol. 1). Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 333-454.

GANTHERET, F. De l'emprise à la pulsion d'emprise. *Nouvelle Revue de Psychanalyse*, n. 24, "L'emprise", p. 103-116, 1981.

GARCIA, C. A. Trauma e narcisismo negativo: questões para a clínica contemporânea (2005). In: CARDOSO, M. R.; GARCIA, C. A. (Orgs.). *Entre o eu e o outro: espaços fronteiriços*. Curitiba: Juruá, 2010. P. 65-76.

GEREZ-AMBERTÍN, M. *As vozes do supereu: na clínica psicanalítica e no mal-estar na civilização* (1993). São Paulo: Cultura Editores Associados; Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2003.

GERNET, I. Théorie de la séduction généralisée et topique du corps. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 17, n. 3, p. 383-391, jul./set. 2012.

GOETHE, J. W. v. *Fausto* (1749-1832). Tradução: Antônio Feliciano de Castilho. Aveiro, Portugal: Universidade de Aveiro, 2003.

GRATTON, E. Discours psychanalytiques à propôs de la sexualité – transgression, perversion et subversion. *Dialogue*, n. 212, p. 11-24, 2016.

GREEN, A. *De locuras privadas* (1972). 2ª ed. Buenos Aires: Amorrortu, 2008.

\_\_\_\_\_. O narcisismo e a psicanálise: ontem e hoje (1982). In: \_\_\_\_\_. *Narcisismo de vida, narcisismo de morte*. São Paulo: Escuta, 1988. p. 11-29.

\_\_\_\_\_. O silêncio do psicanalista (1979). *Psychê*, São Paulo, n. 14, p. 13-38, jul./dez. 2004.

GRUNBERGER, B. Étude sur la relation objectale anale (1959). *Revue Française de Psychanalyse*, v. 24, n. 2, p. 137-168, 1960.

GUIMARÃES, L. M.; ENDO, P. C. A origem da palavra *narcisismo*. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 431-449, set. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rlpf/v17n3/1415-4714-rlpf-17-03-00431.pdf>>. Acesso em: 21 ago. 2017.

HECKMA, G. A history of sexology: social and historical aspects of sexuality. In: \_\_\_\_\_. *From Sappho to De Sade: moments in the history of sexuality*. Nova York: Rutledge, 1991. Disponível em: <<http://www.uva.nl/binaries/content/documents/personalpages/h/e/g.hekma/en/tab-three/tab-three/cpitem%5B33%5D/asset?1355373456588>>. Acesso em: 23 ago. 2015.

KHAN, M. M. R. L'alliance perverse. *Nouvelle Revue de Psychanalyse*, n. 8, p. 195-206, 1973.

KORFF-SAUSSE, S. La femme du pervers narcissique. *Revue Française de Psychanalyse*, v. 67, n. 3, p. 925-942, 2003.

KSENSÉE, A. Hystérie et perversion: le pervers narcissique. *Revue Française de Psychanalyse*, v. 67, p. 943-958, 2003.

LAGACHE, D. El psicoanálisis y la estructura de la personalidad (1961[1958]). *Revista Uruguaya de Psicoanálisis*, Montevideo, v. 10, n. 1, p. 99-150, 1968.

\_\_\_\_\_. Pouvoir et personne (1962). *Nouvelle Revue de Psychanalyse*, n. 8, p. 75-82, 1973.

LANTÉRI-LAURA, G. *Leitura das perversões: história de sua apropriação médica* (1979). Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

LAPLANCHE, J. A angústia moral (1973). In: \_\_\_\_\_. *Problemáticas I: a angústia* (1980). São Paulo: Martins Fontes, 1987.

\_\_\_\_\_. À partir de la situation anthropologique fondamentale (2002). In: \_\_\_\_\_. *Sexual: la sexualité élargie au sens freudien* (2000-2006). Paris: Quadrige/PUF, 2007. p. 95-108.

\_\_\_\_\_. Le moi et le narcissisme. In: \_\_\_\_\_. *Vie et mort en psychanalyse* (1979). Paris: Flammarion, 1989. p. 103-129.

\_\_\_\_\_. *Nouveaux fondements pour la psychanalyse* (1987). 2<sup>a</sup> ed. Paris: PUF, 1990.

\_\_\_\_\_. Pulsão e instinto: oposições, apoios e entrecruzamentos (2000). In: CARDOSO, M. R. (Org.). *Adolescência: reflexões psicanalíticas*. Tradução: Pedro Henrique Bernardes Rondon. Rio de Janeiro: NAU/FAPERJ, 2001. p. 13-28.

\_\_\_\_\_. *Teoria da sedução generalizada e outros ensaios*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1988.

\_\_\_\_\_; PONTALIS, J.-B. *Vocabulário da psicanálise* (1982). 4<sup>a</sup> ed. Tradução : Pedro Tamen. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LINDENMEYER, C.; CECCARELLI, P. R. O pensamento mágico na constituição do psiquismo. *Reverso*, Belo Horizonte, n. 63, p. 45-52, jun. 2012. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-73952012000200005&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-73952012000200005&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt)>. Acesso em: 06 jan. 2017.

LIPPI, S. Os percursos da transgressão (Bataille e Lacan). *Ágora*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 173-183, jul./dez. 2009.

MARCHAND, G. Les dessous de la perversion. *Sciences Humaines*, n. 130, 2011. Disponível em: <[http://www.scienceshumaines.com/les-dessous-de-la-perversion\\_fr\\_2580.html](http://www.scienceshumaines.com/les-dessous-de-la-perversion_fr_2580.html)>. Acesso em: 23 ago. 2015.

MARTY, F. Les risques d'évolution perverse. *Psychologie Clinique et Projective*, v. 12, n. 1, p. 251-276, 2006.

NEAU, F. Du ciel – à travers le monde – jusqu'à l'enfer. In: ANDRÉ, J.; CHABERT, C.; GUYOMARD, P. (Orgs.). *La perversion, encore*. Paris: PUF, 2015. p. 77-97.

\_\_\_\_\_. Histoire et psychopathologie. In: JEAMMET, N.; NEAU, F.; ROUSSILLON, R. *Narcissisme et perversion*. Paris : Dunod, 2004. p. 3-113.

\_\_\_\_\_. Masculin maniaque? *Psychologie clinique et projective*, n. 11, p. 35-78, 2005.

NOGUEIRA, A. M. P. Narcisismo e suicídio: o problema do ideal na experiência psicótica. *Psicologia: teoria e pesquisa*, Brasília, v. 15, n. 3, p. 257-263, set.-dez. 1999.

OVÍDIO. Narcisse. Écho. (Livre Troisième). In: \_\_\_\_\_. *Les métamorphoses*. Tradução: Joseph Chamonard. Paris: Garnier-Frères Flammarion, 1966. p. 98-103.

PACHECO, M. V. P. C. Esquirol e o surgimento da psiquiatria contemporânea. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, v. 6, n. 2, p. 152-157, 2003.

PEIXOTO JR., C. A. *Metamorfoses entre o sexual e o social: uma leitura da teoria psicanalítica sobre a perversão*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

PEREDA, M. C. Recusa, seu efeito estrutural e sua dimensão patogênica. *Revista Brasileira de Psicanálise*, v. 30, n. 3, 1996.

PEREIRA, M. E. C. Morel e a questão da degenerescência. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, v. 11, n. 3 p. 490-496, 2008.

PICOCHÉ, J. *Dictionnaire étymologique du français*. Paris: Le Robert, 2008.

PIRLOT, G.; PEDINIELLI, J.-L. *Les perversions sexuelles et narcissiques*. Paris: Armand Colin, 2013.

POMMIER, F. Tendances perverses entre manie et phobie. In: ANDRÉ, J.; CHABERT, C.; GUYOMARD, P. (Orgs.). *La perversion, encore*. Paris: PUF, 2015. p. 99-118.

RACAMIER, P.-C. Entre agonie psychique, déni psychotique et perversion narcissique. *Revue Française de Psychanalyse*, n. 5, p. 1299-1309, 1986.

\_\_\_\_\_. *Les perversions narcissiques* (1987-1992). Paris: Payot & Rivages, 2012.

RALPH, M.; GOLDSWORTHY, M.; SMITH, A.; ALEXANDER, O.; TURKMEN, E. King. Years & Years. In: YEARS & YEARS. *Communion*. Londres: Polydor, 2015. Faixa 8 (3 min 35s).

REINO, L. M. G.; ENDO, P. C. Três versões do *narcisismo das pequenas diferenças* em Freud. *Trivium*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 16-27, dez. 2011. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/trivium/v3n2/v3n2a04.pdf>>. Acesso em: 21 ago. 2017.

RIBAS, D. La mort d'un pervers. Désidentification primaire, adhésivité et pulsion de mort dans les perversions. *Revue Française de Psychanalyse*, v. 66, n. 5, p. 1665-1671, 1992.

RIBEIRO, P. C. Sedução generalizada e primazia do sexual. *Percurso*, n. 16, p. 49-57, 1996.

ROSENFELD, H. Les aspects agressifs du narcissisme – un abord clinique de la théorie des instincts de vie et de mort. *Nouvelle Revue de Psychanalyse*, n. 13, « Narcisses », p. 205-221, 1976.

\_\_\_\_\_. Narcisismo destrutivo e a pulsão de morte. In: \_\_\_\_\_. *Impasse e interpretação: fatores terapêuticos e antiterapêuticos no tratamento psicanalítico de pacientes neuróticos, psicóticos e fronteiriços*. Rio de Janeiro: Imago, 1988. p. 139-166.

ROSOLATO, G. Étude des perversions sexuelles à partir du fétichisme. In: AULAGNIER-SPAIRANI, P.; CLAVREUL, J.; PERRIER, F.; ROSOLATO, G. ; VALABREGA, J.-P. (Orgs.). *Le désir et la perversion*. Paris: Éditions du Seuil, 1967. p. 7-40.

ROUDINESCO, E. *A parte obscura de nós mesmos: uma história dos perversos* (2007). Tradução: André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

ROUSSILLON, R. Traumatisme primaire, clivage et liaison primaires non-symboliques. In: \_\_\_\_\_. *Agonie, clivage et symbolisation*. Paris: PUF, 1999, 9-34.

\_\_\_\_\_. Narcisismo et “logiques” de la perversion. In: JEAMMET, N.; NEAU, F.; ROUSSILLON, R. *Narcisismo et perversion*. Paris: Dunod, 2004. p. 115-166.

RUDGE, A. M. Versões do supereu e perversão. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, v. 12, n. 3, 1999. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-79721999000300011>>. Acesso em: 27 fev. 2017.

SANTO AGOSTINHO. *A cidade de Deus*. Petrópolis: Vozes, 1989/2012.

SANTOS, A. B. R.; CECCARELLI, P. R. Psicanálise e moral sexual. *Reverso*, Belo Horizonte, ano 32, n. 59, p. 23-30, jun. 2010.

SIGUSCH, V. The sexologist Albert Moll – between Sigmund Freud and Magnus Hirschfeld. *Med. Hist.*, vol. 56, n. 2, p. 184-200, 2012. Disponível em: <<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3381530/>>. Acesso em: 19 set. 2015.

SIROTA, A. Recours au terme de perversion. Perversion et obsessionalité. Perversion ou subversion du lien. In : \_\_\_\_\_. *Figures de la perversion sociale*. Paris: Éditions EDK, 2003. p. 37-44.

SOPENA, M. E. R. Du narcissisme infantile à l'idéal du moi. *Revue Française de Psychanalyse*, n. 55, v. 1, p. 197-200, 1991. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k5448404k/texteBrut>>. Acesso em: 06 jan. 2016.

STOLLER, R. J. *Perversão: a forma erótica do ódio* (1975). Tradução: Maria Lúcia Lopes da Silva. São Paulo: Hedra, 2014.

STRACHEY, J.; RICHARDS, A. Índice Remissivo – Vol. I-XXIII. In: FREUD, S. *Índices, bibliografias, etc.* (Edição *standard* brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, Vol. 24). Tradução: Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 123-470.

SZPACENKOPF, M. I. O. *Perversão social e reconhecimento na atualidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

TOMASSINI, M. Désidentification primaire, angoisse de séparation et formation de la structure perverse. *Revue Française de Psychanalyse*, v. 66, n. 5, p. 1541-1614, 1992.

TRESE, L. J. O sexto e o nono mandamentos. In: \_\_\_\_\_. *A fé explicada*. São Paulo: Quadrante, 1999.

URRIBARRI, F. André Green: paixão clínica, pensamento complexo. Em direção ao futuro da psicanálise. *Contemporânea – Psicanálise e Transdisciplinaridade*, Porto Alegre, n. 10, p. 11-43, jul./dez. 2010.

VALE, A. L. A. *Trauma, domínio e passividade nos atos de violência sexual*. Rio de Janeiro, 2014. Dissertação (Mestrado em Teoria Psicanalítica) – Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

\_\_\_\_\_; CARDOSO, M. R. Identificação com o “sedutor” nos atos de violência sexual. *SIG Revista de Psicanálise*, Porto Alegre, v. 4, n. 7, p. 27-38, jul.-dez. 2015.

WAGNER, C. Relation d'objet dans la perversion narcissique. Se soutenir : déconstruire l'autre. *L'information psychiatrique*, v. 88, n. 1, p. 21-28, 2012.

ZIMERMAN, D. E. Onipotência. In: \_\_\_\_\_. *Vocabulário contemporâneo de psicanálise* (2001). Porto Alegre: Artmed, 2008. p. 410.